

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

CARLOS ALBERTO MORORÓ SILVA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO DE
MARINGÁ – Pr: DO ESPAÇO DE FLORESTA À CIDADE-
JARDIM, REPRESENTAÇÃO DA “CIDADE ECOLÓGICA”,
“CIDADE VERDE”**

**FLORIANÓPOLIS
2006**

CARLOS ALBERTO MORORÓ SILVA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO DE
MARINGÁ – Pr: DO ESPAÇO DE FLORESTA À CIDADE-
JARDIM, REPRESENTAÇÃO DA “CIDADE ECOLÓGICA”,
“CIDADE VERDE”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção – Área de concentração
Gestão Ambiental, do Centro Tecnológico da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Loch.

FLORIANÓPOLIS
2006

CARLOS ALBERTO MORORÓ SILVA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO DE MARINGÁ – Pr: DO ESPAÇO
DE FLORESTA À CIDADE-JARDIM, REPRESENTAÇÃO DA “CIDADE
ECOLÓGICA”, “CIDADE VERDE”**

Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina junto ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Área de concentração Gestão Ambiental, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em: Florianópolis, ____/____/2006.

Prof. PhD. Edson Pacheco Paladini
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Loch – Orientador – UFSC

Prof. PhD. Roberto de Oliveira – Moderador – UFSC

Prof. Dr. Élon Manoel Pereira – Membro – UFSC

Prof. Dr. Francisco Carlos Bragança de Souza – Membro UFRGS

Prof. Dr. Francisco Henrique de Oliveira – Membro – UDESC

Prof. Dr. Miguel Angel Verdinelli – Membro – UNIVALI

À

**MARINGÁ,
NILTON SILVA,
MONALISA,
LUIZ CARLOS (MÃO),
ÚRSULA (QUERIDA SOBRINHA),
BERNADETE,
JAIR,
MARTA BELLINI,
SOCORRO HOLANDA,
FAMÍLIA SILVA,
PENHA MORORÓ (IN MEMORIAN),
ALZIRA MORORÓ (IN MEMORIAN),
MAIR (IN MEMORIAN),**

POR SUAS PRESENCAS EM MINHA VIDA

AGRADECIMENTOS

A pouco estava folheando o livro *A Última Grande Lição: o sentido da vida*, de Mitch Albom, presenteado por um grande amigo, Jair. Como o título sugere, trata-se de uma lição que se refere ao sentido da vida a partir do reencontro entre um professor e um ex-aluno. Dois amigos que passam a refletir sobre temas que traduzem a vida. Neste folhear, leio uma fábula contada pelo Professor Morrie:

“É a história de uma ondazinha saltitando no oceano, divertindo-se a valer. Está apreciando o vento e o ar fresco – até que dá com as outras ondas na frente, arrebatando-se na praia”.
“Meu Deus, que coisa horrível”, diz a ondazinha. “É isso que vai acontecer comigo!”.
Ai chega outra onda. Vê a primeira, que está triste. E pergunta: “Por que está triste?”
“Você não está entendendo”, diz a primeira onda.
“Vamos todas arrebatando! Nós todas vamos acabar em nada”
“Não é horrível?” Responde a segunda onda: “Não, você é que não está entendendo”.
“Você não é uma onda, você é parte do oceano.”

Singela a fábula, mas traz uma lição que pode ser interpretada conforme o olhar de cada um, prefiro olhar na perspectiva da unidade e não da totalidade. Da unidade formada por elos que se interagem como a *onda*, que para diante da tristeza da *ondazinha*, a conforta e esse confortar transborda a solidariedade, no universo de “*ondas*” que se cruzam e, por afinidades, tornam-se amigas.

Aristóteles, nos livros VII e IX da *Ética a Nicômaco*, define a amizade como uma *virtude inerente às relações humana mais necessária à vida* do que os bens materiais que se pode acumular, e num princípio ético: *comportar-se com um amigo como consigo mesmo*.

Para Epicuro, a *amizade é utilitária, um bem por si própria*, mas não é *amigo* aquele que busca sempre a *utilidade*, nem tão pouco o que *não liga nunca para ela*.

Com estes princípios, ousou formar uma unidade que representa a amizade, na medida em que acredito na amizade como uma *virtude* nas relações humanas, mas que não deixa de ser um *bem utilitário*, ambas concepções unidas por um princípio ético de ver o *amigo como a si mesmo*.

Como diz o ditado “amigo é pra essas coisas”. E quem nunca recorreu a um amigo?

Assim, é chegada a hora de agradecer aos amigos que, durante a construção deste trabalho de tese muito me ajudaram e, muitas vezes, indiretamente, estiveram contribuindo apenas em ouvir-me falar sobre cidade, paisagem, Maringá.[...] que, com frequência, “alugava” Carmem, Teca, Betânia Silveira do grupo de cerâmica. Da Tânia, Clarisse, Regina, Cláudia que, entre uma panela-de-barro e outra, perguntavam-me da tese. Do Luiz Costa e da Mariana que me ensinaram a tecer, além das tramas do conhecimento. Dos jantares com os companheiros de curso na casa do Caminha e Laura, com o Roger, Marcelo, Edgar. E o que dizer da Ana Rita e D.Inês, que me abriram as portas de sua casa – não só para jantares e almoços – com carinho, mas me apresentaram a outros amigos. E Dona Maria e Seu João, Marlete e Valter que me proporcionam uma estada em uma casa que tinha a minha cara, com direito ao Pixote, guardião de meus parques bens, ao latir sempre que alguém se aproximava, sem falar do local paradisíaco da Praia de Ponta das Canas.

E assim, no meio dessas pessoas – desculpem, sei que deixei de mencionar muitas outras, não se sintam desprestigiadas, esqueci os nomes, mas vocês permanecem em minha lembrança afetiva – estabeleci-me em um ambiente familiar e amigo, imprescindível durante minha estada na cidade de Florianópolis.

Em Barra Velha e Joinville, a todos da família Silva – olha que são muitos – o meu especial apreço, pelo carinho, com que há muito tempo me acolheram como integrante da família.

Aos amigos: Maurício, Marlize, Saskia, Cerutti, Elisa, Marcela e agora Eduarda, amigos de Blumenau. Em Petrópolis, Tereza e Ruth, em Vitória, Lúcia Helena, caras amigas que, mesmo longe, sempre torcendo por mim. Em João Pessoa, Mão, Helena, Henni, Hemmi, em Recife, Úrsula, Aloísio, Gabriel “*corpus familiar*” e alguns amigos que ao me visitarem participaram um pouco do processo da tese: Drow, Raquel e Kelvin, amigos de longa data, Ed, Lú, Damáris parte da minha história, Socorro e Inês Holanda pelo carinho.

Em Maringá: Marta Bellini, amiga e mestra no trilhar desta tese. À Luzia que, além de secretária do DFE, junto com o Cícero, Rodrigo e D.Albertina, me acolheram como a um irmão.

Ana e Edilene que, por vezes, com carinho, me hospedaram no decorrer da pesquisa de campo e juntos nos divertimos na paisagem noturna de Maringá – bons tempos.

Também agradecemos as instituições. À Universidade Estadual de Maringá, por permitir e incentivar a qualificação de seu quadro funcional, à equipe da Pró-Reitoria de Pós-Graduação – Divisão de Capacitação Docente, que sempre foi muito atenciosa. Ao Departamento de Fundamentos da Educação – DFE e a todos os colegas que o compõem, por suprirem minha ausência nas reuniões. Aos funcionários da Biblioteca Central da UEM que, generosamente, permitiam extrapolar minha cota de livros.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Maringá, nos diversos setores que percorri na coleta de dados, aos do Museu da Bacia do Paraná, aos da Divisão do Patrimônio Histórico, pelas valiosas contribuições com o material disponibilizado para a pesquisa.

À Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, à CAPES, por propiciar a minha formação.

Ao Professor Carlos Loch, pela orientação e contribuições na construção desta tese.

Ao Professor Francisco Henrique e Professor Roberto Oliveira, pelas contribuições no exame de qualificação, e pelo aceite de, mais uma vez, participar da banca.

Ao Professor Élson Pereira pelas contribuições no exame de qualificação, no aceite para a banca de defesa e pela socialização do saber na disciplina de Morfologia Urbana, a qual propiciou a ampliação do meu conhecimento sobre a cidade. Ao Professor Miguel Verdinelli, pela presença na banca de defesa e pela boa didática nas aulas de Estatística Multivariada, que me fez desmistificar o “Bicho-de-sete-cabeças”, tornando-a um “Bichinho-de-sete-cabecinhas”.

A Jane Gomes que gentilmente me presenteou o Abstract, a Helaine pelo bom trabalho de formatação do texto que, com sorriso, virava o texto de “cabeça pra baixo” me deixando apavorado, mas confiante em sua competência.

A TODOS VOCÊS, O MEU MUITO OBRIGADO.

Na Fazenda

*Barulhinho vermelho de cajus
E o riacho passando
Nos fundos do quintal...*

*Dali
se escutavam os ventos com a boca
Como um dia ser árvore.*

*Eu era lutador de Jacaré.
As árvores falavam.
Bugre Teotônio bebia marandovás.*

Víamos por toda parte cabelos misgalhadinhos de borboletas...

*Abriu-se
uma pedra
Certa vez:
os musgos
eram frescos...*

*As plantas
me ensinavam de chão.
Fui aprendendo com o corpo.*

*Hoje sofro de gorjeios
nos lugares puídos de mim.
Sofro de árvores.*

MANOEL DE BARROS
(Compêndio para uso dos pássaros).

SILVA, Carlos Alberto Mororó. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr:** do espaço de floresta à Cidade-Jardim, representação da “cidade ecológica”, “cidade verde”. Florianópolis, 2006. 229f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

A cidade de Maringá desde a sua fundação em 10 de maio de 1947, vem sendo projetada por seus Gestores como modelo de modernidade e desenvolvimento, respaldada por seu projeto urbano de cidade-jardim, pela arrojada arquitetura de suas edificações, pela arborização de suas vias pública. Nesta investigação, se estabelece a análise de seu espaço urbano, procurando reconstruir as transformações em sua urbanização na temporalidade de 1497 a 2006. O objetivo geral da tese foi analisar a produção do espaço urbano de Maringá em seus cinquenta e nove anos de existência, sob o viés do espaço socialmente construído através da análise de seu projeto urbanístico de ruas, bairros; e de seu espaço natural construído; parques, praças, arborização; originalmente sob uma proposta urbanística de cidade-jardim. Pretendeu-se com isso mostrar as transformações urbanas na medida em que o projeto de cidade-jardim é modificado com o desenvolvimento e crescimento da cidade; mostrar como a representação social de “cidade verde” “cidade ecológica” sobrevive na cidade apesar dos seus problemas ambientais; explicar os interesses dos seus Gestores Públicos e de alguns segmentos político e economicamente dominante em promover e manter essa representação de “cidade verde”, dessa forma, vem se estabelecendo uma propaganda onde a árvore passa a ser o signo dessa representação social de “cidade ecológica”, objetivando atrair investimentos econômicos para a cidade e que acaba sendo incorporada por sua população. Tais fatos oportunizam que se estabeleça uma representação social da cidade de Maringá onde a preservação ambiental e o desenvolvimento se faz presente em seu espaço urbano

Palavras-chave: espaço urbano, planejamento urbano; cidade, arborização; signo; representação social..

SILVA, Carlos Alberto Mororó. **Considerations about the Maringá Urban Place – Pr:** from the forest place to the garden-city social representation of “ecologic city” “green city”... Florianópolis, 2006. 229f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ABSTRACT

Since its foundation in May 10th, 1947, Maringá City has being developed by its managers as a model of modernity and development, assured by its urban project of garden-city, by the audacious architecture of its buildings, by its arborous public ways. In this study, it is established the analysis of its urban place, trying to rebuilt the changes in its urbanization from 1947 to 2006. The main objective of this thesis was to analyze the production of the urban place of Maringá on its fifty nine years of foundation, under the aspect of the place socially built trough out the analysis of its urban streets, neighborhood projects; and its built natural place; parks; squares, arborization; originally under an urban proposal of garden-city. It was intended to show the urban changes, as far as the garden-city project is modified with the city growth and development; to explain how the social representation of “green city” “ecologic city” survives in the city although its environment problems; to elucidate the interest of public managers and some political and economical dominant divisions in promoting and maintain this representation of “green city”. So, it is being established a propaganda where the tree becomes the sign of this social representation of “ecologic city”, with the objective of attracting economical investments for the city, which ends up being incorporated by its inhabitants. These facts gives the opportunity to be established a social representation of Maringá city, where the environmental preservation and the development remains in harmony with its urban place.

Key words: urban place, urban planning; city; arborization; environmental preservation; sign; social representation.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
2	OBJETIVOS.....	25
2.1	OBJETIVO GERAL.....	26
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
3	PROBLEMA DA PESQUISA.....	27
4	JUSTIFICATIVA.....	28
5	INEDITISMO.....	29
6	RELEVANCIA	29
7	METODOLOGIA.....	20
7.1	OS PASSOS PARA ELABORAÇÃO DA PESQUISA.....	31
3	REVISÃO TEÓRICA.....	35
3.1	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CIDADE	36
3.1.2	ALGUNS MÉTODOS DE ANÁLISE NOS ESTUDOS SOBRE A CIDADE.....	40
3.2	A CIDADE COMO AMEAÇA AO MEIO AMBIENTE.....	43
3.2.1	A DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: UM CENÁRIO PARA A CIDADE.	46
3.3	A CIDADE-JARDIM NO IDEÁRIO E NA PRÁTICA SOCIAL.....	48
3.3.1	A CIDADE UTÓPICA.....	48
3.3.2	AS CIDADES UTÓPICAS CONCRETIZADAS.....	52
3.3.3	A CIDADE-JARDIM COMO CIDADE IDEAL.....	54
3.3.4	O MODELO DE CIDADE-JARDIM MATERIALIZADA NO MUNDO.....	59
3.4	A CIDADE-JARDIM NO BRASIL.....	63
3.4.1	A COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ: O PROJETO DE COLONIZAÇÃO...	66
3.4.2	PROJETO E PLANEJAMENTO DA CIDADE DE MARINGÁ.....	72
3.4.3	ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE A CIDADE-JARDIM DE HOWARD E A CIDADE-JARDIM DE JORGE DE MACEDO VIEIRA.....	72
4	A CIDADE DE MARINGÁ COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	75
4.1	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	76

4.2 OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO PARA O BRASIL E PARA O PARANÁ.....	79
4.2.1 O IMPACTO PARA A FLORA.....	79
4.2.2 A SUBSTITUIÇÃO DA MATA PELO PLANTIO DO CAFÉ.....	81
4.2.3 O REPLANTIO DA VEGETAÇÃO NA ÁREA URBANA.....	87
4.3 MARINGÁ: SUA GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA.....	89
4.4 O ESPAÇO UBANO COMO ESPAÇO SIMBOLICO: FUNCIONALIDADE, SIGNO, DISCURSO, REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	96
4.4.1 A FUNCIONALIDADE COMO ELEMENTO NA COOMPRESÃO DA CIDADE DE MARINGÁ.....	97
4.4.2 A ÁRVORE COMO SIGNO DA “CIDADE ECOLÓGICA”, “CIDADE VERDE”.....	103
4.4.3 O ESPAÇO DISCURSIVO DA “CIDADE ECOLÓGICA”.....	104
4.4.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	105
4.4.5 CITY MARKETING: UM INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	109
4.4.6 A QUANTIFICAÇÃO ARBÓREA COMO ELEMENTO PARA A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E DA CITY MARKETING DA “CIDADE VERDE”.....	111
4.4.7 URBANIDADE <i>VERSUS</i> PAISAGEM.....	117
4.4.8 PAISAGEM: DA CONTEMPLAÇÃO A UTILIDADE.....	118
4.4.9 MARINGÁ: NA ARBORIZAÇÃO UM ESPAÇO CONSTRUÍDO	120
5 DISCUSSÃO.....	125
5.1 O PRIMEIRO PLANEJAMENTO DE MARINGÁ: DO ESPAÇO DE FLORESTA À URBANIZAÇÃO DA CIDADE-JARDIM.....	126
5.1.2 DO NÚCLEO INICIAL DE MARINGÁ.....	126
5.1.3 A EXPANSÃO DO SÍTIO URBANO.....	136
5.2 A LEGITIMAÇÃO DA EXPANSÃO POR MEIO DOS PLANEJAMENTOS	149
5.2.1 DEFININDO CONCEITOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO.....	149
5.3 OS PLANOS DIRETORES DE MARINGÁ.....	154
5.3.1 PROBLEMAS SOCIOAMBIETAIS APONTADOS NO PLANO DIRETOR DE 1967.....	155
5.3.2 ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE 1967.....	159
5.3.3 O PLANO DIRETOR DE 1991.....	169
5.3.4 ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE 1991.....	173

5.4	CONSEQÜÊNCIAS DOS PLANOS DIRETORES DE 1967 E DE 1991: OS NOVOS ESPAÇOS URBANOS.....	174
5.4.1	OS NÚCLEOS RESIDENCIAIS DE 1970 A 2005.....	174
5.5	A ARBORIZAÇÃO DAS RUAS, OS MANACIAIS, OS ANIMAIS	182
5.6	A CIDADE-JARDIM NO NORTE DO PARANÁ: QUE ESPAÇO CONSTRUIR?.....	193
5.7	O ESQUECIMENTO DA “CIDADE VERDE” E O CRESCIMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS: A QUEDA DO MITO DA “CIDADE ECOLÓGICA”.....	201
6	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	205
	REFERÊNCIAS.....	219
	ANEXOS.....	227

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os Três Imãs	55
Figura 2 - Esboço da Cidade Jardim.....	56
Figura 3 - Detalhe da Planta da Cidade-Jardim, com detalhe para a Grande Avenida	57
Figura 4 - Planta da Cidade-Jardim de Letchworth	61
Figura 5 - A Cidade-Jardim de Letchworth.....	62
Figura 6 - Bairro Cidade-Jardim no Rio de Janeiro	64
Figura 7 - Plano da Cidade de Goiânia-Go	65
Figura 8 - A Mata Atlântica.....	80
Figura 9 - Cobertura Vegetal do Paraná – 1500.....	81
Figura 10 - Cobertura Vegetal do Paraná – 2001/2002.....	81
Figura 11 - Propaganda da CTNP/CMNP	84
Figura 12 - Produção de Café em Maringá – 1948	86
Figura 13 - Produção de Café em Maringá – 1950	87
Figura 14 - Localização do Município de Maringá no Brasil e na Região Sul	90
Figura 15 - Município de Maringá – 1980	90
Figura 16 - Relevo e Declividade do Município de Maringá – 1980.....	91
Figura 17 - Hidrografia do Município de Maringá – 1980.....	92
Figura 18 - Vegetação do Município de Maringá – 1990.....	113
Figura 19 - Vista Aérea de Maringá.....	114
Figura 20 - Bosque II – Zona Sul	114
Figura 21 - Mosaico de Árvores em Flor	116
Figura 22 - Mosaico de Palmeiras com Frutos.....	117
Figura 23 - Maringá em 1953, em segundo plano se vê o Parque do Ingá e o Bosque II, Região Central	123

Figura 24 - Parque do Ingá	123
Figura 25 - Maringá Velho e Maringá – 1950	128
Figura 26 - A Natureza em Troféu I – 1946.....	130
Figura 27 - A Natureza em Troféu II – 1948.....	130
Figura 28 A Natureza em Troféu III – 1945	131
Figura 29 - Derrubada da Mata – 1938.....	132
Figura 30 - Maringá em 1949 s/i.....	133
Figura 31 - Primeira Casa construída em Maringá – 1946	133
Figura 32 - Primeira Casa construída em Maringá, hoje Museu da Bacia do Paraná.....	134
Figura 33 - Maringá em 1953 – sem localização	137
Figura 34 - Pavimentação da Av. Brasil em 1951 – Zona 1.....	138
Figura 35 - Praça Napoleão Moreira da Silva em 1963 – Zona 1	139
Figura 36 - Número de Loteamentos na Cidade de Maringá entre 1940-1999.....	143
Figura 37 - Casas Geminadas I em um mesmo Lote – Jardim Brasil – Quadrante Norte....	144
Figura 38 - Casas Geminadas II em um mesmo Lote – Jardim Imperial II – Quadrante Norte	145
Figura 39 - Calçadas Sem Árvores e Rua Estreita – Jardim Imperial II – Quadrante Norte	145
Figura 40 - Condomínio Jardim Imperial – Quadrante Norte	146
Figura 41 - Loteamentos em Antigas Chácaras – Quadrante Norte	147
Figura 42 - Parque Gávea – Quadrante Sul.....	147
Figura 43 - Compactação de Dois Loteamentos o J. Brasil e o J. S. Helena – Quadrante Norte	148
Figura 44 - J. Imperial e Cidade Jardim vizinho a Vila Esperança II encoberta pela mata – Quadrante Norte.....	149
Figura 45 - Esboço do Plano Original de Maringá.....	161

Figura 46 - Densidade Demográfica de Maringá em 1967 com destaque para os loteamentos além da área delimitada pela CMNP	162
Figura 47 - Áreas Verdes e de Recreação	164
Figura 48 - Sistema Viário	167
Figura 49 - Conjunto Residencial Branca Vieira – Quadrante Sul	178
Figura 50 - Conjunto Residencial Cidade Alta – Quadrante Sul	179
Figura 51 - Vila Esperança II, com detalhe para Casa de Madeira e Arborização – Quadrante Norte.....	180
Figura 52 - Conjunto Residencial Herman Moraes de Barros – Quadrante Norte.....	181
Figura 53 - Rua com o Plantio de Arbusto – Jardim Paris – Quadrante Norte	182
Figura 54 - Erosão e lixo acumulado no Córrego Mandacaru – Quadrante Norte.....	185
Figura 55 - Voçoroca no Parque do Ingá – Zona 1	185
Figura 56 - Pomba Amargosa – Zona Rural.....	187
Figura 57 - Planta do Projeta do Zoneamento original de Maringá em 1947	194
Figura 58 - Mosaico de Edificações	195
Figura 59 - Jardim Real – Quadrante Norte	197
Figura 60 - Zona 1 – Centro (s/d).....	198
Figura 61 - Três Paisagens de Maringá – Perspectiva Quadrante Norte/Centro.....	198
Figura 62 - Vista Panorâmica de Maringá, com destaque para a Catedral Nossa Senhora da Glória.	204

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMNP	–	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CMTUR	–	Conselho Municipal de Turismo
CTNP	–	Companhia de Terras Norte do Paraná
CESUMAR	–	Centro Universitário de Maringá
CODEM	–	Comissão de Desenvolvimento Municipal
DFE	–	Departamento de Fundamentos da Educação
EMBRATUR	–	Empresa Brasileira de Turismo
ETEPLAN	–	Escritório Técnico de Planejamentos de Maringá (1968-1971)
FAMEMPAR	–	Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (1971-1991)
GEIMAR	–	Grupo Executivo para Industrialização de Maringá
IAPAR	–	Instituto Agrônômico do Paraná
IAPARDES	–	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPLAM	–	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (1997-1998)
IPTU	–	Imposto Predial e Territorial Urbano
METROPLAN	–	Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá-Marialva-Sarandi-Paiçandu (1991-1992)
ONG	–	Organização Não-Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PANANACIDADE	–	Cidades do Paraná
PIB	–	Produto Interno Bruto
PMM	–	Prefeitura Municipal de Maringá
PT	–	Partido dos Trabalhadores
SEDUH	–	Secretaria de Desenvolvimento Urbanismo e Habitação
SEMA	–	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
ZPA	–	Zona de Proteção Ambiental

INTRODUÇÃO

*O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas:
a cidade diz tudo o que você deve pensar,
faz você repetir o discurso, e,
enquanto você acredita estar visitando Tâmara,
não faz nada além de registrar os nomes
com os quais ela define a si própria e todas as suas partes*
(ITALO CALVINO)

As conceituações de cidade presente na literatura são inúmeras, sinalizam as definições, significados desta obra humana. Desde o olhar à *República* de Platão, a *pólis* de Aristóteles aos olhares contemporâneos dos urbanistas e estudiosos da cidade.

E os olhares de seus cidadãos, que criam nos espaços da cidade, a sua própria cidade, uma cidade particular. E o que dizer dos poetas e artistas, que expressam em suas obras, alegorias de uma cidade de sonhos.

Num sentido ontológico, acredita-se, o homem tem buscado nessas metáforas a cidade ideal. Mas, na *práxis*, percebe-se, o homem vai expressando na cidade, signos que traduzam, na cidade concreta, a cidade ideal.

A cidade ideal, imaginada por filósofos, estudiosos desta, urbanistas, arquitetos entre tantos outros, não se harmoniza com as condições empíricas da cidade real. Os modelos apresentados por alguns destes, da *Utopia* de Thomas Morus a *Cidade-Jardim* de Ebenezer Howard objetivam criar no espaço urbano, valores estéticos e éticos na sociabilidade humana.

Difícil, estabelecer na prática uma cidade com esse perfil. Nem mesmo o modelo de cidade-jardim, com todas diretrizes estabelecidas na sua estrutura política-administrativa e urbana conseguiu se safar diante das adversidades da realidade urbana.

Pressupões que não existe a cidade ideal, o que existe é a cidade concreta, a cidade real, que se reconstrói na representação social de seus habitantes como um modelo de cidade ideal. E é nesta perspectiva, que a análise do espaço urbano da cidade de Maringá se revelou.

Na cidade, o homem cria seus espaços de convergências e de conflitos, retrata nestes, seus anseios, e dessa forma expande sua malha urbana. Nos quinhentos anos de expansão e existência do território brasileiro, o século XX representa, sem dúvida, o período histórico em que houve a maior transformação territorial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), no ano de 1900, a população urbana no país era de apenas 9,40%; em 2000, este quadro passou a ser de 81,23%. É claro que, ao lado dessa mudança, também ocorreu a transformação econômica, política, social e cultural.

Os dados do IBGE, de 2000, mostram que a transformação no país foi acelerada na década de 70 a 90, pela expansão da economia favorecida pelo processo de industrialização. Nesse processo, as áreas urbanas passaram a ser o centro e a convergência para a ascensão econômica e social da população.

Por outro lado, essas áreas foram ocupadas de maneira desordenada e sem a preocupação do poder público com a implantação de infra-estrutura, necessária principalmente em saneamento básico, e na preservação da natureza. Sabe-se que as áreas ambientalmente frágeis como, por exemplo, áreas de encostas, fundos de vale, alagadiças, e de mananciais foram ocupadas, inclusive, com a conivência do poder público.

Com a desaceleração da economia a partir de 90 do século XX, a situação nas áreas urbanas piorou. Ao lado de problemas sociais relacionados à ausência de infra-estrutura adequada,

surgiram os impactos ambientais que, juntos, formaram o que se pode chamar de degradação socioambiental. Desta forma, a maior parte das cidades brasileiras apresenta hoje, no século XXI, o espaço urbano dividido em duas áreas; uma, com a população economicamente abastada, vivendo com infra-estrutura urbana satisfatória, e outra, a população de baixa renda, vivendo em áreas com maior densidade populacional, sem infra-estrutura e, muitas vezes, estabelecidas em áreas ambientalmente frágeis.

Este quadro social e territorial, tão comum entre as cidades brasileiras¹, é demonstrado em muitos estudos que tentam apontar indicadores para solucionar problemas de muitas populações como: enchentes, esgotos a céu aberto, erosão, poluição de águas, entre outros. Quase todos os estudos indicam a necessidade de implementação de medidas governamentais para melhorar as condições do espaço urbano e de seus habitantes, tal como se observa no recém lançado Estatuto da Cidade.

Esta pesquisa tem origem nestes problemas comuns pelos quais passaram as cidades brasileiras. Neste caso, optou-se por analisar o espaço urbano da cidade de Maringá, localizada na região norte do Estado do Paraná – Brasil, no contexto dos planejamentos dessa cidade. Estabeleceram comparações entre os espaços iniciais da cidade: espaço natural – árvores, parques, praças; e o espaço construído – edificações, ruas; enfatizando-se os problemas socioambientais. Assim, investigar o espaço urbano desta cidade significou reconstruir uma parte de sua trajetória ao longo de uma história iniciada oficialmente em 10 de maio de 1947.

¹ Ver o estudo de BREMAEKER, François E. *O papel do município na política habitacional*. Rio de Janeiro: Sereis Estudos Especiais n.32, IBAMA, junho de 2001, no qual o autor faz um levantamento com bases dos dados apresentados pelo IBGE, da favelização das cidades brasileiras.

Debruçar-se sobre a cidade de Maringá significou olhar a cidade além de sua arborização, quase sempre florida. Constituiu-se em um processo cognitivo de apreender sua funcionalidade, estrutura, representações, contradições, problemas na trajetória de seu tempo registrado em seus espaços naturais construídos e sua urbanidade, tempo/espaço, historiado na memória de seu povo, de seus documentos, de suas ruas, edificações, praças, parques, córregos.

Observa-se que a cidade de Maringá se constituiu entre a destruição e a reconstrução de sua natureza formando um espaço urbano, onde as árvores traduzem uma representação social de “cidade ecológica” e o seu traçado urbanístico simboliza a modernidade. E esses vestígios, registrados em seus símbolos e na memória coletiva de seus cidadãos, permitiram elaborar um outro olhar sobre essa cidade. E é este olhar, pautado nos princípios da pesquisa científica, que se apresenta nesta tese.

Sob que elementos se constroem a história de uma cidade? Como ela é percebida por seus moradores? Como se forma o espaço urbano? Foram parâmetros perseguidos no transcorrer desta pesquisa e espera-se que eles tenham alcançado suas prerrogativas. As questões aqui abordadas devem ser vistas como parte de um processo investigativo que não esgotou, nem se propôs a isto

O homem como ser social comunga com o espaço e com o tempo seu caminho na natureza e na história e, como ser histórico e social, apropria-se da natureza para suprir sua existência e produzir e reproduzir o capital, suscitando um cadinho de relações sócio-econômicas e políticas. Mas é na apropriação da terra que o homem estabelece seu *habitat* mais sofisticado:

a cidade, pautada em relações de trabalho, produção, consumo, organização social, econômica, política, administrativa, cultural.

A proposta contínua de acordar um traçado urbanístico moderno urbano com a natureza – ou com o que sobrou dela na região – foi o princípio estabelecido pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP que resultou na criação de uma cidade inspirada no modelo da cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Os núcleos urbanos destinados a se transformar em sedes locais obedeceriam a uma distância de aproximadamente cem quilômetros entre si, intercalados pelos chamados patrimônios, que seriam pequenos centros comerciais e abastecedores. Neste sentido, a CMNP fundou quatro núcleos na região norte e oeste do Paraná: Londrina (1930-1934), Maringá (1947-1951), Cianorte (1953-1955) e Umuarama (1955-1960) (CMNP, 1975).

Não se pode afirmar, categoricamente, que a cidade de Maringá, efetivamente, tenha sido uma cidade-jardim, tal qual pensara Howard. Por sinal, nenhuma cidade implantada em vários países, objetivamente, seguiu a risca à proposta de Howard, mas não resta dúvida que seu projeto foi inspiração para vários arquitetos e engenheiros urbanos.

Comparando o projeto de Howard, com o projetado para Maringá, pode-se afirmar que uma das destinações essenciais está na espacialização dos núcleos urbanos. Para o urbanista inglês, a cidade-jardim teria um traçado circular e, em sua órbita, mais seis outros pequenos núcleos urbanos.

O projeto estabelecido por Vieira obedecia a um traçado linear leste/oeste, acompanhando o espigão do relevo e o trajeto da ferrovia. E, conforme, os planos da Companhia, a implantação

de outros sítios urbanos implementados por esta como: 62 núcleos urbanos denominados de patrimônio, 9 distritos, 18 sede de municípios, que acompanhavam o traçado da linha férrea na distribuição linear das cidades. Tal dispersão espacial fazia sentido para a Companhia, pois era um facilitador no escoamento da produção do café, tanto para o Porto de Paranaguá, como para o Porto de Santos, via Ourinhos-SP.

Um outro diferencial está na sua concepção utilitária da cidade-jardim, pois a proposta de Howard era de uma alternativa para desafogar a cidade de Londres, congestionada por uma super população. No caso da região norte do Paraná, esse problema não existia, pelo contrário, a Companhia gera, como se verá, uma intensa propaganda da fertilidade do solo, da oportunidade de enriquecimento, e da qualidade do sítio urbano, como forma de atrair uma população fixa de moradores, investidores, e de trabalhadores sazonais no plantio e colheita do café, principal produto da época. Outra diferença está visão político-administrativa da cidade-jardim, segundo Howard, seria de uma gestão autônoma e comunitária e, no caso de Maringá, esta se dá no plano político-administrativo vigente no Brasil.

Atualmente impulso de preservar a natureza, melhorar a qualidade de vida nas cidades se encontra cada vez mais presente no discurso e nas ações da sociedade política e civil. Mas, por trás de todas essas intenções, pode-se dizer que pouco se faz na prática. A pujança dos interesses individuais, políticos e econômicos se aliam ao favorecimento da reprodução do capital.

Essa, é uma realidade presente, como se verá, na cidade de Maringá, Desde o início de seu assentamento, os interesses econômicos da CMNP implantou um projeto de cidade, devastador da fauna e flora e de sua população de índios e posseiros que, na época, ali

habitavam, e segregador, na medida em que já inicia a cidade delimitando, em seu projeto, as áreas a serem povoadas e por quem.

Mais uma vez, essa prática e realidade ainda se faz presente. Apesar da cidade de Maringá se valer em sua estrutura urbana de uma paisagem arborizada e de propagar um discurso de “cidade verde” é visível em seu sítio urbano a agressão ao meio ambiente na falta de um planejamento e manejo para suas áreas arborizadas, como se verá nos dados de uma pesquisa recém divulgada, na agressão aos fundos de vale, na não aplicação dos projetos de recuperação de seus parques e praças, na implantação de infra-estrutura nos bairros periféricos, entre outros problemas que serão apresentados nesta tese.

OBJETIVOS

2 – OBJETIVOS

Para realizar a pesquisa foram levantados estudos de cunho sócio-ambiental sobre a cidade de Maringá realizados por profissionais de diversas áreas tais como: história, sociologia, geografia, arquitetura, engenharias. Para delimitar o objeto de estudo, do ponto de vista teórico, buscou-se nessas pesquisas sobre a dinâmica das cidades o vocabulário e os conceitos da área urbana, meio ambiente, paisagem e planejamento urbano.

Os objetivos do presente trabalho foram estabelecidos diante das teorias acerca da produção do espaço urbano, urbanismo, cidade, planejamento urbano, natureza, paisagem. A partir daí, enfocou-se Maringá, seu traçado urbanístico e os problemas ambientais que são presentes na cidade.

2.1 Objetivo Geral

Analisar a produção do espaço urbano de Maringá em seus cinquenta e nove anos de existência, sob o viés do espaço socialmente construído – projeto urbanístico de ruas, bairros; e de seu espaço natural construído – parques, praças, arborização – originalmente sob uma proposta urbanística da cidade-jardim.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o espaço construído/habitado e as áreas verdes de Maringá;
- b) Identificar as transformações urbanas na medida em que o projeto de cidade-jardim é modificado com o desenvolvimento e crescimento da cidade;

- c) Explicar como a representação social de “cidade ecológica” “cidade verde” sobrevive na população , apesar dos seus problemas ambientais;
- d) Explicar os interesses do poder público em promover o ideário de “cidade verde” “cidade ecológica” que sobrevive até hoje na cidade.

3 - PROBLEMA DA PESQUISA

Percebe-se a cidade como produto da construção humana que se estabelece nas ações histórico-social e que expressa em sua estrutura urbanística os significados e símbolos de seus cidadãos ao longo do tempo. Um misto de passado e presente que se revelam em sua arquitetura, espaços públicos, traçados de ruas, paisagens naturais, entre outros.

A análise sobre o espaço urbano de Maringá leva ao desafio de explicar a produção desse espaço que surge inspirado no modelo inglês de Cidade-Jardim e que para os seus fundadores, no caso a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP criavam “cidades a se tornarem núcleos de maior importância” (CMNP, 1975 p. 76) e que “embora situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares” (Ibidem., p. 252). Assim, Maringá, já desde o seu projeto urbanístico, foi concebida como uma cidade de futuro promissor, associada à modernidade e desenvolvimento.

Nesta perspectiva, será conduzida toda a propaganda elaborada pela CMNP, na comercialização de seus lotes e consolidação do sítio urbano. “MARINGÁ: UMA OBRA PRIMA DE URBANISMO – Planificada com todos os requisitos da técnica urbanística, para

dar conforto e bem estar aos seus habitantes. Maringá surpreende a todos com suas ruas largas de 45, 35 e 30 metros” (Revista A Pioneira nº 10 dez. 1951).

Assim, em sua trajetória - seja pelas ações da CMNP, depois pela Prefeitura Municipal de Maringá ou por sua elite dominante - a cidade de Maringá sempre esteve associada a uma imagem de sucesso, modernidade e desenvolvimento. Representada por uma propaganda que divulga *slogans* de “cidade-jardim”, “cidade-canção”, “cidade-ecológica”, “cidade-verde”. Neste contexto, observa-se que os segmentos político e economicamente dominante, conduzem até hoje a cidade de Maringá dentro da prerrogativa de promover uma imagem de sucesso.

Dessa forma um problema conduz esta pesquisa: *Quais os interesses por parte da Companhia colonizadora em promover a cidade de Maringá associada à modernidade e desenvolvimento. E hoje, essa imagem vem sendo conduzida pelos Gestores Públicos Municipais e por seus segmentos político e economicamente dominante como a de uma “cidade ecológica” e “cidade verde”, muito embora as inúmeras contradições sócio-ambientais apontem para os problemas urbanísticos presente na cidade de Maringá?*

4 – JUSTIFICATIVA

Como justificativa desta pesquisa, entende-se a sua inserção no rol das investigações sobre o tema Cidade e Ambiente, na compreensão e explicação do espaço urbano da cidade de Maringá, corroborando na consolidação formal do conhecimento desta. Além do mais, pesquisas como esta são oportunas no momento em que se busca implementar no Brasil Planos Diretores pautados no Estatuto da Cidade.

Sabe-se que a “crise ecológica” (STAHEL, 1995) está intimamente relacionada com a capacidade dos ecossistemas de absorver e recuperar-se das agressões antrópicas provocadas pelas ações do homem. Essas ações têm nas cidades um espaço privilegiado de agressões ao meio ambiente. Sendo assim, este estudo representa uma possibilidade de fornecer indicadores que permitam analisar as ações impactantes no sítio urbano de Maringá, estabelecendo indícios que possam minimiza-los no ambiente urbano no futuro.

5 – INEDITISMO

Como se trata de uma pesquisa sobre a cidade de Maringá, seu caráter inédito está no tratamento empírico que a investigação deu ao levantar alguns problemas da cidade. Revelando os problemas sócio-ambientais que se contrapõe ao discurso de “cidade ecológica” ou “cidade verde”.

Ao indicar as ações ambientais realizadas em Maringá por meio de seus planejamentos, esta investigação contribui com o debate teórico e histórico da cidade de Maringá e indica novas ações ambientais que são, hoje, tema de vários profissionais que trabalham na cidade e partilham estes problemas ambientais e sociais de Maringá.

6 – RELEVÂNCIA

A relevância da pesquisa encontra-se no fato de que a cidade de Maringá, denominada pelo Poder Público, segmentos sociais dominantes e por seus moradores em geral, como “cidade-ecológica” ou “cidade verde”, tendo a árvores como signo que congrega a modernidade e a preservação, camuflando desta forma a depredação da natureza e seus problemas e conflitos sociais.

De certo modo, esta investigação está ao lado das averiguações sobre Maringá, sua história, suas redes sociais, a ocupação do solo, os problemas sócio-ambientais, reunindo profissionais da sociologia, geografia, antropologia, saúde, história, educação e engenharias.

7 – METODOLOGIA

As questões teóricas e metodológicas descritas aqui foram essenciais para efetivar a presente pesquisa e referenciam a investigação sobre a dimensão histórica da cidade de Maringá e seu projeto urbano de cidade-jardim e a expressão contemporânea de seu paradigma ambiental de “cidade verde” “cidade ecológica”.

Os procedimentos metodológicos delineados para a investigação proposta foram: a) levantamento e análise dos estudos sobre cidades e sobre Maringá em acervo de bibliotecas universitárias, bibliotecas institucionais, jornais locais, internet; b) levantamento e análise de documentos oficiais sobre o processo de construção e ocupação do espaço urbano da cidade de Maringá, disponibilizados em órgãos públicos como: Prefeitura Municipal de Maringá, Divisão de Patrimônio Histórico de Maringá e Museu da Bacia do Paraná; c) inventário e análise dos mapas urbanísticos, topográficos, hidrográficos, político, pertinentes ao município de Maringá; d) exame e interpretação de fotografias para registros do sítio urbano de Maringá; e) análise do inventário da arborização; f) análise dos *slogans* de “cidade verde”, “cidade ecológica”; g) exame de planejamentos urbanos implementados na cidade; h) análise de documentos oficiais que registrem em dados estatísticos informações sobre a cidade.

Neste sentido, esta pesquisa propôs-se tratar o espaço urbano da cidade de Maringá no bojo das discussões sobre urbanismo, enfocando o ideário de cidade-jardim que foi e continua

sendo o modelo de cidade e de desenvolvimento urbano para a política local e para os setores interessados em investimentos para Maringá.

Sob este ideário, a cidade guarda inúmeros problemas ambientais e sociais que acumulou desde a década de 50, do século passado e, que a cada dia mais, aparecem sob a forma de impactos nos fundos de vale, na poluição da água, no desaparecimento de animais importantes para estes locais como os anfíbios (que são bioindicadores de qualidade de água) e no aumento de artrópodes como o escorpião infestando, hoje, 2006, 14 bairros, o que aponta um desequilíbrio entre a população animal.

Cada vez mais, em Maringá, tem-se notícia dos descontroles provocados pelos impactos de anos atrás, como o caso da superpopulação, no campo e na cidade, da pomba amargosa; no campo, a proliferação de formigas, a erosão do solo, depredação dos fundos de vale. Assim a natureza revela aos habitantes atuais o que os seus antepassados fizeram na área ora ocupada pela cidade.

7.1 Os Passos para Elaboração da Pesquisa

Para a elaboração desta tese, delineou-se um percurso metodológico fundamentado nos estudos descritivos. Este tipo de estudo tem seu foco em investigar um determinado tema, seus problemas, sua dinâmica etc. Triviños (1992, p.110) descreve esse trabalho como:

Os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Por exemplo, se um pesquisador deseja estudar sobre os interesses de formação e aperfeiçoamento dos professores de uma comunidade, ele deve saber, *verbi gratia*, que existem regimes de trabalho, diferentes tipos de escolas, que os professores se diferenciam por idade, sexo, estado civil etc. O estudo descritivo pretende descrever com 'exatidão' os fatos e fenômenos de determinada realidade.

O estudo descritivo permite a análise documental que é o tipo de pesquisa que “fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre as leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto etc.” (TRIVIÑOS, 1992, p.111).

Para que os estudos descritivos tenham validade científica, eles devem apresentar uma precisa discussão das teorias que permitirão ao investigador elaborar um método de análise e uma interpretação dos dados. O objeto de estudo, os objetivos, as questões da pesquisa devem ser claras para que o pesquisador possa efetuar um exame crítico de seus documentos. A base deste tipo de estudo é a descrição mais exata possível dos fenômenos, pois este estudo foge do padrão de verificação, observação, e estudos experimentais (TRIVIÑOS, 1992, p.112).

Assim, para a realização desta pesquisa, efetuou-se o seguinte método:

A) Delimitação do problema de pesquisa e do objeto de estudo:

O objeto de estudo – o espaço urbano de Maringá, Paraná, no contexto dos planejamentos da cidade. Buscou-se estabelecer similitudes entre o espaço natural – árvores, parques, praças – e o espaço construído – traçado de ruas no período do nascimento do projeto inicial de cidade-jardim com o momento atual da cidade, marcados pelos problemas ambientais presente nesta cidade.

B) Fase da pré-análise:

Para efetivar a pesquisa foram levantados os estudos de cunho sócio-ambiental sobre a cidade de Maringá, realizados por profissionais de diversas áreas como geógrafos, biólogos, sociólogos, historiadores, engenheiros e arquitetos.

Esta fase permitiu conhecer a dinâmica da cidade de Maringá e, mais precisamente, formar o vocabulário e os conceitos da área ambiental, espaço urbano, cidade, planejamento. Nesta fase, também foram formulados os objetivos gerais da pesquisa, o problema mais amplo, e determinou-se o *corpus* da investigação que nada mais é do que a especificação do campo de pesquisa.

C) Fase da descrição analítica:

Nesta fase – a analítica – foram estudados documentos acerca da dinâmica da urbanização de Maringá, sempre segundo os referenciais estabelecidos diante das teorias acerca do espaço urbano (*corpus*).

Para a descrição analítica, tem-se o procedimento de codificação e classificação dos documentos. Com isso, enfocou-se Maringá, seu traçado urbanístico e os problemas ambientais presentes na cidade. Elaborou-se uma descrição analítica do espaço urbano da cidade de Maringá em seus cinquenta e nove anos de existência: o projeto urbanístico de ruas, dos bairros, dos espaços públicos e de seu paisagismo constituído em seus parques, praças, ruas - a arborização - que constituem o modelo urbanístico de “cidade verde”. Nesta descrição, foram objetos de análise:

- a) O espaço construído/habitado e as áreas verdes;
- b) As transformações urbanas – espaço construído/natural – na medida em que o projeto de cidade-jardim é modificado com o desenvolvimento e crescimento da cidade;
- c) A representação social de “cidade verde” que sobrevive na população apesar dos seus problemas ambientais;

d) Os interesses do poder público e de alguns segmentos sociais em promover o ideário de “cidade verde” .

D) Fase de interpretação referencial:

Nesta fase, apoiando-se em documentos informativos da dinâmica da cidade de Maringá, realizou-se a sistematização do material, indicando as tendências ambientais e as relações sociais que determinaram a cidade de Maringá tal como se apresenta hoje.

Não se analisou e se interpretou apenas o conteúdo manifesto dos documentos (dados, estatísticas, etc.), mas buscou-se vincular os documentos a uma visão de história que não negasse as relações sociais de produção e os conteúdos ideológicos e de valores que uma determinada sociedade produz.

Para concretizar esta fase – fase final da tese – utilizou-se um rico material de propaganda do início da vida da cidade, fotografias, mapas, inventários entre outras fontes, para evidenciar:

a) as representações que sustentam a cidade de Maringá sem problemas sociais e/ou ambientais;

b) as transformações urbanísticas da cidade.

*Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta
Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra –
Responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo.
Depois acrescenta:
- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
- Sem pedras o arco não existe.
(ITALO CALVINO)*

3.1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CIDADE

Corrêa (1989, p.12) afirma que a formação do espaço urbano é composição de agentes sociais responsáveis: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos, e é no bojo das ações empreendidas por esses atores sociais que se constrói o espaço urbano. Ainda na mesma lógica, este autor afirma que uma cidade capitalista é a composição de vários agentes e segmentos sociais portadores de interesses diversos. Assim, é sob esta perspectiva analítica que será conduzida esta pesquisa.

Desta forma, entende-se que para compreender e explicar a cidade, é preciso, antes de tudo, conceber as instituições políticas e civis, representada por seus atores sociais como pilares na base da organização e desenvolvimento da sociedade e de seu espaço físico, pois a cidade é o resultado coletivo de um povo; nela estão impressos sua história, sua cultura, suas relações sociais, políticas, econômicas, suas crenças e seus valores. O espaço urbano é o espaço fragmentado e articulado em práticas sociais de locação e relocação espaciais, frutos de um produto social acumulado no tempo.

Evidentemente, outros autores foram examinados em seus conceitos, Singer (1977) descreve a separação entre cidade e campo. Para o autor, a origem da cidade se deu como consequência da separação do trabalho, estabelecida entre o campo e a cidade; essa separação ocorreu devido à auto-suficiência de cada grupo para produzir a sua própria subsistência.

Já Rolnik (1988) defende discute a cidade como surgimento do processo de sedentarismo do homem; isso favoreceu uma nova relação homem/natureza, mediada por uma estrutura racional e abstrata que definiu os espaços de ocupação do indivíduo na cidade.

Autores como: BENEVOLO, (2003), CHOAY, (1979, 1985), GEDDES, (1995), MUMFORD, (1961, 1982), REIS FILHO, (1967), ROSENEAU, (1988), são estudiosos da cidade que resgatam as diversas matrizes do urbanismo na historiografia. De modo geral, esses estudos debatem o cruzamento entre natureza e o ambiente urbano e analisam os projetos e planejamentos urbanísticos de várias cidades.

Estes estudos trazem referenciais importantes para a compreensão do espaço urbano e vão desde as contribuições da Escola de Chicago, na década de 20, até a perspectiva da natureza artificializada presente na Carta de Atenas de 1933, sob a influência dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, influente na arquitetura até a década de sessenta.

Outras contribuições surgiram, a partir da década de 80, com enfoque ecologista para indicar o desenvolvimento sustentável no espaço urbano com a participação da iniciativa privada, sociedade cível e o setor público, atribuindo, assim, às parcerias, com uma política para a melhoria do ambiente urbano, para minimizar os impactos do urbanismo.

O termo “cidade”, sem dúvida, estimula o imaginário individual e coletivo, pois inspira inúmeros significados, desde o simples lugar do sonho de ascensão individual até os complexos emaranhados de símbolos e significados presentes em suas ruas, parques, praças, prédios, casas. É como diria Lynch (1999, p.1): “cada cidadão tem várias associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados”.

Desta forma, entende-se que a cidade deve ser percebida na interseção dos signos, símbolos, das imagens, que cada um dela faz. E, como o produto das relações sociais e fruto da realização humana, isso se dá nas representações sociais da cidade.

Para Raban², a cidade pós-moderna é como uma colméia permeada por labirintos que se interligam em interações sociais diversas. A cidade aparece, assim, como um espaço livre, onde as relações sociais são construídas e onde tais relações constroem a cidade.

A cidade também pode ser entendida na perspectiva marxista de Castells (1983) como um *locus* da economia de mercado, de consumo, e da reprodução da força de trabalho. Castells (1983) toma a cidade como o *locus* da economia, do mercado de consumo, num eterno processo de produção-distribuição-consumo. Para Castells (1983), a cidade é um *locus* da reprodução da força de trabalho e também pode ser entendida como um *locus* de segregação, estratificação, conflito, ou como um *locus* de produção e reprodução social – no sentido das relações sociais estabelecidas – um *locus* administrativo e político, de contradições, lutas e disputa de poder.

² Raban, Jonathan. *Soft City*. Londres, 1974.

Outro estudo sobre a cidade, com referencial no conceito de semiótica de Peirce (passim), é o da arquiteta Lucrécia Ferrara (1999). Seu livro *Olhar Periférico* retrata um bairro da cidade de São Paulo por meio da percepção ambiental de seus moradores, analisando o uso que eles dão ao seu próprio espaço. O estudo foi realizado em São Miguel Paulista, bairro cujos moradores são trabalhadores. A autora investigou como se dá o modo de apropriação do espaço ambiental e sua percepção pelos moradores “identificando-o e se identificando com ele; o uso dinamiza o espaço e o concretiza como um modo de ser de uma cidade ou de um modo de viver” (FERRARA, 1999, p.27). Nesse bairro, esta autora encontrou uma valorização do espaço privado, isto é, o interior da casa, os móveis. Pouca ênfase foi dada pelos moradores ao espaço público como as ruas, parques, associações etc. Isto configura a situação social na qual as cidades se encontram: cada vez menos os espaços públicos das cidades configuram uma dinâmica de valorização do espaço privado.

Schama (1996), em *Paisagem e Memória*, embora não estude propriamente as cidades, descreve como as paisagens ficam ligadas à memória afetiva e cultural das pessoas. Assim, este autor descreve que os judeus, quando migraram para Israel, plantaram filas de eucalipto, pois essas árvores, em fila, e altas em direção ao céu, significavam vida longa ao povo judeu. Ao mesmo tempo, essas árvores, por terem raízes longas seguravam a terra arenosa de determinadas regiões de Israel impedindo a erosão.

Assim, em termos gerais, entende-se que a cidade pode ser definida como um espaço físico formado por um complexo demográfico, social, econômico, político, cultural, entre outros, na qual se estabelecem redes simbólicas de representação social entre os indivíduos acerca da cidade.

3.1.2 Alguns Métodos de Análise nos Estudos sobre a Cidade

Estudos sobre a cidade não são recentes, mas, sem dúvida, com o surgimento da sociologia e das ciências humanas e com as contribuições das áreas das engenharias e das recentes ciências ambientais, os instrumentos de pesquisas do tema ampliaram-se.

Os fundamentos teórico-metodológicos também foram modificados ao longo dos anos. Sobre a sociedade moderna do século XVIII muito foi dito pelos iluministas franceses como Montesquieu (passim) e Voltaire (passim), pelos absolutistas ingleses como Hobbes (passim) e Locke (passim) e pelos alemães como Kant (passim) e Fichte (passim). Já nas sociedades do século XIX, as análises foram marcadas pelo determinismo econômico de Marx e Engels (passim). E a análise das cidades do final do século XIX e início do século XX contaram com os fundamentos do Positivismo de Auguste Comte (passim) e pelo Funcionalismo e Estruturalista de Émile Durkheim (passim) e Max Weber (passim).

Com o predomínio das ciências no século XVIII, a análise social mantinha os mesmos princípios da investigação empírica. Isso foi reforçado, no século XIX, com o advento das ciências sociais, influenciadas pelo positivismo. As ações humanas foram tomadas como fatos sociais e deviam ser analisadas com as técnicas e procedimentos empíricos das ciências exatas. Com Durkheim (1978, passim), a sociedade poderia ser analisada como um fato social, como um objeto, por meio de técnicas empíricas de observação. Weber (1978, passim), por sua vez enfocava os tipos ideais e o estudo de um fenômeno social deveria se dar pelo estabelecimento de comparações com outros fenômenos.

Metodologicamente, estes foram alguns instrumentos para se analisar a cidade, seus problemas, sua população, sua densidade populacional, a taxa de mortalidade e natalidade, a estrutura ocupacional, o suicídio, os loucos e desocupados, entre outros. No século XIX, os estudos sobre os fenômenos sociais eram pautados em dados estatísticos, só no final deste século, com o enfraquecimento político do Estado Liberal, e da não intervenção na organização da cidade, os estudos tomaram outro rumo, ou seja, as pesquisas sobre a cidade ganharam caráter oficial com os recenseamentos, com as pesquisas das universidades que objetivavam conhecer as áreas de conflito e os problemas da cidade, providenciando ações intervencionistas nos setores de saúde, habitação e higiene (DONNE, 1979).

Martinotti³ (apud DONNE, 1979) discorre sobre as pesquisas empíricas com enfoque na chamada “desorganização social”, causada pela industrialização e pelo crescimento urbano. Desses pressupostos empíricos, as investigações sobre o papel das cidades orientaram-se por teorias sociais que enfatizavam os aspectos da cidade capitalista-industrial e das classes sociais. Isso foi importante para se conceber o espaço urbano como mais funcional e segmentado em estruturas espacial e social delimitada.

O estudo de Park (apud DONNE, 1979) trata dessa relação capitalista a fim de traçar duas variáveis da cidade: a competição estabelecida entre os indivíduos em seus espaços isolados; e a comunicação resultado da locomoção dos indivíduos no espaço físico. Assim, para esse autor existe uma simbiose entre esses dois opostos no ajustamento dos indivíduos na construção dos espaços urbanos, ou seja, há uma competição pela sobrevivência e posse do espaço e é desse processo que se forma a cidade.

³ MARTINOTTI, G. (Org.). *Città e Analisi Sociologica*. Pádua, 1968 (DONNE, op.cit.).

Por outro lado, partindo do pressuposto de que a cidade é também um complexo produtivo, de mercadoria, consumo e serviços, é imperativa uma estrutura organizacional que garanta sua funcionalidade e seu desenvolvimento. Na teoria funcionalista da cidade, pode-se encontrar respaldo teórico para compreender o funcionamento do espaço urbano de uma cidade planejada como Maringá.

A cidade funcional é fragmentada em unidades espaciais: área central, área industrial, área administrativa, área de serviços, área comercial, áreas residenciais, áreas de lazer, de modo a dissipar conflitos, promover a circulação da população, e a circulação e escoamento da produção. Apresenta, assim, uma imagem de tranquilidade e hegemonia social e uniformização do espaço.

O objetivo da cidade funcional é se transformar em uma estrutura física atrativa para a reprodução do capital e passar a imagem de bem-estar e de qualidade de vida de seus habitantes. Nesta perspectiva, a cidade de Maringá foi concebida dentro de padrões da cidade-jardim. O engenheiro responsável por sua construção, Jorge de Macedo Vieira, apenas se aferiu nos dados geográficos e topográficos da região⁴, limitando-se a atender os objetivos estabelecidos pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, ou seja o de criar uma cidade moderna e atrativa a investimentos.

Ainda sobre a funcionalidade da cidade, esta deve se prestar a algo, a uma função que a faça reconhecida. Para George⁵ (apud DONNE, 1979, p.95): “só elas serão consideradas

⁴ O engenheiro Jorge de Macedo Vieira nunca esteve na cidade de Maringá durante a sua construção, nem tão pouco visitou a sua obra de engenharia em um outro momento. Este já é falecido.

⁵ GEORGE, P. Sociologia Geográfica. In: G. Gouvitch, *Tratado de Sociologia*. Milão, 1967.

atividades específicas da cidade, de modo a poderem dar lugar à sua inserção numa categoria de classificação das cidades de acordo com a sua função”.

Para Sorrel (apud DONNE, 1979, p.94), “se os homens se agruparam nas cidades foi para exercerem melhor certas formas de atividades. Estas atividades constituem a função da cidade. A função é de certo modo, a profissão exercida pela cidade, a sua razão de ser”.

Dentro dessa lógica, a cidade deve ter uma função que a mantenha distinta. No caso de Maringá, a agroindústria é, hoje, uma forte atividade. Porém, a cidade ainda procura se identificar com o discurso estabelecido de “cidade verde”, “cidade ecológica”, apesar de enfrentar muitos problemas relativos a sua arborização e a problemas ambientais.

Para finalizar, entende-se que essas teorias apresentadas aqui para a análise e interpretação das cidades, se mostraram adequável na investigação do espaço urbano da cidade de Maringá na medida em que os critérios presentes no projeto de construção de seu espaço físico visavam a atender aos interesses de investidores.

3.2 - A CIDADE COMO AMEAÇA AO MEIO AMBIENTE

Wirth⁶, citado por Castells (1983, p.102), afirma que a característica dos tempos modernos é a concentração de pessoas em gigantescos aglomerados. Para o autor, é necessário estabelecer critérios de análises que não se reduzam a “teoria sociológica da cidade”, ou seja, aos critérios meramente geográficos ou ao reducionismo econômico do capitalismo e industrialização, pois os estudos sobre as cidades são também sobre os seres humanos e as características de suas

⁶ WIRTH, L. Urbanism as a Way Life. *American of Journal or Sociology*, XLIV, July, 1938. p.1-24.

relações. A localização, a grandeza e a densidade do espaço relacionam-se como as relações “socialmente heterogêneas” estabelecidas pelos indivíduos. Sem essa relação corre-se o risco de perder de vista a dinâmica das cidades ou como diz Wirth (apud CASTELLS, 1983, p.90), “as influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana”.

O estudo dessa dinâmica encontra-se em Castells (1983, p.65): “mas o essencial é perceber a ligação estreita dos processos urbanos e da estrutura social, e romper com o esquema ideológico de uma sociedade dualista rural/urbana, agrícola/industrial, tradicional/moderna”. Castells (1983) indica a importância de analisar-se o contexto urbano em sua a dinâmica de trabalho e as relações estabelecidas pelos indivíduos no espaço físico, natural e construído.

É contraditório, mas percebe-se que, mesmo as cidades inchadas e com graves problemas sociais, espaciais e ambientais, ainda são grandes atrativo para o homem, pois oferecem oportunidades de trabalho, de ascensão pessoal, de desenvolvimento da cultura, de amizades etc. Ou, como afirma Wirth (apud CASTELLS, 1983), a cidade não é apenas um local de moradia e trabalho, é também o local da economia, da cultura, da política, atraindo, assim, em sua “órbita”, diversos povos.

De modo geral, pode-se dizer que o espaço urbano proporciona melhores condições de vida, mas, ao longo do tempo, as cidades acumulam seus problemas como poluição, adensamento, erosão, ausência de esgotos, contaminação da água e do solo e do ar, entre tantos outros. Neste sentido, surge um debate sobre o espaço urbano cujo foco está na relação do homem com a natureza e na relação entre os próprios homens.

Ecologistas, biólogos, geógrafos, entre outros estudiosos, opositores das grandes cidades, criticam os grandes centros urbanos e a proliferação humana. Para estes a cidade é uma ameaça constante à natureza. Além disso, urbanistas, demógrafos, sociólogos, economistas e outros apontam a grande cidade como o pólo de problemas sociais, violência, favelização, pobreza e riqueza. Na verdade, essas questões têm sido exaustivamente debatidas, entretanto sem um consenso.

Nesta análise, percebe-se que alguns modelos de diagnóstico para a relação homem e natureza, homem e cidade, apresentam relações simplistas para julgar os problemas da cidade. Primeiro, por relacionar os problemas sociais e ambientais centrados na alta concentração populacional, na pobreza, na favelização; segundo, por priorizar o modelo econômico, o consumismo e tecnologia como fatores determinantes para a degradação do meio urbano. Nessas duas abordagens, é latente o esquecimento e/ou pouca atenção à dinâmica social, política, econômica, cultural, histórica, ambiental, entre outras que está presente na cidade e que é muito complexa, remetendo a uma análise mais profunda do contexto urbano.

De qualquer modo, não se pode negar que a cidade é o *locus* da degradação do meio ambiente – chegando a irradiar seus danos para áreas que extrapolam seus limites físicos – como também de conflitos sociais. Sánchez (2001, p.18) analisa o “passivo ambiental” de uma cidade que representa “o acúmulo de danos ambientais que devem ser reparados a fim de que seja mantida a qualidade ambiental de um determinado local”. Este conceito leva ao debate sobre a desativação de empreendimentos industriais provindos principalmente por conta da contaminação do solo, mananciais, ar e dos riscos dessas áreas para a população e de como a sociedade pode minimizar seus impactos sobre o meio ambiente, ou mesmo pagar monetariamente por estes. O autor ainda faz uma análise das políticas públicas de caráter

corretivo e preventivo dos efeitos da degradação ambiental em países como o Canadá, os Estados Unidos, os países industrializados da Europa. No Brasil, essa discussão se dá, especificamente, em sítios industriais do Estado de São Paulo.

É evidente que analisar os problemas ambientais no contexto urbano sugere uma visão holística. Considera-se que o panorama urbano reflete problemas insolúveis, entretanto, isso não significa que soluções possam ser analisadas e tomadas. Trata-se de articular as lógicas e resultados no empreendimento cidade.

3.2.1 A Discussão da Problemática Ambiental: um Cenário para as Cidades

O progresso industrial e tecnológico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e o aumento da produção e exploração dos recursos naturais renováveis e não-renováveis assumiram proporções alarmantes, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial quando as taxas de consumo energético e o crescimento demográfico atingiram níveis muito altos no século XX.

Isso mudou a idéia de que a natureza e seus recursos naturais eram inesgotáveis. Desde a década de 60, as críticas ao desenfreado desenvolvimento capitalista emergiram e um marco na comunidade internacional foi a publicação do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, lançado em 1962. Neste livro ela denuncia o uso indiscriminado de pesticidas na agricultura americana e as conseqüências desastrosas para o meio ambiente. Hoje, é cada vez mais consensual que a natureza e seus recursos se encontram em alguns casos, no limite de sua sustentabilidade.

Assim, a década de 60 é o referencial cronológico das questões ambientais para se pensar a problemática ambiental. Viola (1992), Dias (1994) debatem em seus trabalhos sobre a temática ambiental na sociedade globalizada, a inserção do tema cidade, natureza, educação ambiental.

A partir de 1970, desencadearam no mundo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, programas, ações, políticas, estudos científicos, encontros em todas as esferas – internacionais e regionais – para viabilizar mudanças de comportamento na ocupação dos espaços urbanos e a sua relação ao meio ambiente.

O Relatório Meadows elaborado pelo Clube de Roma, em 1970, apontava para o crescimento da pobreza no mundo, aliado ao exacerbado consumo energético e à crescente degradação ambiental. Propunha a conscientização da comunidade internacional e a necessidade de promover ações para minimizar os impactos do modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico vigente na sociedade capitalista, na ocupação do espaço urbano.

Este relatório provocou choque na comunidade internacional fazendo com que em 1972, a ONU promovesse a I Conferência sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, que marcou o início do debate acerca dos impactos ambientais no planeta. Neste contexto, estabeleceu-se o Plano de Ação para a Natureza e um Programa Internacional de Educação Ambiental.

Em 1987, o Relatório BRUNDTLAND estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que pudesse atender as necessidades do presente sem que houvesse comprometimento para as sociedades futuras. Este conceito dizia respeito aos cuidados com a natureza, mas não criticava o modelo de desenvolvimento econômico vigente

na sociedade contemporânea. Desenvolvimento sustentável deveria ser a meta para todas as Nações e a pauta de políticas e ações governamentais e não-governamentais para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente e da melhoria na qualidade de vida nas cidades.

Nessa perspectiva do desenvolvimento sustentável, em 1992, foi realizada a II Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, na cidade do Rio de Janeiro, da qual resultou na Agenda 21. Este documento representou o compromisso internacional com o meio ambiente, porém ainda não teve adesão de todos os países, sobretudo, com relação à questão da emissão de gás carbônico. Também revelou a complexidade do problema ambiental no presente, pois, de uma forma ou de outra, todos os impactos ambientais atingem diversos ecossistemas do planeta.

Hoje, início do século XXI, os problemas climáticos induzindo a catástrofes naturais provocadas pelo aquecimento global já são realidades. Assim, a preocupação com o meio ambiente reflete-se na sociedade global que tenta elaborar agendas e ações para minimizar os impactos ao meio ambiente urbano.

Dessa forma, pode-se afirmar que os danos ao meio ambiente tornaram-se uma preocupação mundial, uma vez que as mudanças, principalmente pela poluição atmosférica têm provocado alterações dramáticas no clima da terra, levando ao efeito estufa e à diminuição da camada de ozônio.

3.3 - A CIDADE-JARDIM NO IDEÁRIO E NA PRÁTICA SOCIAL

3.3.1 A Cidade Utópica

Desde a antiguidade, os homens procuravam pensar a cidade como um lugar ideal. O modelo imaginário de cidade e sociedade ideal está presente na história da humanidade desde Platão com a *República* (366, a.C), ao descrever um modelo político para estabelecer uma cidade ordenada do ponto de vista político-administrativo de um governo justo e eficiente, e com a divisão racional do trabalho, direção da cidade resguardada à classe de filósofos.

Aristóteles, em a *Política*, descreve a estrutura de um sistema político, dividindo a obra em oito livros, que tratam da composição da cidade; da escravidão da família; das riquezas; da crítica às teorias de Platão, definido todos os papéis políticos de uma sociedade. Mesmo não centrando sua discussão na cidade, no Livro I, *Do cidadão e da cidade*, Capítulo VII, tece alguns comentário da cidade ideal, sua localização, dimensão, disposição da muralha, dos espaços internos como o mercado, praça livre, templos, áreas para cultivo, pois, para Aristóteles (2000, p.61), “a primeira condição da cidade é ter a quantidade de habitantes tal que possa bastar para todas as suas funções e proporcionar todas as comodidades da vida cidadina”.

Francis Bacon, em 1627, escreve a *Nova Atlântica*, no qual descreve uma ilha com a sua *Casa de Salomão*, lugar de ensino e conhecimento, uma cidade voltada para a ciência e para a técnica, para as invenções e descobertas. Ainda, descreve as funções do trabalho, dos ofícios, dos grandes espaços e das edificações, os grandes lagos, as fontes e mananciais, os grandes e variados hortos e jardins, parques, as árvores frutíferas e as flores que compõem seu cenário de cidade.

Tomaso Campanella, em sua obra *Realis philosophiae partes quartor* (1623), publica, em anexo, *Civitas Solaris* neste livro, escrito na forma de diálogo estabelecido entre o Grão-

Mestre dos Hospitalários e um Almirante Genovês, Campanela constrói sua *Cidade do Sol* no alto, de uma colina, dividida em sete grandes ciclos, representando os sete planetas. A cidade é governada por um chefe supremo Hoh – Metafísico, e por seus chefes adjuntos, Pon – Poder, Sir – Sabedoria, Mor – Amor. Nesta cidade, os homens e mulheres comungam da mesma educação e são treinados para os ofícios; os valores morais são a comunhão do funcionamento da cidade.

Mas, talvez o modelo de cidade utópica mais conhecida esteja em Thomas Morus na obra *A Utopia* (1516). Sua cidade ideal centra-se na economia para estabelecer oportunidades econômicas, políticas e liberdade religiosa para todos os cidadãos. Apesar disso, Morus preconizava uma cidade muito rígida do ponto de vista moral. Outro aspecto da cidade ideal de Morus seria o equilíbrio entre a cidade e o campo, cada qual com funções delimitadas e importantes para a harmonia da cidade utópica.

No modelo utópico de Thomas Morus, pode-se entrever o conceito de cidade-jardim desenvolvido por Ebenezer Howard, o inglês que, no século XIX, preconizou este ideal de cidade. Como Morus, Howard estabeleceu um modelo com um conjunto de cinquenta e quatro cidades, todas espaçosas e edificadas sob um mesmo plano. Suas quadras eram definidas, as ruas eram largas, com praças e jardins residenciais, com centro ornado por prédios públicos e cercada, em sua periferia, por áreas agrícolas.

Tratava-se de cidades auto-sustentáveis com delimitações do campo e cidade, mas ambos oferecendo os suprimentos necessários para as suas necessidades, ou seja, o campo oferece os suprimentos alimentícios e a cidade lhe oferece os bens materiais necessários ao campo.

Howard apresentava minuciosos detalhes da organização político-administrativa, econômica e social de sua cidade.

Outras cidades ideais foram pensadas na modernidade. Ottoni (2002) apresenta alguns projetos como o de Robert Owen, empresário e político escocês, que, em 1817, propôs a criação de cidades com a população de, no máximo, 1.200 habitantes. Era um modelo de sistema cooperativista de produção agrícola, auto-suficiente e o excedente da produção agrícola seria negociado para manter a própria comunidade.

Na França, chama atenção o projeto de Charles Fourier em 1822. Vislumbrou cidades comunais de 1.600 habitantes vivendo em *falantérios*, um tipo de “Palácio Social” que, além de dormitórios e refeitório, teriam edificações públicas como biblioteca, igreja, bolsa de valores, teatro, telégrafo, com um entorno de 400 hectares destinados ao cultivo e pastagem.

A Inglaterra, nos anos de 1848, passa a elaborar as primeiras leis que regulamentavam o espaço urbano e também delimitava a construção de edificações e ruas. A preocupação com as precárias condições higiênicas de Londres fez surgirem novos projetos urbanos como o de John Silk Buckingham em 1849. Ele idealizou a cidade de Victoria para 10.000 habitantes. Em 1876, Benjamin W. Richardson propôs o Hygea, uma cidade para 100.000 habitantes. Fez esse estudo fundamentado em estudos técnicos que viabilizariam melhores condições higiênicas.

Segundo Ottoni (2002), as concepções de Buckingham e Richardson revelam preocupação com as condições higiênicas da cidade, mas não estabeleciam bases econômicas e políticas comuns a esse tipo de proposta.

3.3.2 As Cidades Utópicas Concretizadas

Para Gottia (1996), o advento da modernidade fez com que cidades fossem concebidas dentro de um racionalismo pragmático e utilitarista. Nesta perspectiva, construções de cidades eram concebidas e executadas por companhias as chamadas *Company Towns* cuja atuação foi mais observada no do século XIX, na Inglaterra, Alemanha e França.

Em 1865, a família Kroupp começou a construir a primeira das suas povoações modelo, junto às suas fábricas de aço em Essen. George Gadbury, um fabricante de chocolate, construiu, em 1879, a cidade de Bourneville, com objetivos industriais e filantrópicos, e o mesmo fez outro industrial do mesmo ramo, Meunier, em 1874 (Colônia de *Noisel-sur-Seine*). Os fabricantes de sabão Lever Brothes construíram Port Sunlight, perto de Liverpool em 1886 (GOTTIA, 1996, p.162-163). Gottia (1996), cita outros exemplos de cidades construídas com motivações semelhantes.

As obras executadas pelas *Company Towns* eram empreendimentos particulares ligados às fábricas e destinados a seus empregados. Propunham melhores condições de moradia, trabalho, lazer, escolas. Eram empreendimentos localizados em grandes áreas, junto ao campo, com áreas abertas e verdes, com as construções adaptando-se à topografia do terreno.

Mas, foi na França que se deu o início das grandes transformações urbanas da modernidade. Quando em 1848, Luis Napoleão assumiu o poder na França e se tornou o imperador Napoleão III. Em 1852, ele fez uma reforma estrutural em Paris, tornando a cidade um exemplo de reestruturação de uma grande cidade na metade do século XIX.

A reforma urbana da cidade de Paris ficou ao encargo de Georges Eugène Haussmann, conhecido como o Barão Haussmann, prefeito da cidade parisiense entre 1853 a 1870. Neste período, concretizou o desejo do imperador Napoleão III de transformar Paris na cidade mais atraente do mundo. Haussmann estabeleceu em Paris a tradição do barroco nas grandes construções e monumentos; fez um traçado axial e geométrico para as ruas e avenidas e o modelo inglês dos jardins naturalistas para os parques, jardins e praças.

Neste sentido, Ottoni (2002) afirma que a reforma de Paris proporcionou melhor circulação de pessoas e mercadorias, necessidade das cidades que vinham se industrializando rapidamente e precisavam de espaços e edificações eficientes para atender à crescente população e as novas demandas da indústria. Assim, a Paris medieval, de ruas estreitas e de prédios insalubres deu lugar aos bulevares e grandes avenidas, espaços verdes e abertos, avenidas perimetrais que ligavam vários pontos da cidade.

Um defensor de cidades ideais foi Le Corbusier. Embora seus projetos não tenham saído do papel, com exceção do projeto para Chandigar, na Índia, onde este foi responsável pela construção do complexo administrativo central. Ele prima pelo adensamento da área central ao mesmo tempo em que buscava proporcionar maior circulação e espaços livres. Tecia, no entanto, uma cidade segregada e funcional, com espaços destinados aos arranha-céus do *Plan Voisin*, edifícios luxuosos para os abastados economicamente e edifícios pequenos na periferia da cidade, destinados ao menos afortunados. Esses aspectos caracterizaram o trabalho de Le Corbusier, com seu traçado linear e padronizado.

Outro projeto de Le Corbusier foi *A Cidade Radiosa* de 1933. Neste projeto, mantinha a uniformidade na cidade mas a segregação era atenuada. Fez para os menos abastados

gigantescos prédios coletivos, os Unités, onde cada família receberia o mesmo espaço e as áreas e serviços coletivos já não seriam privilégio das classes afortunadas.

Hall (2000, p.253) aponta Brasília como uma *Cidade quase Corbusiana* dado o traçado linear e uniforme, seus prédios de apartamentos em superquadras “obedecendo à risca à prescrição de La Ville radieuse”. Hall (2000) mostra, também, a influência corbusiana nos Estados Unidos, principalmente na reconstrução de bairros pobres das cidades americanas de New York, St. Louis, Chicago, Newark que tiveram apartamentos homogeneizados e lineares.

3.3.3 A Cidade-Jardim como a Cidade Ideal

A cidade de Londres dos anos de 1890, para Lord Rosebery, presidente do Conselho do Condado de Londres, era descrita como: “Londres sempre me apavorou por sua horrorosidade, pelo fato assustador desses milhões de indivíduos descartados, como por acaso, às margens desse nobre rio” (Rosebery apud HOWARD, 2002, p.105). Ainda sobre Londres: “se quisessem um remédio permanente para o mal, deveriam eliminar a causa; deveriam deter a onda e conter a migração para as cidades, mantendo as pessoas no campo. O interesse e a segurança das próprias cidades estão envolvidos na solução do problema” (Sir John Gorst, Daily Chronicle, 6-XI-1891 apud HOWARD, 2002, p.105). Esses discursos mostram o quadro caótico de Londres à época e a preocupação de algumas pessoas em resolver os problemas daquela cidade.

Para Howard (2002), nas cidades “malsãs” não existe apenas a dualidade rural/urbano. Havia uma terceira alternativa que combinava os atrativos da cidade com a beleza do campo. Sua proposta era inovar na criação dos espaços urbanos, idéia que ele apresenta na obra *Os Três*

Ímãs como síntese de seu ideal de cidade: uma única cidade que fundia o espaço urbano o campo e a cidade. A figura 1 representa essa idéia, na concepção de Howard:

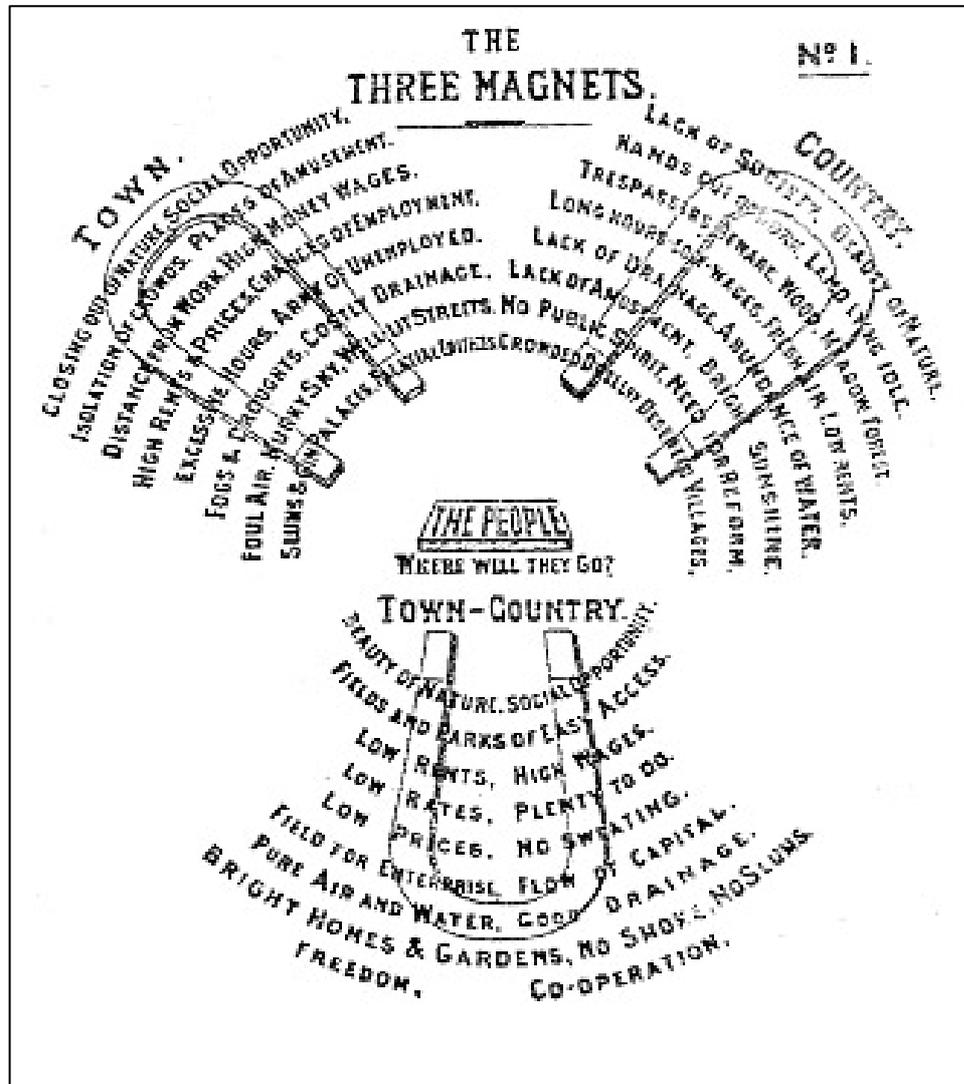


Figura 1 - Os Três Ímãs
 Fonte: Howard (2002).

A cidade-jardim de Howard tinha uma forma circular. Sua área central comportaria um grande jardim, emoldurado por prédios públicos. Ao todo a cidade teria seis grandes avenidas circulares, e em cada avenida estariam estabelecidas as funções de moradia, comércio, fábricas, armazéns, serviços públicos, escolas, parques e lazer e cinturões agrícolas. Teria uma grande avenida de 128 metros de largura e coberta chamada de “Palácio de Cristal”

circulando toda a cidade, que arborizada, serviria de área para lazer – principalmente no inverno – e pequenos comércios. As figuras 2 e 3 trazem o traçado da cidade-jardim elaborado por Howard.

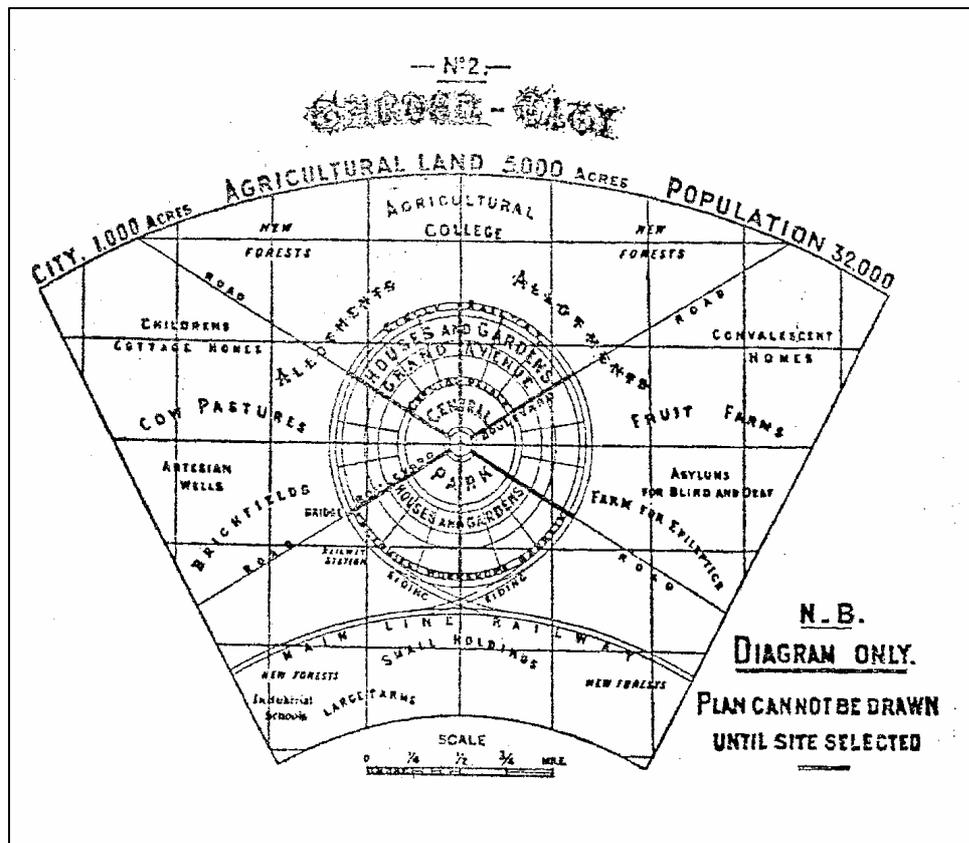


Figura 2 - Esboço da Cidade-Jardim
 Fonte: Howard (2002).

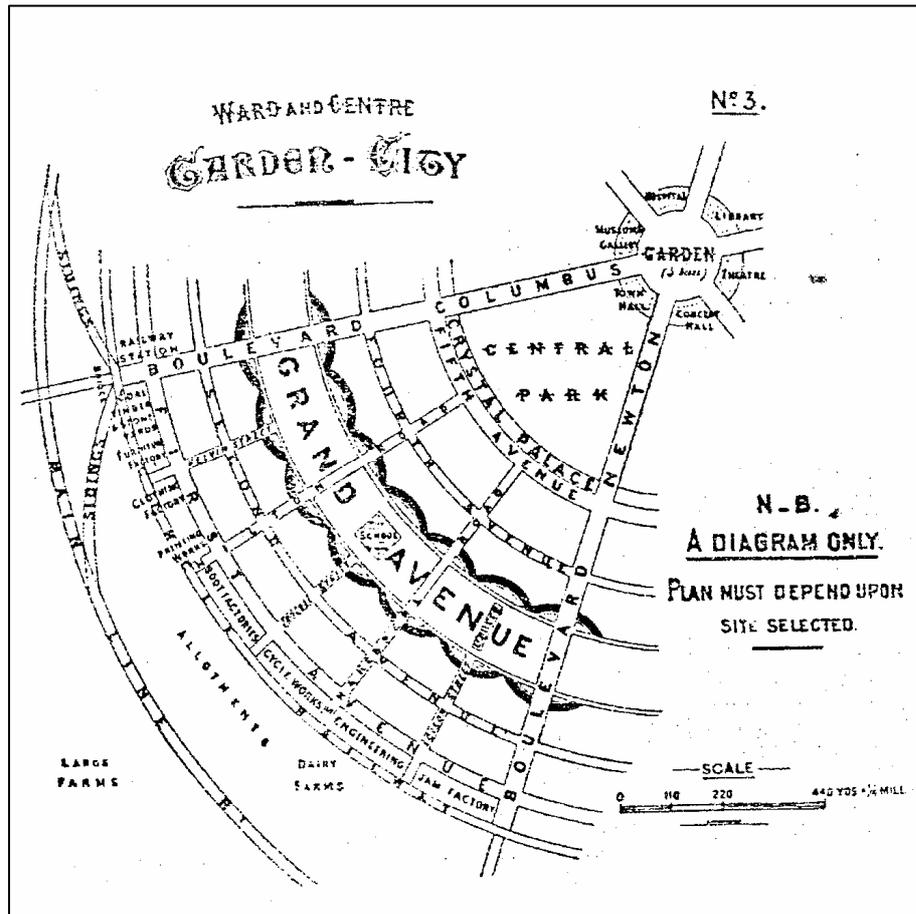


Figura 3 - Detalhe da Planta da Cidade-Jardim, com detalhe para a Grande Avenida
 Fonte: Howard (2002).

Em seu projeto, Howard, ainda prevê a forma administrativa da cidade-jardim, pautada em um sistema de auto-gestão com seus conselhos e departamentos. Também estabeleceu as diretrizes de como a comunidade iria saldar a dívida acumulada com a implantação da cidade. Deu ênfase no orçamento e nos gastos da cidade. Disponha, por meio de exemplos e dados, a forma como a comunidade deveria suprir a municipalidade (gastos de investimento na

manutenção e implantação da infra-estrutura urbana)⁷ e tratava da viabilidade dos cinturões agrícolas em torno da cidade-jardim.

O projeto da cidade-jardim não se resumia em apresentar um modelo de cidade ideal balizada pela harmonia entre o homem e a natureza, cidade/campo. Sua proposta, na verdade, era desafogar os grandes centros urbanos, mais especificamente a cidade de Londres que, no fim do século XIX, contava com uma população de seis milhões de habitantes e vivia o caos urbano com alta concentração de pobreza, marginalidade e problemas de infra-estrutura urbana.

Para Hall (2000, p.103), Ebenezer Howard foi a “mais importante e singular personalidade” do urbanismo moderno, embora seus críticos o tenham tratado equivocadamente de “planejador físico”.

Todavia, para Jacobs (2003, p.16), Howard era “repórter britânico de tribunais, cujo passatempo era o urbanismo”. Afirma que ele detestava as cidades e seus pobres. “Howard trouxe à baila idéias efetivas para a destruição das cidades [...] Descartou particularmente a complexa e multifacetada vida cultural da metrópole” (JACOBS, 2003, p.18) como se vê uma crítica feroz ao projeto de cidade-jardim.

Jacobs (2003), ainda, critica a influência que as idéias de Howard tiveram nos Estados Unidos nos anos 20 do século passado, influenciado um grupo de urbanizadores, entre os quais destaca-se Lewis Mumford, Clarence Stein, Henry Wright, Catherine Bauer, aos quais chamava de “descentralizadores”.

⁷ A receita para o investimento da municipalidade em obras públicas seria proveniente da “renda-cota”, que cada proprietário teria que desembolsar. Comparando seria o nosso Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Jacobs (2003, p.499) defende que a cidade tenha diferentes combinações no uso de seu espaço que possa lhe garantir a diversidade, já que “as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas”. Neste sentido, Jacobs (2003) faz severa crítica ao modelo funcional e padronizado das Cidades-Jardins, fadadas à monotonia e à inércia.

3.3.4 O Modelo de Cidade-Jardim Materializada no Mundo

A concretização de uma cidade-jardim ocorreu no início do século XX, no próprio território inglês, em 1902, com os arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker. Juntos, fizeram a primeira construção da cidade-jardim, Letchworth, a 56 quilômetros de Londres. Seu traçado era simples, cortado no sentido leste-oeste, seguindo a ferrovia que ligava Londres-Cambridge e também cortada por duas grandes avenidas, em direção norte-sul. Era projetada para acolher 30.000 habitantes com a mesma proposta de Howard: grandes espaços públicos, áreas verdes em parques, praças e jardins, áreas agrícolas circundantes, habitação, comércio e indústrias separadas em setores (HALL, 2000).

Welwyn, a quinze quilômetros de Letchworth, foi a segunda cidade-jardim edificada, sob a responsabilidade do arquiteto Louis de Soissons. Tinha capacidade para 40.000 habitantes; era cortada por uma ferrovia no sentido norte-sul que a ligava a Londres ao norte do país. Para este projeto, Louis Soissons estabeleceu um sistema de circulação radial por duas pontes que cruzavam a linha férrea em seu sentido leste-oeste, interligando o setor industrial ao setor residencial. Porém, obedeceu ao projeto de cidade-jardim com grandes áreas verdes, praças, bulevares e o seu cinturão agrícola, quadras lineares e uniformes, grandes ruas e avenidas (HALL, 2000).

Após as construções das cidades-jardins de Letchworth e de Welwyne, outras surgiram os Estados Unidos e na Europa. No E.U.A., a primeira cidade foi Sunnyside Gardens, a cerca de 25 quilômetros de New York. Outros projetos de cidades surgiram como Radburn, Greenbekt próxima a Washington, Levittown em New Jersey, Columbia.

Foram, ainda, construídos nos Estados Unidos, os subúrbios-jardins menos equipados do que a cidade-jardim, mas que mantinham o ideal de áreas integradas ao verde (HALL, 2000).

A figura 4 mostra o Projeto da Cidade-Jardim de Letchworth, e a figura 5 revela a cidade de Letchworth já construída. Nela, notam-se as avenidas arborizadas e seu traçado retilíneo e, ainda, com muitos espaços vazios.

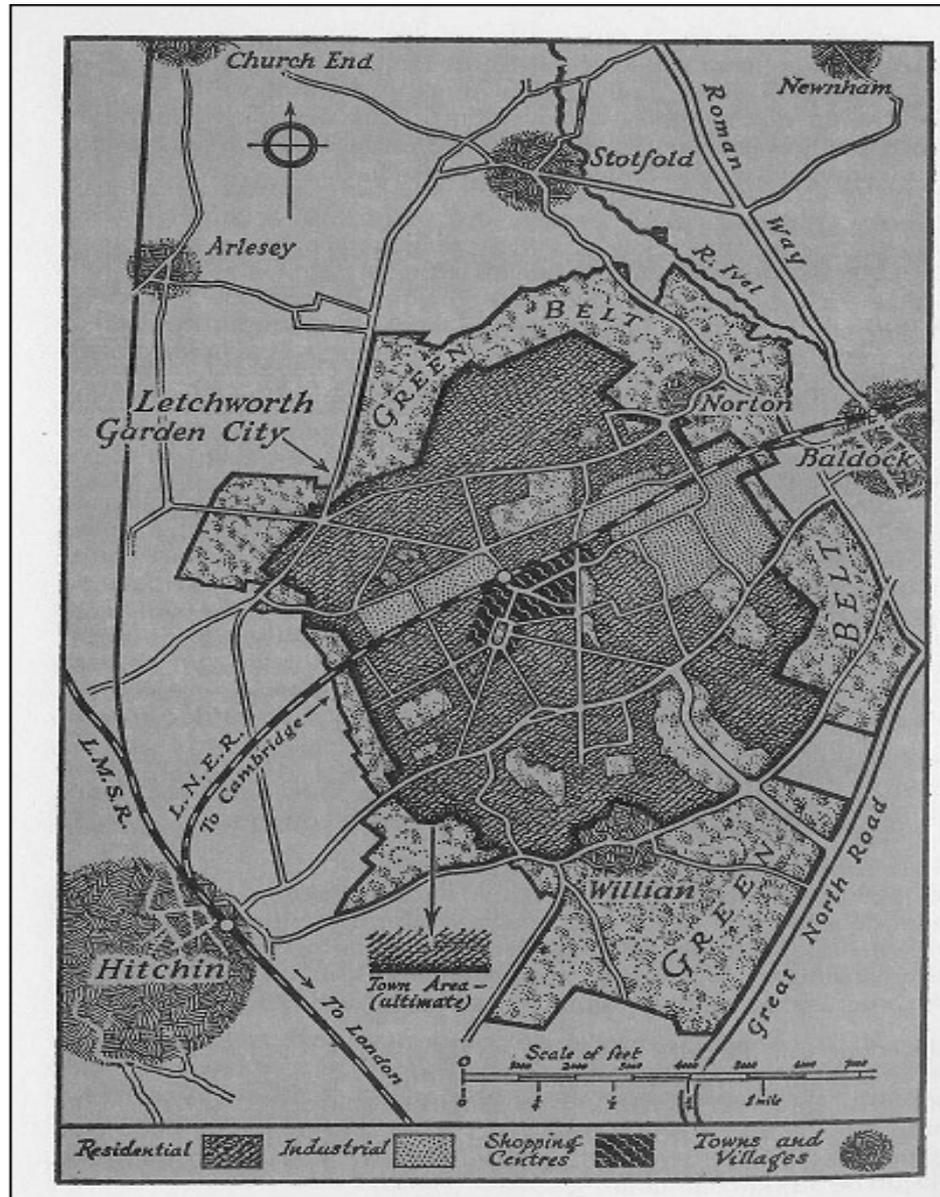


Figura 4 - Planta da Cidade-Jardim de Letchworth
 Fonte: Ottoni (2002).



Figura 5 - A Cidade-Jardim de Letchworth
Fonte: Ottoni (2002 - a fonte não disponibiliza a data da fotografia).

A prática na construção de subúrbios-jardins se estende à França, Itália, Alemanha, Holanda, Copenhague e Estocolmo. De acordo com Ottoni (2002, p.90) estes formaram um “extenso e variado leque de realizações europeias no pós-guerra, a contribuição-síntese do livro de Ebenezer Howard e da construção de suas pequenas Cidades-Jardins foi considerável”.

3.4 - AS CIDADES-JARDINS NO BRASIL

No Brasil, Ottoni (2002) descreve a influência do projeto de Howard em algumas cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram construídos bairros de alto padrão com ajardinamento nos lotes, espaços coletivos arborizados, exclusividade para construções residenciais. Foram os chamados “Bairros Cidade-Jardim”.

Para estes empreendimentos, foi fundada a Companhia City São Paulo que, no Jardim América, bairro de São Paulo, teve projeto assinado por Barry Parker e Raymond Unwin, tornando-se a maior expressão de um bairro com características da cidade-jardim em São Paulo. Outros loteamentos surgiram no Alto da Lapa, Alto de Pinheiros, Butantã, Morumbi. Ainda nesta cidade, são efetuados projetos de reestruturação para a área central, no Vale do Anhangabaú e Viaduto do Chá (OTTONI, 2002).

Na cidade do Rio de Janeiro, as influências do projeto de cidade-jardim, aparecem pelas mãos de Alfred Agache com o projeto “A Cidade do Rio de Janeiro – Extensão Remodelação, Embelezamento” em que ele propõe duas cidades-jardins, uma para a Ilha do Governador e outra para Paquetá, mas que não foram concretizadas. Alguns loteamentos na Gávea e no Jardim Botânico se basearam na cidade-jardim; o projeto mais conhecido é o da Cidade-Jardim Laranjeira (OTTONI, 2002).

Outras cidades brasileiras também tiveram a sua cidade-jardim, ou pelo menos bairros projetados sob este espírito, como o bairro Cidade-Jardim em Belo Horizonte, Minas Gerais. O projeto da cidade de Goiânia, em 1933, capital do Estado de Goiás, elaborado por Atílio Corrêa Lima, estabelecia a construção de uma cidade-jardim, embora com a sua morte em

1943, várias modificações tenham sido feitas como a retirada da área verde central e mudanças nos bairros residenciais. A figura 6 mostra uma propaganda com a planta de um bairro residencial na cidade do Rio de Janeiro, observa-se que era um bairro destinado a classe social abastada economicamente, direcionada aos “aristocráticos”. A figura 7 vem apresentar o Plano para a cidade de Goiânia - Go.



Figura 6 - Bairro Cidade-Jardim no Rio de Janeiro
Fonte: Ottoni (2002).

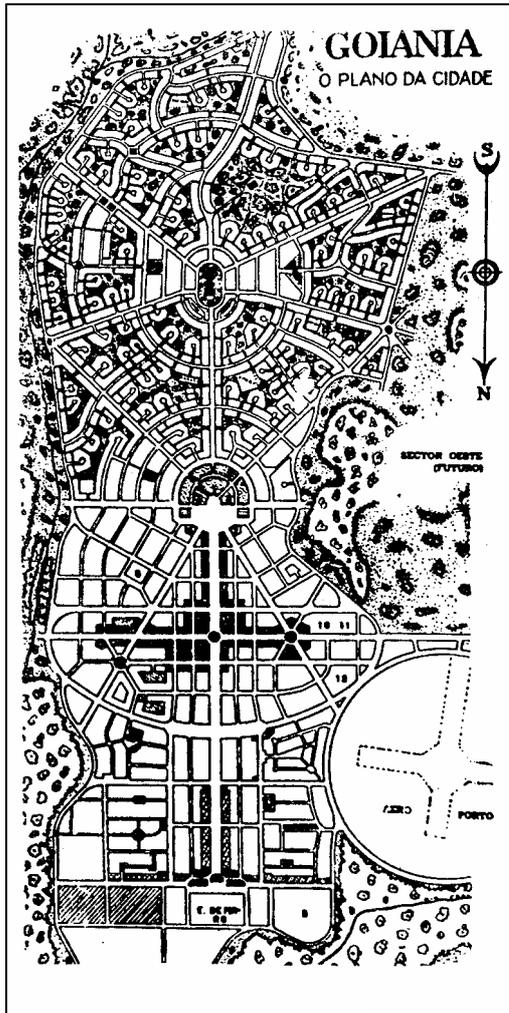


Figura 7 - Plano da Cidade de Goiânia -Go
Fonte: Ottoni (2002).

3.4.1 A Companhia de Terras Norte do Paraná: o Projeto de Colonização

Na região norte do Paraná, a proposta de criar-se uma cidade-jardim foi iniciada com a compra de terras pela empresa *Paraná Plantations Company*, com sede em Londres, através de sua subsidia no Brasil a Companhia de Terras Norte do Paraná, sediada em São Paulo, e a responsável pela execução dos planos de colonização e do projeto imobiliário.

Esta transação comercial se deu com a vinda da *Missão Montage* em 30 de dezembro de 1923, a convite do Governo Brasileiro, então Presidente Artur Bernardes, chefiada por Simon Frase, o Lorde Lovant. Tal missão tinha como objetivo, em primeiro lugar, analisar a economia brasileira, ou seja, avaliar as condições do Brasil para pagar suas dívidas; em segundo lugar – extra-oficialmente –, esta missão pretendia fazer contatos para desenvolver atividades econômicas de capital privado no país⁸. Como resultado desse contrato, compraram terras no norte do Paraná para plantar algodão e suprir a indústria inglesa (ADUM, 1992; PAULA, 1998; TOMAZI, 1989, 1997) revelam que a venda das terras e da madeira tornaram-se atividades muito lucrativas para a Companhia.

Como afirma o Sr. Gastão de Mesquita Filho, um dos primeiros diretores da CMNP:

[...] eu falava a Lovant das vantagens da colonização, apoiada na construção das estradas de ferro e na repartição inteligente das terras [...], os preços dessas datas foram subindo até atingirem, em um ano, até 50 contos de réis. [...], uma valorização de mil por cento [...], na Inglaterra os bons negócios se faziam na base dos cinco por cento ao ano (CMNP, 1975).

⁸ Para Nelson Tomazi, *Norte do Paraná: história e “fantasmagoria”*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. “Lord Lovat e seus sócios devem ter tido acesso a toda a documentação da “Paraná e Mato Grosso Survey Expedition” que incluía levantamentos topográficos minuciosos, possibilidades agrícolas, quantidade de madeira, recursos hídricos, etc. Não estavam vindo para uma terra desconhecida como querem fazer parecer através de seus discursos” (TOMAZI, 1997, p.186).

Apesar de que nesta própria edição comemorativa da CMNP (1975, p.150) encontra-se registrado:

Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão de terras em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiram adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças [...], E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária.

Este discurso, entretanto, contradiz não apenas o próprio discurso registrado nesta edição comemorativa, aqui apontado, como ainda esquece de citar a forma violenta e brutal como foi feita esta colonização, não apenas no que diz respeito à derrubada da mata e o extermínio das espécies que compunham sua fauna, mas também ao que se refere à população ali residente: posseiros e índios.

Para ocupar a área de Maringá, a Companhia travou uma luta violenta com os povos indígenas. Conforme escreveu Dean (1996, p.255): “povos tribais ainda ocupavam parte da área. E também, havia inúmeros proprietários presumidos a ocupantes. A companhia organizou uma força policial privada cuja atuação, propalava-se, não diferia da dos pistoleiros contratados por loteadores menos escrupulosos”.

Nessa luta, disse Paula (1998, p.69) que “as armas iam desde os machados afiados contra as árvores, cipós e arbustos e o fogo das coivaras a pistolas que cuspiam fogo contra animais, índios, posseiros e grileiros daquelas terras”.

O colonizador não poupou esforços e suas ações mudaram radicalmente a paisagem da região e a vida das populações indígenas ali presente, pois ofereciam perigo ao colonizador e era sinônimo de atraso, como observa Paula (1998, p.45): “quanto à floresta, esta não deveria ser

posta ao chão apenas porque eles, “os civilizados”, chegavam para “plantar” as cidades, mas também, porque nela habitavam todos os tipos de vida selvagem e ofereciam perigo aos “civilizados”.

Percebe-se, na análise dos registros sobre a história de Maringá, que a colonização no Norte do Paraná não foi assim tão tranqüila, como se desejou demonstrar no discurso da Companhia anteriormente citado, característico dos segmentos que possuem o poder econômico e político, e que querem continuar passando a imagem poética dos vencedores, pacíficos e honrados que colonizaram e criaram cidades em prol do bem social.

Esse discurso não é exclusivo da Companhia, como demonstra Gonçalves (1999), pois existe uma preocupação da população de Maringá em manter uma imagem poética do pioneiro como os desbravadores, corajosos, trabalhadores, que propiciaram uma cidade que “deu certo”.

De fato, percebe-se em diversas falas do cidadão comum, o orgulho e exaltação por seus pioneiros, como ainda uma vasta documentação que registra a memória dos pioneiros entre os documentos oficiais dos órgãos públicos, como o Museu da Bacia do Paraná e a Divisão de Patrimônio Histórico⁹, assim como nas homenagens aos pioneiros que figuram nomes das ruas espalhadas pelos bairros da cidade.

Assim, não é de se estranhar que, no Hino a Maringá, haja versos exaltando a derrubada da mata “Quem te avista, nos dias de agora,/Acenando ao porvir da esperança./Advinhas a floresta de outrora/[...] De um passado coberto de gloria,/arrancando à floresta selvagem”.

⁹ Divisão de Patrimônio Histórico de Maringá, disponibiliza em seus arquivos registros da fala de seus Pioneiros, documentos da CTNP/CMNP, e um rico acervo de fotografias. Aqui nesta tese serão apresentados alguns desses registros.

Trata-se, mais uma vez, da história dos vencedores sendo contada. Dos vencedores sobre a natureza, da transformação da paisagem da mata nativa em uma paisagem civilizada, sobre os grupos de posseiros e comunidades indígenas que ali habitavam, e que foram destruídas em nome de um progresso e de um desenvolvimento típico de uma sociedade capitalista e predatória que, ao longo desses quinhentos anos de Brasil, vem produzindo e reproduzindo lucros com a devastação da natureza.

Na história oficial, foram a Companhia e os pioneiros colonizadores os primeiros ocupantes da região, mas na verdade estes fizeram uma assepsia no espaço natural e indígena substituindo-os pelo espaço do desenvolvimento e do progresso.

O espaço territorial onde hoje se encontra localizada a cidade de Maringá não era um espaço vazio. Estudos arqueológicos demonstram a presença de populações tradicionais dos índios Humaitá há cerca de 7.000 anos, e mais recentemente, por volta de 2.000 anos atrás, a área vinha sendo ocupada por populações indígenas de Guaranis e Kaingangs. Isto significa que não apenas a flora e fauna tiveram que ser eliminadas, para a construção da cidade, mas também a expulsão e confinamento das populações ali existentes.

Para Mota (1999, p.21), “constituiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados”. Esta concepção até hoje é propagada no coletivo social de seus habitantes, e pelos discursos oficiais da Companhia e dos Órgãos Governamentais.

Mota (1999), descreve que, entre os séculos XVI e XVII, várias expedições comandadas em nome do Rei de Portugal, Espanha, e de Reduções Jesuíticas estiveram nesta área e favoreceram o reconhecimento e conquistas das terras interioranas paranaenses.

Já no século XIX, a conquista se dá em nome da “Nação Brasileira” e, a partir do século XX, esta vem sendo legitimada pelo “progresso”, onde essas áreas foram invadidas, dominadas e transformadas em cidades e em campos agrícolas.

Observa-se, dessa forma, que o processo de ocupação do espaço onde se situa a cidade de Maringá situa-se em um ciclo lento e contínuo, que atravessou séculos de exploração e dominação da natureza e de suas populações indígenas, significando que além de não ter sido um espaço vazio, também não era um espaço totalmente desconhecido pela empresa colonizadora, e que teve como marca registrada, uma trajetória de ações intencionadas e violentas contra a natureza e suas populações.

Assim é Maringá, uma cidade peculiar: surgida de um espaço físico que foi devastado para, depois, ser reconstruído com objetivos estruturados e definidos a fim de atender interesses políticos e econômicos expansionistas.

Desta forma, na medida em que o desmatamento ia avançando, a ocupação humana branca era crescente: “o fato de em apenas um dia ter chegado 302 mudanças à cidade de Maringá, vem corroborar a expectativa criada pela (re)ocupação sobre a possibilidade de se construir uma vida nova em lugar definitivo” (PAULA, 1998, p.28).

3.4.2 Projeto e Planejamento da Cidade de Maringá

Não há dúvida de que o projeto para a cidade de Maringá foi inspirado no modelo de cidade-jardim. Trata-se de um modelo de espaço urbano racionalizado, com um planejamento de interação entre cidade e natureza. Tratava-se de um espaço urbano que surgia diante do projeto de expansão do oeste do território brasileiro e dos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná em plantar algodão para exportar à Inglaterra, como já se mostrou. A história de Maringá foge da visão de cidade originada de um processo de aglomeração de pessoas em um determinado espaço, vilarejo, povoado ou vila que se transforma em cidade.

Quanto ao planejamento urbano, no caso da cidade de Maringá, seus princípios centraram-se na relação homem/ambiente, uma vez que o planejamento inicial para Maringá pressupunha uma relação mais harmoniosa entre o habitante e o verde. Porém, esse planejamento abstraía a história da região – devastada pela colonização – e trabalhava com a idéia de uma cidade arborizada, e com grandes ruas e avenidas integradas que garantiam seu *status* de cidade-jardim.

A formação da cidade de Maringá, como se pontuou, teve dois interesses econômicos impulsionando-a: um projeto agro-exportador e um projeto colonizador. Para concretizar a cidade, a CNTP, após a sua venda passa a ser a Companhia Melhoramento Norte do Paraná – contratou os serviços do escritório da *Companhia City de São Paulo* que já elaborava os projetos dos bairros de São Paulo. O projeto foi elaborado por Jorge de Macedo Vieira, engenheiro da *Companhia City de São Paulo*. Assim, nasceu a cidade de Maringá, atendendo

ao modelo agro-colonizador, ou seja, junto ao projeto urbanístico, havia uma proposta política e econômica para seu desenvolvimento¹⁰.

3.4.3 Algumas Diferenças entre a Cidade-Jardim de Howard e a Cidade-Jardim de Jorge de Macedo Vieira

Já ficou expresso aqui o alcance do projeto das “cidades-jardins” de Ebenezer Howard, não apenas na Inglaterra, mas também no mundo e no Brasil. Na nova região explorada, de 1930 a 1950, ou seja, no norte do Paraná, a Companhia de Terras do Norte do Paraná foi a responsável pela introdução da concepção da cidade-jardim em vários empreendimentos urbanísticos. Entre esses empreendimentos, o de maior destaque é a cidade de Maringá.

Mas a CMNP não se limitou à criação da cidade de Maringá também atuou na ocupação da região, pois “foram implementados 62 núcleos urbanos classificados em patrimônio (9), distritos (18), sede de municípios (23), e sedes de município com sedes de comarcas (12), afora outros 48 núcleos urbanos implementados por particulares nas terras da Companhia” (REGO et al., 2004, p.142).

Rego et al. (2004) afirma que essas quatro cidades tiveram independência em seu traçado. Apenas a cidade de Maringá e Cianorte, por ter Jorge de Macedo Vieira por engenheiro responsável receberam influência do modelo de cidade-jardim, principalmente Maringá, que teve um projeto mais elaborado.

¹⁰ STECA, Lucinéa C.; FLORES, Mariléia, D. *História do Paraná: do século XVI á década de 1950*. Londrina: UEL, 2002, traduz de forma objetiva alguns fatos ligados à história do Brasil e a história do Paraná, revelando os interesses políticos e econômicos do país em colonizar e desenvolver as regiões oeste e norte do Paraná, como ainda os conflitos de terras gerados.

Howard (2002) projeta para a cidade-jardim uma administração política e econômica autônoma e de gestão comunitária, com dimensões espaciais delimitadas por uma grade extensão de área verde com pequenos núcleos urbanos, para manter o homem e a natureza em harmonia num mesmo espaço.

A distribuição dessas cidades dar-se-ia por um grande círculo em torno de uma cidade central para uma população de aproximadamente 58.000 habitantes; as cidades de seu entorno teriam uma população de 30.000 habitantes. Ao todo, seria formado um ciclo de seis cidades, o que daria cerca de 240.000 habitantes, população suficiente para desafogar as grandes cidades.

Estudos sobre a cidade de Maringá como os de Rego (2001), Paula (1998), pontuam as diferenças entre o projeto arquitetônico de Maringá executado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira e o de Ebenezer Howard.

Paula (1998, p.85) escreve sobre o projeto de Howard, mostrando as diferenças em relação ao projeto de Maringá. Diz a autora: “depois de um estudo mais detalhado o projeto de Howard, percebi que o plano de distribuição do espaço das terras adquiridas pela CTNP/CMNP diferia deste, pelo menos no que diz respeito à distribuição espacial das cidades e quanto ao sistema de cooperativas”.

Mas, mesmo com esta diferença, a concepção de cidade-jardim é presente na estrutura urbana da cidade de Maringá. Argumenta a autora – e que é um fato inegável – que a distribuição espacial das cidades-jardins se dava em ciclo e sob um sistema administrativo de cooperativas, ao passo que a cidade de Maringá foi distribuída com um eixo, com uma estrada

de ferro cortando-a no sentido leste-oeste, e seu sistema político administrativo é autônomo, com circulação e reprodução do capital.

Rego (2001) analisou e comparou o desenho urbano da cidade de Maringá com o traço urbano de Howard. Nesta época, o recém-formado engenheiro Jorge de Macedo Vieira estagiava na *Cia. City de São Paulo* e, segundo Rego (2001, p.1569), “Vieira não deixou de sofrer a influência das idéias e das soluções formais do tipo *garden city* desenvolvidos nos loteamentos da empresa, como se pode ver na análise do seu projeto para Maringá”.

Dessa forma, apesar de cidade projetada por Jorge de Macedo Vieira diferir do projeto de Howard, principalmente no que se refere à disposição espacial e não ter mesma perspectiva administrativa, os estudos concordam com a anuência de um projeto de cidade-jardim para Maringá.

4
***A CIDADE DE MARINGÁ
COMO OBJETO DE ANÁLISE***

*Nós, os pouco felizes
Nós, os seres humanos
que vivemos em casas ou apartamentos,
e não em acampamentos nem nos viadutos,
nem nas favelas ou nos hospícios,
nós que vivemos em residências de cujas janelas
podemos ver a cidade em seus ofícios e vícios,
ou as paisagens do campo e suas luzes,
[...] somos os pouco felizes.
(ANA MIRANDA)*

4.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O Brasil, com seus aproximados 8,5 milhões de quilômetros, quadrados possui uma das maiores áreas territoriais do mundo. Essa extensão se deve, desde o início, a uma política de colonização europeia do século XV, pois em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, foi estabelecida para Portugal a terra a leste do meridiano, desde 370 léguas da Ilha de Cabo Verde. Assim, quando os portugueses “descobriram” o Brasil, este já era um grande território. A expansão territorial, como se sabe, foi “conquistada” bravamente por meio de guerras e expulsões da população nativa de suas terras.

É bom lembrar que este processo devastador não se ocupou apenas da Mata Atlântica. No Brasil, o processo de ocupação de seu território se deu sob agressões a sua fauna e flora. O que dizer da Floresta Amazônica, do Cerrado, do Pantanal, da Caatinga, ecossistemas que foram subjugados em favor do progresso e surgimento de cidades? E, com este progresso, tudo que fugisse a este ideal era sacrificado, incluído a sua população nativa de índios, o que constitui um triste quadro para a história do Brasil.

Dean (1996), Andrade (1994) fizeram um minucioso estudo do processo de ocupação do território brasileiro:

O Brasil, em 1500, ano em que foi iniciada a invasão portuguesa, era uma das áreas com maiores extensões florestais do mundo. Florestas que deslumbraram os visitantes e que levaram Pêro Vaz de Caminha, em famosa carta ao Rei de Portugal, a elogiar, entusiasmado, a beleza da terra e a afirmar que ela parecia tão fértil que ‘em se plantando tudo dá’. Era o país maravilhoso, posteriormente batizado como o ‘País do Futuro’. [...] Mas no processo de povoamento e de ocupação do território, o Português procedeu à derrubada impiedosa dessas florestas, a fim de ocupá-las com canaviais, e muita árvore foi destruída para produzir o combustível necessário a alimentar as fornalhas dos engenhos (ANDRADE, 1994, p.37).

Após o primeiro século, de 1500 a 1600, de depredação do pau-brasil e florestas que forneciam madeira à Europa, vieram os ciclos da cana-de-açúcar, da mineração, da borracha, do café. Neste ritmo, surgiram as cidades entre os ciclos e a destruição das florestas. Dean (1996, p.23-24) analisou o processo de ocupação da Mata Atlântica Brasileira:

A história florestal corretamente entendida é em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural à ‘paisagem’ – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, à ‘espaços’ – planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo narcisismo da espécie se consagra em edificações. As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas. Seus campos se empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos, mas em resposta aos seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto.

Entretanto, com todo este quadro de destruição da Mata Atlântica, em uma história recente, Dean (1996, p.379) chama a atenção para a falta de memória e omissão de segmentos da sociedade brasileira para o holocausto de sua floresta:

Apenas 2,6% de uma amostra de estudantes universitários da cidade de Maringá foram capazes, em 1983, de lembrar que vinte anos antes, sua região havia passado por seca, geada, e incêndios catastróficos, que destruíram 21 mil Km² de florestas de seu estado [...], Não haveria esse holocausto produzido pelo homem ser relatado de geração a geração? Não deveria o manual de história aprovado pelo Ministério da Educação começar assim: ‘Crianças, vocês vivem em um deserto; vamos lhes contar como foi que vocês foram deserdadas?’

E nesse passado recente a configuração geopolítica do Brasil, mais uma vez, foi modificada. Com a política de Getúlio Vargas para expandir economicamente o país para Região Oeste, uma nova devastação do ambiente natural ocorreu. Sobre esse momento, Dean (1996, p.23) escreveu: “Foi no seu governo que uma companhia estrangeira, com apoio oficial desenvolveu a política de ocupação do Norte do Paraná, com a construção de uma estrada de ferro e de uma série de cidades planejadas – Londrina, Maringá, Apucarana, etc., – visando expandir a produção de algodão e de café”.

Sob o discurso do desenvolvimento, deu-se o processo de ocupação do território brasileiro; os registros históricos mostram a devastação das florestas e matança dos índios, primeiros habitantes deste território. E em Maringá, quase 500 anos depois, este processo não foi diferente.

Por outro lado, não se pode cair no romantismo e saudosismo de uma “natureza intocada”. Para Diegues (1996), a ocupação das regiões norte-noroeste do Paraná, como também de outras regiões do interior do sul do Brasil, é iniciada em fins do século XIX, e vem a atender a inserção do país num novo modelo de produção e reprodução do capital pautado na expansão agrícola. Porém, o que se questiona é a forma como este processo de ocupação se deu. Os vestígios deixam claro o nível de violência e descomprometimento das autoridades e da sociedade civil com a natureza e com as populações ali residentes.

4.2 - OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO PARA O BRASIL E PARA O PARANÁ

4.2.1 O Impacto para a Flora

Quanto aos resultados da ocupação humana no Brasil, estes foram desastrosos para a Mata Atlântica. Os indicadores revelam que da cobertura dessa Mata, em 1500, só restou 1% em 1990, em todo o Brasil, e com forte tendência a diminuir. Como se observa na figura 8, as partes mais claras representam as áreas de Mata Atlântica no Brasil no ano de 1500, as manchas mais escuras revelam o que restou desta mata no ano de 1990.

O Estado do Paraná, em 1900, possuía 1,3 milhões de quilômetros quadrados de mata nativa, hoje só restam 117 mil quilômetros quadrados, ou seja, 9%, da área original de mata atlântica e de florestas de araucária (IBGE, 2000). De sua mata nativa que, em 1500 cobria quase todo o Estado, restaram apenas 9% em 2001/2002, em virtude do desmatamento que deu origem às cidades e campos agrícolas, como se observa nas figuras 9 e 10.

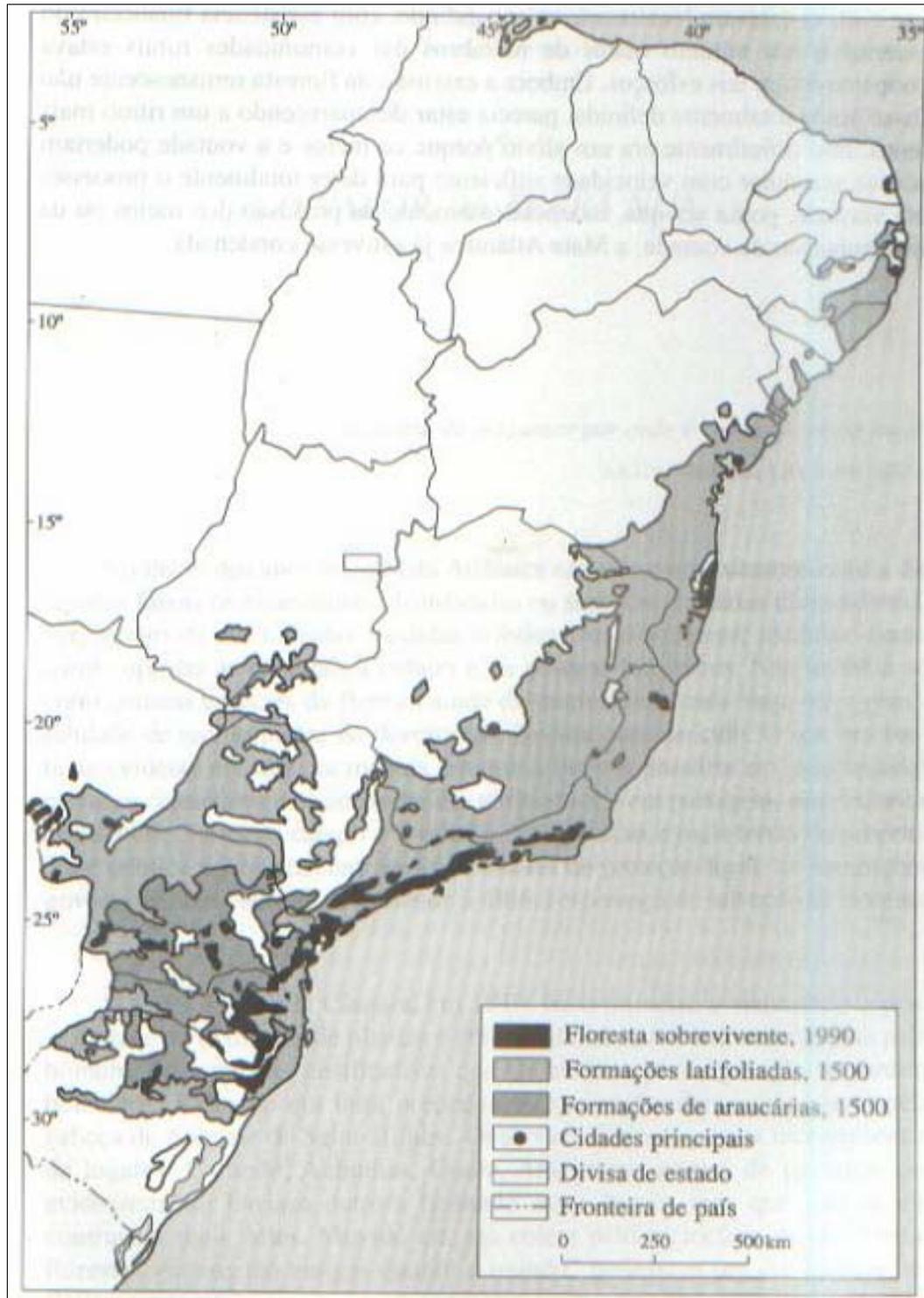


Figura 8 - A Mata Atlântica Brasileira em 1500
 Fonte: Dean (1996).

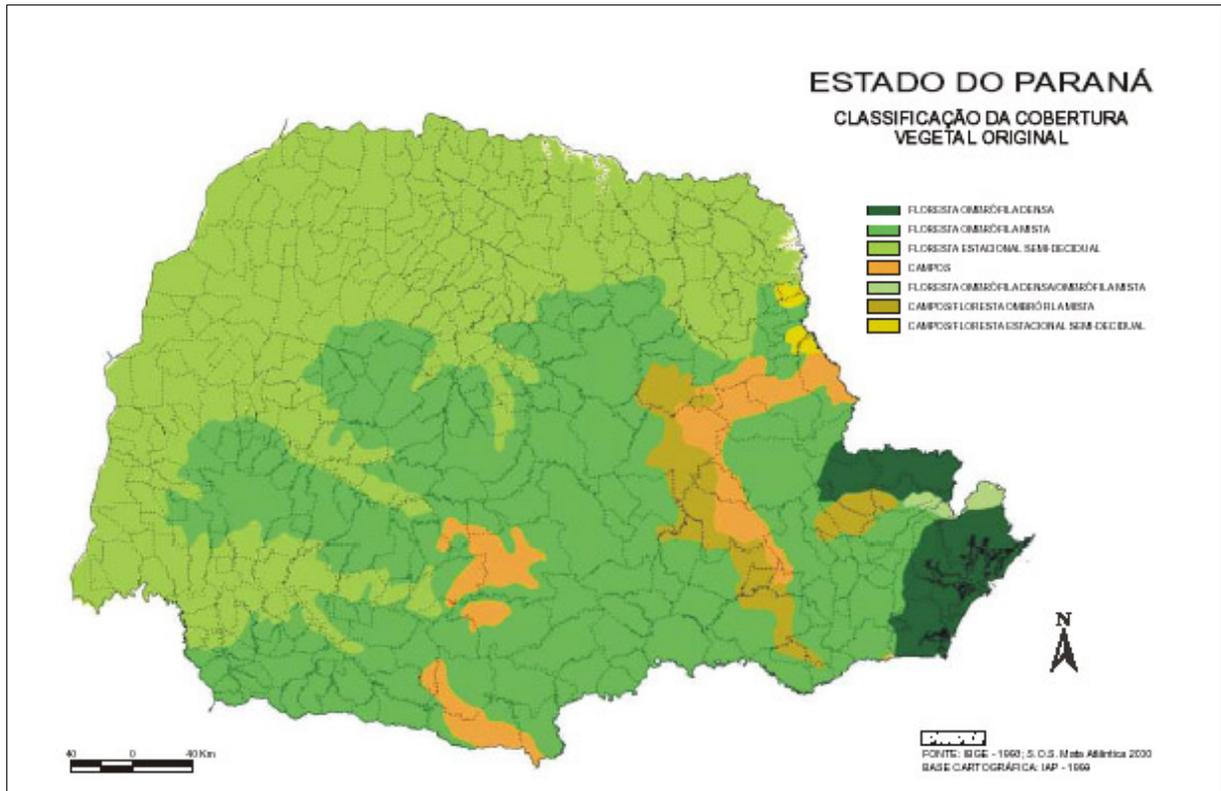


Figura 9 - Cobertura Vegetal do Paraná – 1500
 Fonte: IBGE (1993; S.O.S. Mata Atlântica 2000 – Base Cartográfica: IAP – 1999).

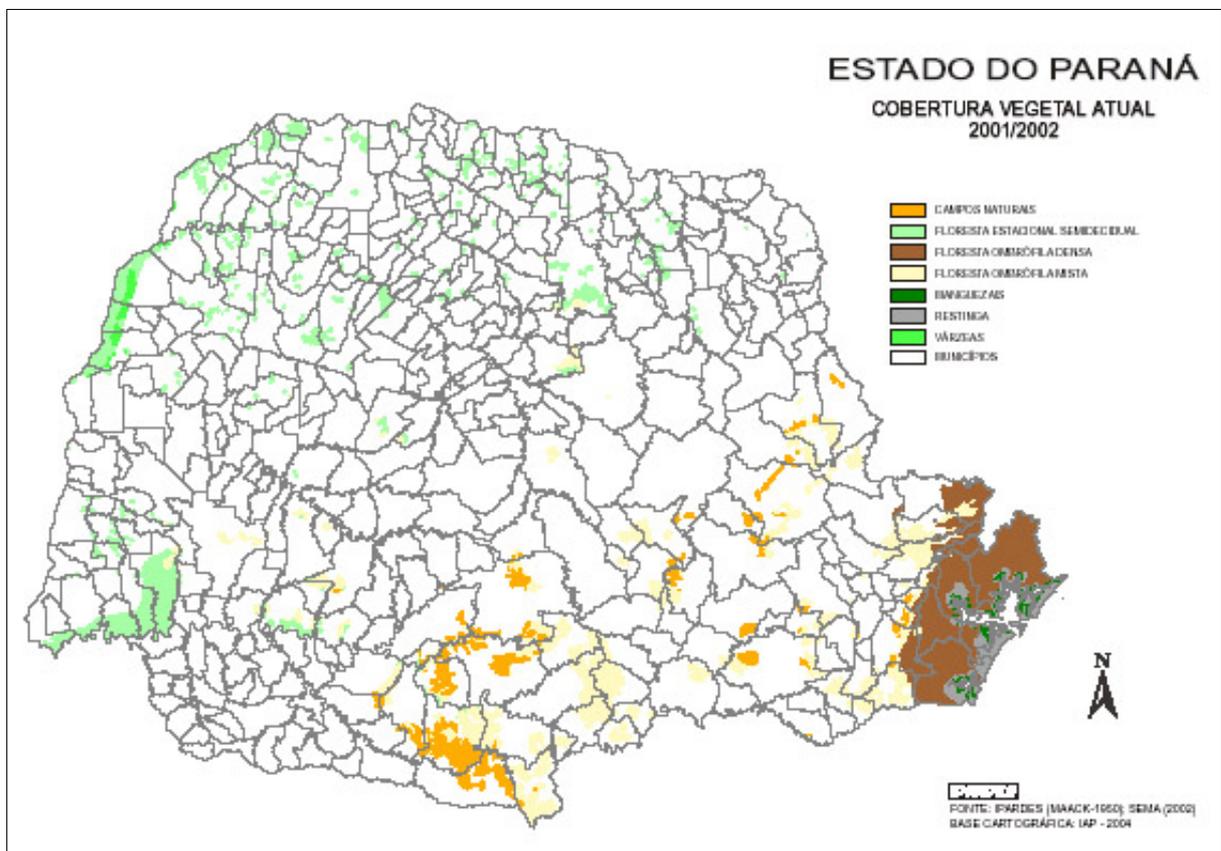


Figura 10 - Cobertura Vegetal do Paraná – 2001/2002
 Fonte: IBGE (1993; S.O.S. Mata Atlântica 2000 – Base Cartográfica: IAP – 1999).

As pesquisas de Dean (1996), Gonçalves (1999), Mota (1994), Tomazi (1999) demonstram a grande destruição do meio ambiente com as ações que precederam a ocupação dessas áreas. Gonçalves (1999, p.114) analisa as “versões e reversões” da região de Maringá, e chama a atenção para o “impacto ambiental ecocida” provocado pela ação colonizadora CMNP: a companhia dizimou florestas pluviais, provocou assoreamento dos rios e cursos de água, produziu intoxicação do solo pelos produtos da agricultura e outros problemas ambientais como a erosão.

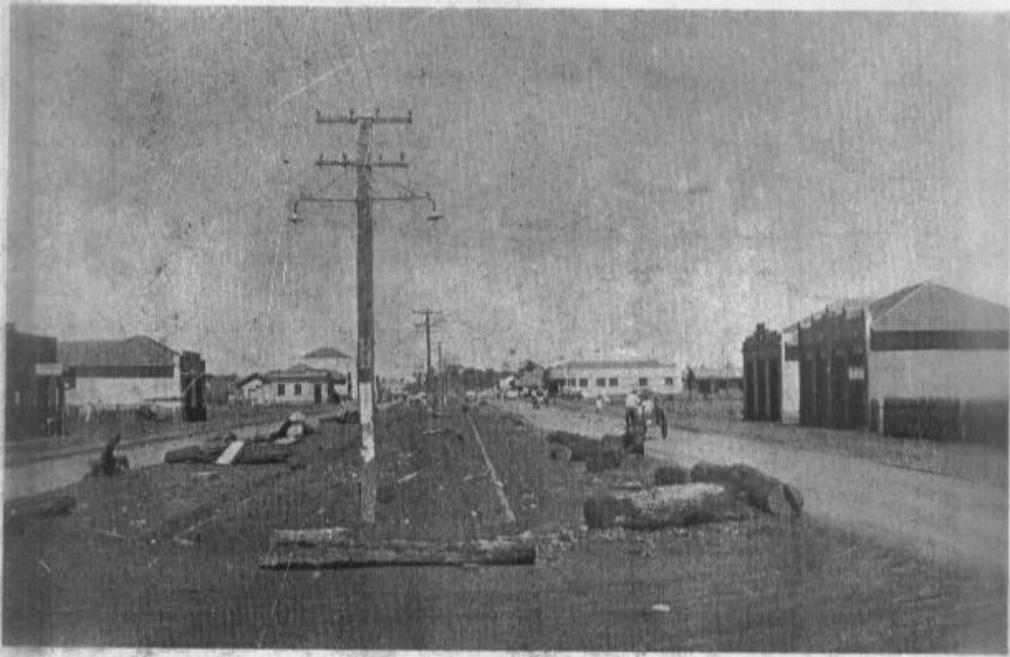
4.2.2 A Substituição da Mata pelo Plantio do Café

Como já se mencionou anteriormente, o programa de expansão territorial foi lançado no governo do Presidente Getúlio Vargas, pelo programam chamado de expansão “Rumo ao Oeste”. Com terra roxa, propícia à agricultura, a porção norte do interior do Paraná foi o espaço mais cobiçado pelos plantadores de café. Iniciou-se, assim, a devastação da mata nativa neste Estado, tão bem descrita no estudo de Warren Dean, *A Ferro e Fogo*, de 1996.

O café, principal insumo exportador brasileiro desde os fins do século XIX, foi cultivado quase em totalidade no Estado de São Paulo. No início dos anos vinte do século XX, ocorreu o deslocamento para as terras roxas do norte do Estado do Paraná, através da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Esta companhia adquiriu cerca de 515 mil alqueires na região norte do Paraná com o objetivo de plantar algodão para suprir o mercado têxtil da indústria inglesa.

Com a Segunda Guerra Mundial, esta Companhia foi vendida ao capital nacional e passou a ser denominada de Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP. Iniciou-se assim, a colonização efetiva desta área com o plantio do café.

Nesta época, a Companhia fez uma grande propaganda da região com a intenção de atrair investidores no âmbito do comércio, agricultura como também moradores. A figura 11 retrata a propaganda distribuída em todo o país. As propagandas projetavam a região norte do Paraná como o novo “Eldorado”, espaço de riquezas e oportunidades a investidores. Atraiu, principalmente, a população das regiões sudeste, centro-oeste e nordeste e, como a propaganda foi feita em alguns países da Europa e Oriente, acabou atraindo uma significativa população de japoneses, que até hoje se fazem presente nesta região.



MARINGÁ — SIMBOLO DE PROGRESSO

Neste local há 3 anos, existia apenas imensa mata virgem. Feita a derrubada e iniciada a construção de Maringá, a Avenida Brasil, de 35 metros de largura, surgiu como por encanto. Por sua vez, nas fertilíssimas terras ao redor da grande metrópole que progride a passos de gigante, uma pujante lavoura se forma para o fortalecimento da economia nacional.

Terras de Alta Qualidade

VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES

Inscrição n. 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto-Lei 3079 de 15 de Setembro de 1938

Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc.

No assombroso e rápido progresso da região se encontra a afirmação da fertilidade da terra

ESTRADA DE FERRO — ÓTIMAS ESTRADAS DE RODAGEM

Cia. de Terras Norte do Paraná

SAO PAULO
Rua São Bento, 329 — 8.º andar

LONDRINA
ESTADO DO PARANA

End. Telegra.: "CIANORTE" — Caixa Postal, 2771 TELEFONE: Vendas 3-4561 — Gerência, 2-2435
Escritório em ARAPONGAS, MANDAGUARÁ e MARINGÁ

Figura 11 - Propaganda da CTNP/CMNP

Fonte: Revista A Pioneira (ano 2, n.6, nov./dez. 1949) – Divisão do Patrimônio Histórico (2003).

A partir da figura 11, percebe-se que a Companhia, efetivamente, elaborava uma boa propaganda, pontuando todas as qualidades favoráveis ao enriquecimento de quem adquirisse suas terras, dado o rápido crescimento da cidade que não tinha ainda três anos de existência. Eram propagandas fartamente distribuídas nos meios de comunicação e em panfletos por todo o país. Um outro dado que pode ser observado nesta figura é a Av. Brasil, em 1949, ainda sem arreamento definido, sem as suas árvores, e com as toras de madeira espalhadas em seu curso. Um outro fato que se registra são os espaços vazios entre as construções – adiantado o tema posto que será abordado mais à frente. Esses espaços vazios faziam parte da estratégia da Companhia de valorizar a terra, ao disponibilizar para a venda lotes intercalados.

Os agentes sociais que atuaram na construção da cidade de Maringá foram eficazes em seus discursos oficiais; estes se fizeram presentes nos segmentos acadêmicos, pois os primeiros estudos regionais sobre a região norte do Paraná, de maneira geral, reproduziram o discurso oficial dos colonizadores. Isso faz lembrar Chesneaux (1995), ao fazer alusão aos fatos históricos e sociais como percepção dos diversos modos, dependendo de variáveis como o tempo, lugar, classe social, ideologia. Somente na metade da década de 70, surgiram estudos mais críticos como os de Gonçalves (1999), Mota (1994) e Tomazi (1997, 1999).

A CMNP desmatou, loteou e ocupou a maior parte da área do norte do Paraná; procurou atrair imigrantes estrangeiros como os italianos, alemães, poloneses, ucranianos e japoneses, pois estes povos eram considerados mais produtivos e aptos à implantação de culturas agrícolas com as quais já lidavam em seus países de origem.

Este processo, segundo Mota (1994) foi ímpar. Houve pouco tempo entre a ocupação e o surgimento de cidades. De 1947 a 1960, Maringá já estava consolidada como cidade de porte

médio. Tudo isto “graças” ao plantio de café que, em pouco tempo, fez do Paraná o seu maior produtor.

A figura 12 e 13, são exemplos da produção das primeiras colheitas de café na região de Maringá, porém o custo foi grande: além das florestas, etnias indígenas de Kaingang e Guaranis ficaram reduzidas a algumas pequenas aldeias (MOTA, 1994) em cidades como Manuel Ribas, Apucarantina e outras espalhadas pelo interior do Estado.



Figura 12 - Produção de Café em Maringá – 1948
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).



Figura 13 - Produção de Café em Maringá – 1950
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).

4.2.3 O Replântio da Vegetação na Área Urbana

Como se viu, da vegetação nativa, quase nada restou – não só no sítio urbano de Maringá – mas no conjunto da região noroeste do Paraná. A vegetação arbórea hoje presente nas ruas e praças da cidade é fruto de um reflorestamento com espécies nativas e espécies exógena introduzidas a partir do ano de 1960. Nesta década, a CMNP fez o plantio de árvores nas vias públicas e praças como forma de conter a poeira e amenizar o calor da região, além de procurar mudar a estética árida e desértica que fora produzida pelo desmatamento.

Aníbal Bianchini, engenheiro agrônomo, um dos primeiros diretores da CMNP, justamente com o engenheiro florestal Luiz Teixeira Mendes foram os responsáveis pela arborização de

Maringá. Em depoimento a Klouranis e Teixeira (2001)¹¹ o engenheiro Bianchini assim descreve este processo:

Maringá era como uma menina bonita pelo seu traçado mas ela precisava de uma roupagem, de uma vestimenta, então a nossa função, sob a orientação do Dr. Luiz Teixeira Mendes, foi vestir essa menina, essa mocinha bonita que era Maringá, aquele traçado. Assim, foi dada essa roupagem de verde que é o verde das vias públicas de Maringá.

O plantio das árvores foi planejado com o objetivo de ter flores o ano todo; assim, as espécies plantadas atendiam ao propósito de se ter árvores que florescessem em épocas diferenciadas durante todo o ano.

No entanto, o estudo de Milano (1988, p.10-20) sobre a arborização de Maringá, alerta sobre a necessidade de se planejar e se avaliar os impactos ambientais no plantio e manejo de árvores no sítio urbano, o que significa, ter elementos qualitativos sobre as condições físico-químico do solo, do clima, do ar, que geralmente nos ambiente urbanos é sobrecarregado com poluentes advindos das indústrias e dos automóveis, do espaço físico disponível para o plantio, ou seja as calçadas, e da parte aérea na disputa com a fiação elétrica e telefônica etc.

Ainda segundo o autor, o conhecimento e escolha da árvore a ser plantada, seu tipo de folhas, copa, flores, frutos, princípios tóxicos/alérgicos, crescimento das raízes, adaptabilidade ao clima, resistência a doenças e a pragas, entre outras recomendações, são necessárias ao bom desempenho no povoamento arbóreo.

¹¹ Revista Teia, Maringá: UEM, ano 1, n.1, jan./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.uem.br/~pea/teia>>. Acesso em: 17 mar. 2005.

Entretanto, pela fala do Sr. Bianchini, e por outros relatos encontrados no material bibliográfico, fica claro que os cuidados apontados por Milano (1988) não foram considerados na urbanização de Maringá, e não estão sendo tomados. Sobre essa situação abordar-se-á mais adiante.

4.3 - MARINGÁ: SUA GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA

Maringá situa-se no Brasil, na Região Noroeste do Estado do Paraná, em torno do ponto 23^o 25' S de latitude e 51^o 57' W de longitude, cotado pelo Trópico de Capricórnio, com uma superfície total de 486,527km², com uma área urbana de 128km², representando 26,31% da área total. Com uma altitude média de 545m sobre o nível do mar, encontra-se na região fisiográfica chamada de Terceiro Planalto Paranaense. O relevo da região é predominantemente suave-ondulado, com grandes extensões de baixa declividade, e declividade mais acentuada nos fundos de vale (MAACK, 1981).

A figura 14, localiza Maringá, bem como parte do traçado de seu sítio urbano, com destaque para o parque do Ingá, à direita, e o Bosque II, à sua esquerda. Ao centro, localiza-se a região central da cidade. A figura 15, retrata a estrutura territorial do Município de Maringá com seus limites territoriais. A figura 16, apresenta o relevo declividade da cidade de Maringá. Observa-se neste, o espigão de divisor de águas ao qual esta assentada a região central da cidade. A figura 17, trás a hidrografia do município, apresentando seus córregos e ribeirões.

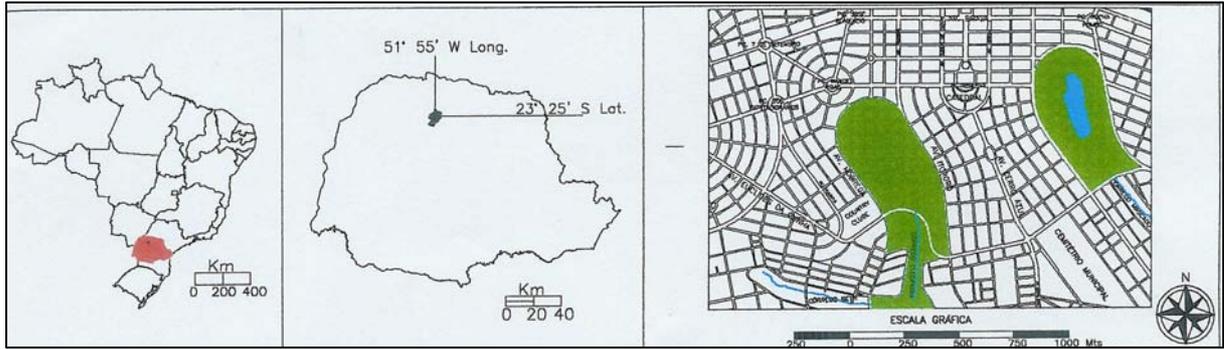


Figura 14 - Localização do Município de Maringá no Brasil e na Região Sul
 Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2005).

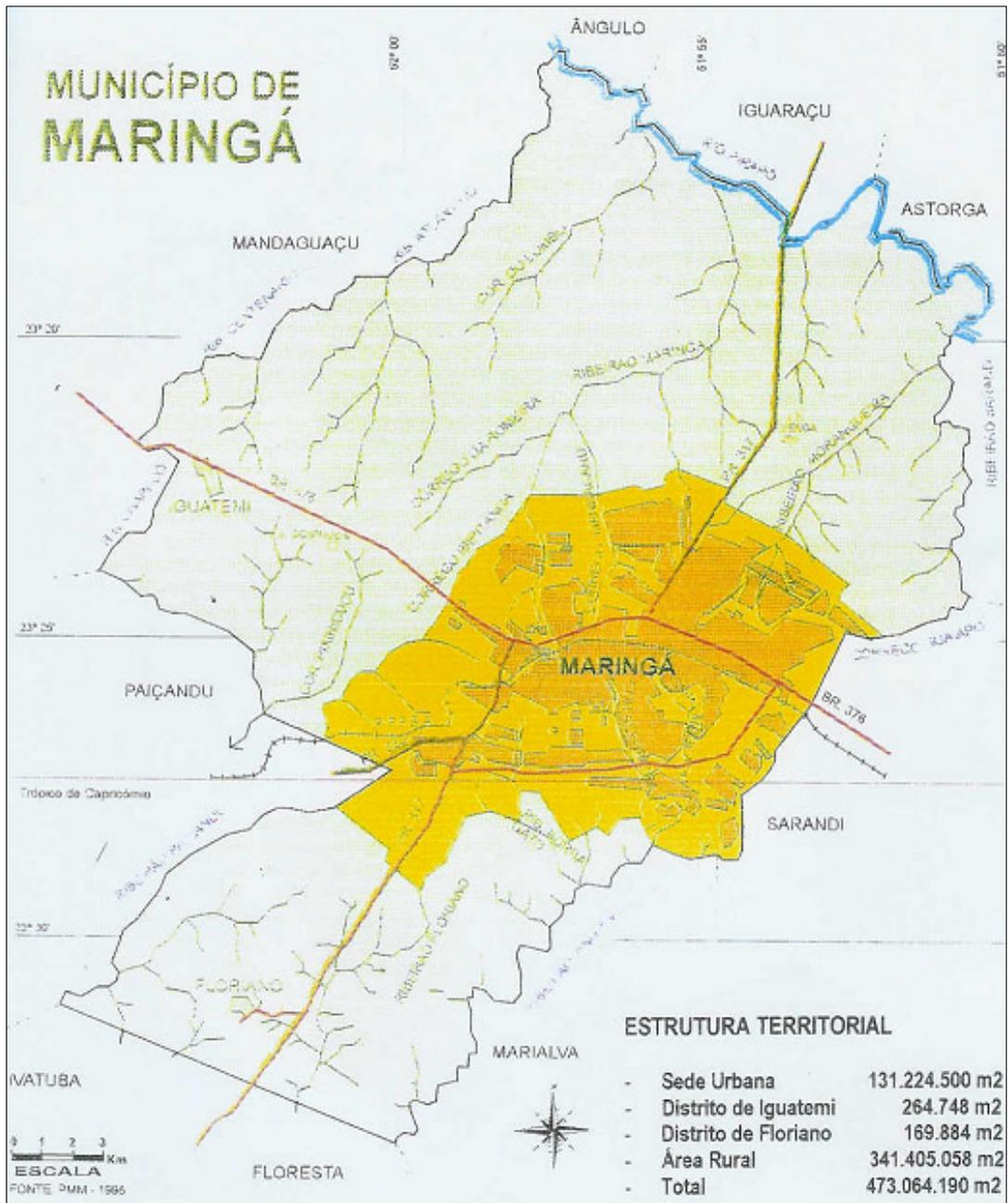


Figura 15 - Município de Maringá – 1980
 Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá – Perfil da Cidade de Maringá 1980 (2005).

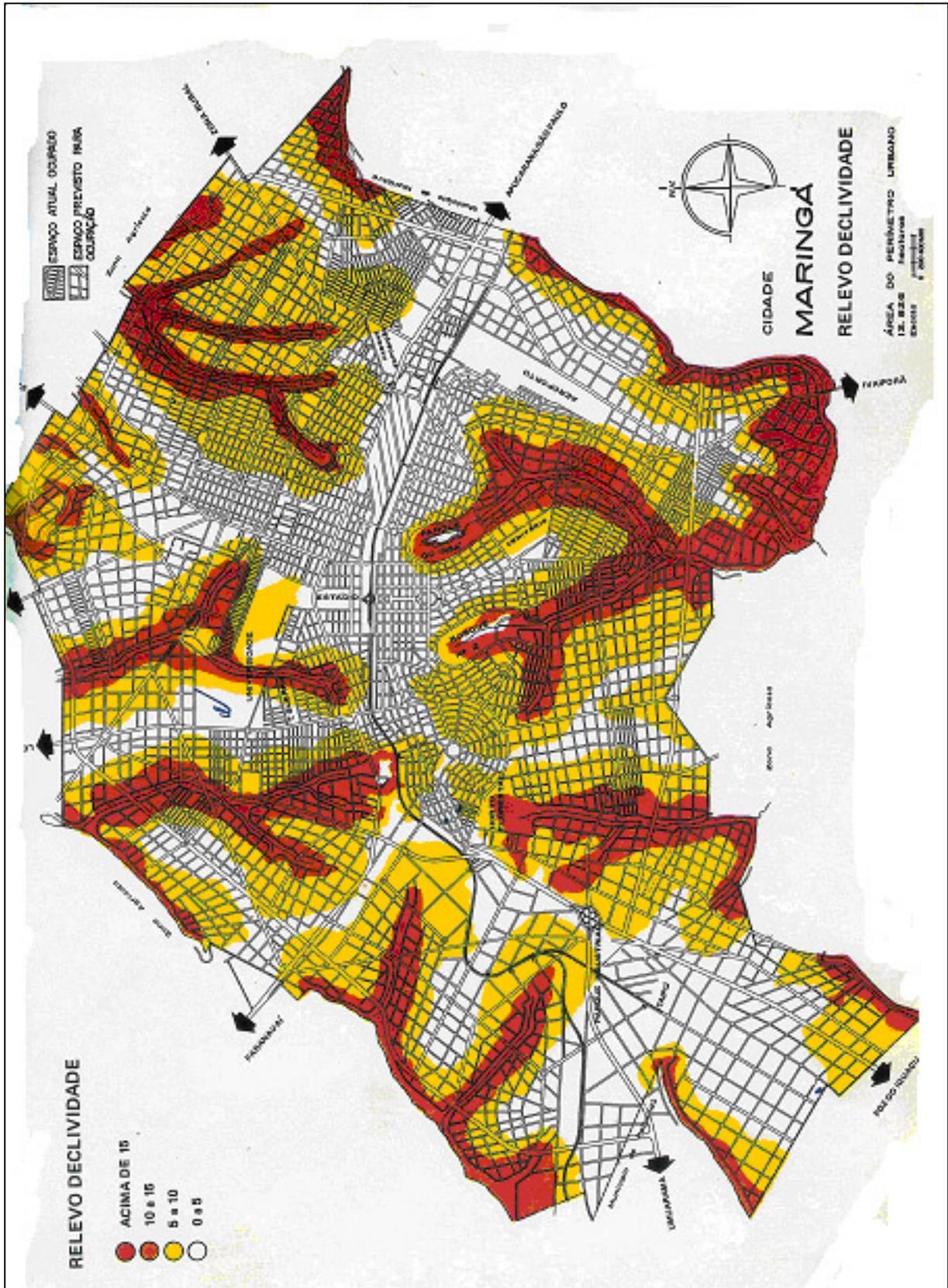


Figura 16 - Relevo e Declividade do Município de Maringá – 1980
Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá – Perfil da Cidade de Maringá 1980 (2005).

Dados da EMBRAPA/IAPAR (1984) indicam o solo da cidade de Maringá como do tipo *Latossolo Roxo Distrófico A Moderado*, com boa permeabilidade e elevada capacidade de retenção de água. Seu território é banhado pela bacia hidrográfica do rio Ivai, ao sul, e a bacia do rio Pirapó, ao norte; este último abastece a cidade. Seu clima é o Subtropical Úmido Mesotérmico, com verão quente e inverno ameno, concentração de chuvas no verão e sem estação de seca definida, com precipitação média anual entre 1.500 a 1.600mm. A temperatura média anual fica entre 20° e 21°C, sendo que as temperaturas mais baixas anualmente encontram entre 14° e 15°C e as máximas entre 27° e 28°C.

Quanto à sua história, a fundação de Maringá ocorreu em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, cidade ao lado de Maringá. Em 14 de fevereiro de 1951 foi elevada a Município pela Lei n.790.

Em seu núcleo inicial, dois fatores impulsionaram a sua fundação: a estrada de ferro e a cultura do café. A cultura do café teve seu período áureo nas décadas de 50 e 60 e favoreceu o crescimento vertiginoso inicial que, mesmo após o declínio econômico do café em meados dos anos 60. As décadas de 70 e 80 mantiveram a cidade como pólo migratório, porém, diversificando sua economia em comércio, serviços, agroindústria e cultura de grãos.

Nestas décadas de 70 e 80, registra um outro processo a cidade se verticaliza, constituindo um núcleo central de edifícios, favorecendo o desenvolvimento econômico e ao aumento populacional.

Também na década de 70, foi criada a Universidade Estadual de Maringá – UEM, pólo científico cultural da região, que hoje conta com 48 cursos de graduação e mais de 23.000

estudantes. Como ainda surgiram na década de 90 universidades privadas que constituem em oito centros universitários privados, aumentando a atuação da cidade no campo educacional e cultural, atraindo cerca de 7.000 estudantes, totalizando junto a UEM 30.000 estudantes o que faz movimentar setores imobiliários e de serviços. É importante indicar que da década de 90 aos dias de hoje, o comércio foi ampliado com o crescimento de serviços, indústrias de roupas e eventos turísticos (SEDUH, 2001).

Quanto ao desenvolvimento econômico, Maringá, aliada à cidade de Londrina, compõe o segundo maior setor industrial do Estado do Paraná, superado apenas pelo eixo Curitiba – Ponta Grossa. Entretanto, Maringá¹² polariza, independentemente uma área de aproximadamente 7.596km² com uma população em torno de 565.538 habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1990).

Na área rural, os principais produtos agrícolas são a soja e o trigo, seguidos pela cana-de-açúcar, café, milho, algodão e uva. Na área industrial, destacam-se as indústrias de transformação e têxtil, produtos alimentares e construção civil. No campo terciário, o comércio varejista de veículos, peças e acessórios, máquinas e equipamentos destinados à atividade produtiva, ferragens, elétrico e de construção. No ramo atacadista, os produtos alimentares, bebidas, fumo e produtos agropecuários. Na área de serviços, conta com uma boa rede hoteleira e de restaurantes, escolas, universidades, lazer e sistema viário.

No setor de agroindústria, Maringá conta com processamento de carne bovina e aves, com destaque nacional no beneficiamento de couro, estrutura no esmagamento de oleogionosas – soja, algodão, milho, amendoim, mamona, canola, uva, cana-de-açúcar.

¹² Os dados aqui apresentados são fontes do site <<http://www.paranacidade.org.com.br>>. Acesso em: 17 maio 2004.

A cidade conta, ainda, com uma Estação Aduaneira do Interior com 24.000m² de pátio e 10.000m² de área coberta, facilitando o mercado exportador-importador.

Uma rede viária com destaque para a BR 376 ligando Curitiba (425 km) a São Paulo (630 km) e BR 369 que a liga a Foz do Iguaçu e países do Mercosul. Conta, além disso, com rodovias estaduais integradas ao Anel Viário de Integração do Paraná, ligando ao Estado de São Paulo, norte do Brasil, sul de Mato Grosso e Bolívia.

Na rede ferroviária, conta com a América Latina Logística, ligando Maringá a Paranaguá e Ourinhos, dando acesso ferroviário a São Paulo e Santos. No aeroviário, dispõe de um moderno aeroporto com pista de 2.100 metros de comprimento – extensivo a 3.000 metros, por 45 metros de largura.

No cenário nacional e internacional, a cidade de Maringá se destaca por alguns produtos na área da automecânica que atende o mercado nacional e da América Latina com produtos como rodas de caminhão trucks, bronzinas, colheitadeiras, máquinas para beneficiamento, transporte e limpeza de grãos, bombas hidráulicas, parafusos para rodas de trator, reservatórios metálicos.

A participação do município de Maringá no Produto Interno Bruto, distribui-se assim: na agropecuária, 0,97%; na indústria, 22,29% e no serviço, 76,74%.

O município conta, ainda, com 1.240 indústrias, 4.121 comércios varejistas, 677 comércios atacadistas e 870 de serviços, com uma população economicamente ativa de 139.288 habitantes.

A cidade de Maringá conta com uma densidade demográfica acima de 60 hab/km², com expectativa de vida de 72,2 anos, com uma população idosa acima de 60 anos no percentual de 8,55%. Desses, 50% dependem de terceiros para sobreviver. A renda municipal *per capita* é de R\$ 465,37 (IAPARDES, 2003)¹³.

Ao mesmo tempo em que esta cidade, apresenta índices econômicos satisfatórios, atualmente, 50% da população de Maringá encontram-se com idade inferior a 24 anos; destas 69.176 têm idade até 18 anos. De acordo com Ferreira (2001, p.87), 2.754, ou seja, 1,91%, dessas crianças e adolescentes sofrem algum tipo de exploração, seja no campo ou no trabalho urbano, esmolando ou prostituindo-se. O município conta com entidades não-governamentais, o Conselho Tutelar, a Promotoria Pública e um abrigo provisório mantido pela Prefeitura Municipal.

4.4 - O ESPAÇO URBANO COMO ESPAÇO SIMBOLICO: Funcionalidade, Signo, Discurso, Representação Social

O objetivo proposto nesta tese – analisar o espaço urbano da cidade de Maringá –, fez com que alguns procedimentos relativos à fundamentação metodológica já fossem anteriormente descritos, tal como a conceituação teórica. Todavia, é conveniente a contextualização de um referencial que focalize o objeto de estudo. Neste caso, passar-se-á a apresentação de algumas

¹³ Disponível em: <<http://www.iapardes.gov.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2004.

abordagens teóricas voltadas para delimitação dos pressupostos que propiciem a análise dos objetivos deste trabalho.

4.4.1 A Funcionalidade como elemento na compreensão da cidade de Maringá

Estudos como o de Pirenne¹⁴ (apud DONNE, 1979, p.19) descrevem que a cidade moderna surge com a classe mercantil: “em nenhum tipo de civilização a vida citadina se desenvolveu independente do comércio e da indústria”. Nesta perspectiva, a cidade moderna só foi possível devido ao impulso das relações de troca, da geração da economia, proporcionado pela classe capitalista.

Esta mesma posição é defendida por Weber (1999). Este autor viu no segmento econômico o efeito causal para o desenvolvimento da cidade, a partir das relações de troca, responsáveis por três dimensões da cidade: a sua heterogeneidade/densidade, representada pela multiplicidade de classes sociais agregadas em um espaço físico delimitado; na função político-administrativa, instância organizacional do espaço físico; a função econômica responsável pelas relações de troca, circulação de mercadoria, pelo lucro monetário e das relações sociais aí geradas. Essas relações foram definidas por Weber (1999) como de servidão e de liberdade, pois há uma classe economicamente dominante que vai gerar e comandar as estruturas organizacionais do espaço urbano.

Porém, observa-se que há outra dimensão a considerar que é a caracterização da cidade moderna como o espaço de privatização do solo urbano, dada à existência de mecanismos políticos, econômicos, sociais e culturais que permitem o controle ao acesso ao solo.

¹⁴ PIRENNI, H. *Medieval Cities*. Princeton, 1926.

Mas, voltando a Weber (1999) este define uma cidade sob a ótica capitalista como “mercado”; a cidade seria o *locus* de funcionalidade do mercado sob a equiacionalização das instituições políticas e administrativas que garantem a produção e reprodução do capital.

Na perspectiva de um modelo de cidade interligada e dependente de uma totalidade presente nos elementos políticos, administrativos, econômicos, sociais, históricos, culturais e religiosos é que se materializam e se objetivam em relações econômicas de mercado, produção, troca, consumo. Segundo Weber (1999), para falar-se de cidade seria necessário a existência de um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade, como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes, portanto de um mercado.

Neste sentido de funcionalidade, Weber (1999) criou uma tipologia para as cidades: a *cidade industrial*, a *cidade mercantil*, a *cidade de produtores*, enfatizando, no entanto, que tal tipologia não encerra totalmente as representações das cidades. Na maioria das vezes, são cidades tipos mistos e que não podem ser classificadas em cada caso senão tendo-se em conta seus componentes predominantes.

Isto significa que o autor considera como critério de classificação da cidade sua atividade mais destacada como, por exemplo, uma cidade portuária que tem no porto sua principal atividade econômica, passando assim a ser reconhecida por esta atividade.

Ainda segundo Weber (1999, p.409):

Somente queremos falar de ‘cidade’ no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população *local* satisfaz no mercado local uma parte

economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população *local* e dos arredores produziu ou adquiriu *para a venda* no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é ‘localidade de mercado’.

Dessa forma, ver-se a importância que o mercado e a circulação de mercadorias têm na formação da cidade, e como esta é caracterizada como um *lócus* de circulação de mercadorias.

A concepção de cidade apresentada por Weber (1999) pode ser considerada como exemplo para a configuração inicial do espaço urbano da cidade de Maringá. Observa-se esse entendimento em Gonçalves (1999, p.112) quando descreve as ações da Companhia de Terras Norte do Paraná, a CTNP:

O caráter planejado de todas as operações, desde a publicidade sistemática até a rigorosa delimitação das formas de assentamento nas áreas agrícolas e urbanas. A empresa teria traçado minuciosamente a distribuição das pequenas, médias e grandes propriedades, bem como estabelecido, desde o início uma hierarquia funcional urbana. Além disso, delimitou a rede viária de maneira a garantir o escoamento das safras e a integração entre as zonas rurais e as cidades.

Luz (1999, p.126-127) também acentua esse caráter da companhia em estabelecer a funcionalidade de mercado para Maringá:

A Companhia realizava os trabalhos de demarcação e loteamento das glebas localizadas nessa área. Ao mesmo tempo construía, além da estrada principal, várias outras secundárias que permitiam aos sítiantes se fixarem em seus lotes. Sem o receio de ficarem isolados e não poderem escoar a produção [...] Dessa maneira conseguiram que vários indivíduos e famílias ali se estabelecessem, um em cada ramo de atividade, a fim de que nada faltasse aos habitantes do pequeno núcleo e da zona rural que o cercava, como também aos que ali se encontravam apenas de passagem. [...] Instalaram-se, assim, os primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, tais como hotel, casa de secos e molhados, bar e restaurante, padaria, farmácia. Como o tempo surgiram outras casas de secos e molhados e de tecidos, além de sapataria, sorveteria, posto de gasolina, oficina mecânica, carpintaria, ferraria, etc.

Coube, portanto, a CMNP estabelecer a funcionalidade do momento de implantação do sítio urbano para a cidade de Maringá. À primeira vista, com o objetivo de manter a fixação do homem, foi à atividade agrícola o principal componente funcional para Maringá.

Mas a cidade não é só o *locus* de produção e reprodução do capital, de circulação de mercadorias, como vem sugerir Weber (1999). A cidade é também na ótica de Lefebvre (1991, p.53) formada por outros fatores ligados a organização social e política:

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuo dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Dando certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade.

Neste sentido, de acordo com Lefebvre (1991, p.54) a cidade é um misto de “continuidade” e de “mudanças da sociedade”, no bojo das relações políticas e ideológicas. Assim, também é importante, perceber a cidade através das transformações provocadas pelas mudanças na sociedade, no tempo e no espaço, pois nesta perspectiva de análise, as cidades não se limitam a um único modelo: cidade capitalista, industrial, comercial, consumidora, moderna, medieval, antiga. Segundo está perspectiva apontada por Lefebvre (1991) é relevante pensar a cidade através de suas Instituições políticas ou civis, em sua organização e estruturação social.

Lefebvre (1991, p.57) ainda enfatiza:

A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma incisão paradigmática; implica em outras oposições, a parte interna e externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade e o não-integrado.

Esta, é uma perspectiva de análise da estrutura física do espaço urbano da cidade de Maringá, na medida em que suas amplas avenidas arborizadas, seus parques e praças, simbolizam entre seus cidadãos a representação da “cidade ecológica”. Trata-se de se pensar mais um elemento que interage na compreensão de seu espaço urbano.

Na cidade definida por Smolka (1996, p.134) apresenta ingredientes essenciais: “a justa posição ou concentração espacial de pessoas e atividades; a escala e diversidade de funções desempenhada; e sua base material na forma de um ambiente construído”. Nesta perspectiva, Smolka (1996) aponta para o fato de a cidade compor um ecossistema natural, onde estão inseridos – clima, topografia, etc. – e as características de infra-estrutura urbana, o que faz da cidade um núcleo “espacial de pessoas e atividades econômicas, políticas, culturais etc.”.

Neste sentido, a cidade precisa ser pensada pela metamorfose de elementos que se combinam e se opõem em um processo no qual o espaço urbano só pode ser percebido em seu conjunto. Nessa percepção de conjunto, a cidade se revela em suas diferenças, e para analisá-la, é preciso apreender a constituição de seu tecido urbano com seus centros, bairros, subúrbios e favelas. Esses espaços construídos e reconstituídos pela fragmentação, mobilidade, segregação e lutas de classes no bojo da sociedade cidadina, revelam a polissemia de significados da cidade.

Reportando ao objeto de análise, isto é, a cidade de Maringá, pode-se vê-la como uma cidade criada para ser um modelo de cidade funcional e progressista a fim de atrair investimentos com objetivo de desenvolver a produção do café, representação social da riqueza e acumulação de capital no Brasil, na década de 50, do século XX.

Todavia, Maringá se transformou seguindo as mudanças dos ciclos econômicos do país, de cidade centrada na monocultura do café, diversificou-se na produção agrícola e foram criadas as agroindústrias. Assim, seu ambiente estrutural e organizacional se modificou; comércio e serviços transformaram o seu perfil econômico; sua estrutura arquitetônica se verticalizou. Porém, os traços de sua funcionalidade ainda se acham presente em suas ruas, quadras e bairros, os símbolos da modernidade são dominantes, na presença marcante em sua arquitetura, ornada por edifícios moderno.

Essas transformações, que a cidade de Maringá vivenciou, ao longo dos anos, faz com que os conceitos tomados como parâmetro para a discussão do fenômeno cidade em Weber (1999), Lefebvre (1991) e Smolka (1996), sozinhos não consigam dar conta do que é a cidade de Maringá, hoje. Contudo, é analisando estes conceitos, ser possível estabelecer-se um perfil para explicar esta cidade.

Pois, é visível a transformação em sua estrutura urbana, fruto das mudanças produtivas e econômicas, também como, nas mudanças em que vêm se efetuando na sua paisagem arbórea. Desse modo, analisar o seu espaço urbano requer não apenas um modelo conceitual, mas uma visão conceitual holística se faz necessária na apreensão deste objeto de estudo.

Como diria Rossi (2001, p.46) analisar a cidade apenas por seu funcionalismo é estabelecer um “funcionalismo ingênuo”, na medida em que “a cidade é uma coisa que permanece através das múltiplas transformações e que as funções simples ou múltiplas que esta desempenha progressivamente são momentos na realidade de sua estrutura”. Ou seja, entender a cidade é entender a dinâmica de sua estrutura.

4.4.2 A Árvore como signo da “cidade ecológica”, “cidade verde”

Numa perspectiva urbanística, se pode pensar o espaço urbano enquanto um espaço mediado por símbolos e significantes que traduzem a expressão sócio-cultural de seu povo. Verifica-se que essa simbologia manifesta uma relação cotidiana entre o sujeito e o objeto, gênese da percepção que o indivíduo tem de seu entorno, a partir dos signos elegidos pelo indivíduo e/ou coletividade. No caso em análise, as árvores são o signo da representação social da “cidade ecológica”, da “cidade verde”.

Para Peirce (1977) o signo é usado para denominar um objeto perceptível ou imaginável “Mas, para que algo possa ser um Signo, esse algo deve “representar”, como costumamos dizer, alguma outra coisa (...) a condição segundo a qual um Signo deve ser algo distinto de seu Objeto” (Peirce, 1977, p. 47). Ou seja, o Signo representa algo que não é em si mesmo.

Assim, a árvore presente nas vias pública da cidade de Maringá passa a ser o signo da preservação ambiental, da harmonia entre o espaço urbano e a vegetação. Projetada por sua quantidade, a árvore é apropriada como elemento que traduz os interesses de seus gestores em aclamar a “cidade ecológica”. Muito embora, como já foi assinalado, isto não corresponde a realidade.

Desta forma, os Gestores Públicos de Maringá, através de campanhas publicitárias elegeram a árvore como signo da cidade, e que por sua vez, esta se transforma na representação social da “cidade verde”, “cidade ecológica”, enquanto, perspectiva de uma cidade sem problemas

sócio-ambientais, proferia nos discursos dos Gestores e no da população, como uma realidade concreta.

4.4.3 O Espaço Discursivo da “Cidade Ecológica”

A cidade é também um espaço simbólico que traduz seus significados particulares e coletivos. Neste espaço, a simbologia retrata os diversos discursos de seus cidadãos. E dentre tantos, o discurso político de seu Gestores, que busca ser hegemônico, objetivando que o público interaja e compartilhe a mesma idéia.

E é esse processo que se percebe nos discursos dos Gestores da cidade de Maringá, o de promover através de suas propagandas exaltando o verde, argumentos convincentes de uma cidade moderna, desenvolvida, próspera, ecológica, apta a investimentos com retorno garantido. Este discurso direcionado aos investidores, acaba sendo cooptado pela população e largamente difundido na sociedade maringaense. Pois, é um discurso que unifica o público e o privado, criando assim a representação social da cidade sem problemas sociais e ambientais, tão comuns a outras cidades brasileiras de seu porte.

O *slogans* de “cidade ecológica” “cidade verde”, acaba com seu trocadilho de palavras, repetidas, em textos e imagens que geralmente trazem árvores floridas em paisagens urbanas bucólicas, criando significados que refletem a simbiose materializada da cidade de Maringá enquanto um espaço urbanístico bem sucedido.

Esse processo argumentativo e discursivo da “cidade ecológica” da “cidade verde”, produzido pelos Gestores Públicos e por algumas categorias sociais dominantes política e

economicamente, formam um *corpus* discursivo que busca reunir, convergir, instrumentalizar, comunicar, no signo árvore, as condições representativas da “cidade ecológica”. São assim, injunções da normatividade social que acabam por produzir e reproduzir a narrativa urbana que escamoteia as mazelas sócio-ambientais através da representação social de uma “cidade verde”.

4.4.4 Representação Social

Para Tsiomis (1999, p.131), “o meio ambiente urbano deve ser compreendido e estudado como uma inter-relação do tecido espacial e do tecido social”. Acredita-se que é neste ambiente urbano que a natureza se faz representar. Desse modo, assevera-se que a compreensão do meio ambiente urbano perpassa também pela representação social que seus cidadãos fazem da cidade.

Nesta tese, trabalha-se com o conceito de representação social empregado por Moscovici (1984), - que a descreve pautada em práticas reguladas pelas crenças, valores, normas, saberes, linguagem, cultura, que ela mesma produz em conjunto, constituindo-se, assim, na identidade de um grupo, de uma sociedade - para analisar-se a concepção que a sociedade maringense constrói em seu ideário de “cidade verde”, “cidade ecológica”.

Nessa conjuntura, entende-se que a representação social, se dá dentro do cotidiano da sociedade que se exprime em dados práticos e nas informações conduzidas na vida social e política. Esse modo de construí-se no cotidiano faz com que a representação social se consolide nas ações dos indivíduos e na dimensão social e política, no discurso estabelecido

por seus gestores e entre os cidadãos maringense, qual seja: o da “cidade ecológica”, “cidade verde”, que representa o de uma cidade livre dos problemas socioambientais.

Importa, neste sentido, analisar essa dinâmica social e política da representação social no que se refere ao seu espaço urbano, que define um fato material socialmente construído, o da “cidade verde”, “cidade ecológica”. Ou seja, procura-se observar o discurso social e político acerca da cidade de Maringá, aportado na análise de representação social.

E nesse sentido, pode-se afirmar que é da visão que se tem da cidade que surgem as representações sociais. Assim, por analogia, Paris, é a “cidade luz”, por seu aspecto cultural e pela sua iluminação noturna; Londres, “cidade cinza”, por suas construções predominantemente cinzas combinando com o clima, quase sempre encoberto por neblina; São Paulo, a “selva de pedra”, representada por seus arranha-céus; Rio de Janeiro, “cidade maravilhosa”, dada sua topografia montanhosa e a presença do mar; Maringá, como a “cidade verde”, por sua farta arborização.

Paula (1998, p.3), estudando esse o ideário de “cidade verde”, descreveu que: “na cidade de Maringá há um discurso de harmonia entre o homem e a natureza”. Para a autora, este é um discurso político que foi construído com finalidade econômica, ou seja, para dar um significado de “paraíso turístico”¹⁵ e transformar a cidade em um atrativo na reprodução do capital. A autora afirma que a imagem de Maringá é “vendida” como uma cidade de oportunidade, de comércio, de investimentos, de qualidade de vida.

¹⁵ Desde 1999, Maringá é considerada uma cidade turística, com selo aprovado pela Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, pelo fato de ser uma das cidades mais arborizadas do Brasil.

Este fato é aqui abordado, analisando-se os panfletos distribuídos pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP, na época de sua fundação, e que perdura até hoje, nas propagandas do Poder Público, através de campanhas publicitárias, onde a imagem da cidade é mais uma vez idealizada dentro de signos e significados da “cidade ecológica”, da “cidade verde”, representação de modernidade, prosperidade, qualidade de vida, entre tantos adjetivos que garante ao investidor um retorno lucrativo. Em outras palavras, a representação discursiva de uma cidade dinâmica, arrojada, que harmoniza o desenvolvimento com a preservação da natureza são uma prática que nasce com a cidade e se perpetua ao longo de sua existência de cidade.

Essa preleção, como se afirmou, é ainda muito comum nos documentos e publicações na imprensa local e até nacional. Registram-se dois desses momentos onde Maringá é destaque na imprensa Nacional: “Norte do Paraná a Nova explosão do Progresso [...], um exemplo de convivência entre desenvolvimento e ecologia [...] Maringá é a cidade que apresenta a segunda renda *per capita* do país”.¹⁶

A vinculação da expressão ‘Maringá sempre ecológica’ à beleza e nível sócio econômico elevado, pode ser observada no artigo da revista Veja, número 20, 1999, no qual Maringá é denominada a ‘Dallas brasileira’. Esse tipo de imagem propagada na mídia, tem transformado a cidade ecológica num instrumento de legitimação da idéia de boa qualidade de vida.¹⁷

Tal imagem é repetida nos órgãos públicos como se pode verificar em uma publicação da Prefeitura Municipal de Maringá.¹⁸

¹⁶ Revista Manchete – Suplemento da Edição da Independência, 1822-1972, s/n, p.6-17, set. 1972.

¹⁷ “Maringá, cidade ecológica” (1997, p.3 apud KLOURANIS, Neide M.; TEXEIRA, Rosângela O. Maringá: Cidade Ecológica Revista Teia, Maringá: UEM, ano 1, n.1, jan./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.uem.br/~pea/teia>>. Acesso em: 17 mar. 2005).

¹⁸ Klouranis (op.cit).

O vertiginoso progresso de Maringá acontece harmoniosamente sem perder suas características de cidade projetada, onde a consciência pela preservação da natureza se impõe como se pode notar pela sua farta arborização que proporciona um festival de cores todos os meses do ano. Nesta cidade moderna e arrojada, extensas áreas verdes convivem em perfeita harmonia como o conforto e o planejamento racional que proporcionam qualidade de vida acima da média.

Trata-se, pois, de passar uma imagem de convencimento, positiva e atraente a investidores, de uma imagem de cidade sem problemas. É com esses discursos que vão se criando na cidade a representação social de uma cidade livre das mazelas sócio-ambientais.

De fato, a cidade de Maringá é arborizada. E, nesse sentido, destaca-se de outras cidades do país. É essa arborização que propiciou e ainda propicia o discurso de seus habitantes como também daqueles que a visitam. Outro aspecto da “cidade verde” que também beneficia a imagem da preservação ambiental, são os vastos campos agrícolas de soja, milho, trigo, uma paisagem verde, no entorno da cidade. Muito embora suas árvores¹⁹ sejam o símbolo da preservação do meio ambiente para seus habitantes, como se verá adiante, estas não garantem a preservação ambiental no sítio urbano.

Uma pequena amostragem, de como a imagem da “cidade verde”, “cidade ecológica” influencia a representação social dos habitantes sobre Maringá pode ser observada em pesquisa feita por Klouranis e Teixeira (2001)²⁰. Nesta pesquisa, as autoras partiram de três perguntas sobre a identificação e conhecimento dos problemas ambientais em Maringá para um grupo de 98 estudantes do período matutino e concluintes do ensino médio e 15 professores de diferentes áreas do conhecimento. Dos alunos inquiridos sobre a identificação

¹⁹ Em 1983, sob a gestão do prefeito Said Ferreira foi organizado pela a Secretaria de Cultura e Turismo, a abertura de um concurso para eleger uma frase que definisse um slogan para a cidade, em campanha amplamente realizada pelos canais de comunicação e pelas escolas públicas e privadas, a frase vencedora foi “*Maringá: o coração verde do Brasil*” e a árvore passa a ser símbolo da cidade. Oferecendo assim a coletividade um ideário de natureza.

²⁰ Sabe-se que esta pesquisa não é representativa para um universo sobre a representação social da cidade de Maringá, entretanto, não deixa de ser indicador de como as questões ambientais são percebidas pela população.

de problemas ambientais na cidade, 69,2% apontaram o lixo em terrenos baldios, 48,7% afirmaram “é difícil identificar problemas em Maringá, considerando que é uma cidade bem planejada e bem arborizada”, e 42,7% não identificaram nenhum problema ambiental em Maringá. Interrogados se consideram Maringá uma “cidade ecológica”, 94% afirmaram que sim, associando a isto a justificativa de a cidade ter muita área verde. Quanto aos professores, 47% não identificam problemas ambientais na cidade, entretanto “A arborização da cidade de Maringá é expressa pela quase totalidade dos professores entrevistados, sempre ligada à idéia de bem estar”.

Analisando, esta amostragem, e as campanhas publicitárias onde o verde é destaque, e nas observações *in lócus* fica clara a forte presença que têm as árvores no cotidiano de seus cidadãos e em sua grande maioria, coadunam com o valor simbólico das árvores como associado à preservação. Dessa forma, se pode afirmar, como a presença das árvores apadrinha a representação social de uma cidade “ecologicamente correta”.

4.4.5 *City Marketing*: um Instrumento de Representação Social

A propaganda expressa na *city marketing* corrobora uma representação social de cidade asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela, poluição, depredação ambiental, entre outros. Este tipo de propaganda tenta, assim, elevar a qualidade de vida, as condições sócio-econômicas, ambientais, para patamares que fogem da realidade concreta da dinâmica de uma cidade. No Brasil, talvez a cidade que tenha mais se utilizado desse tipo de *marketing* tenha sido Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Ribeiro e Garcia (1996) abordam a *city marketing* do planejamento urbano nos anos 90, na cidade de Curitiba. Para as autoras, esse modelo transformou Curitiba em uma metrópole com

qualidade de vida por meio do convencimento publicitário da “cidade que deu certo”. Jaime Lerner, arquiteto e prefeito da época em Curitiba reorganizou e renovou a cidade, pelo imaginário que impôs aos seus habitantes de uma cidade mito, onde não havia violência, pobreza, desemprego, degradação ambiental.

Um outro estudo, *Curitiba e o mito da cidade modelo* de Dennison de Oliveira (2000), analisa as bases sociais e políticas em torno do projeto urbanístico de Curitiba, e como as elites econômicas e os urbanistas conseguem manter o mito da cidade de Curitiba como “cidade modelo”.

No caso de Curitiba, esse *marketing* extrapolou os limites do Estado do Paraná e sua idéia mítica foi estendida com crédito a todo o país. Como resultado deste, atraiu investimentos econômicos, da ordem do aumento de turistas e de grandes empresas que se instalaram na região.

Em Maringá, a alocação do *marketing* “cidade verde”, “cidade ecológica” mantida pelo poder público, por empresários do ramo imobiliário e pela própria população tem produzido os mesmos efeitos que em Curitiba. Ou seja, atraindo investidores e turistas²¹. Só nos últimos quatro anos, estabeleceram-se em Maringá três grandes hotéis²².

²¹ O setor municipal responsável pelo desenvolvimento do turismo na cidade fica a encargo da Secretária Municipal de Comércio, Indústria e Turismo. Como forma de incrementar o turismo na cidade, foi criado em 2004, o Conselho Municipal de Turismo – CMTUR – agregado por 38 entidades e instituições. Segundo dados desse Conselho (O Diário do Norte do Paraná, 03.03.06), duas linhas mestras de ações para o desenvolvimento do setor turístico em Maringá se verterão para transformar a cidade em pólo de eventos: congressos, feiras. Neste sentido a PMM, tem um anteprojeto para construção de um centro de eventos com capacidade para 5 mil pessoas. Uma outra é a criação de um roteiro turístico do Noroeste do Estado que divulgue as atrações naturais e rurais da região.

²² Estes hotéis fazem parte de uma rede hoteleira internacional: Elo Hotel, Íbis Hotel, Bristol Hotel.

Essa prática constituiu uma imagem positiva de Maringá e esconde os problemas sócio-ambientais que a cidade tem. Isto lembra Lynch (1999), quando afirma que a imagem da cidade ou de partes dela é construída individualmente, mas se completa na ação social, formando um quadro coletivo da realidade física do espaço urbano. Em outras palavras, o objetivo de estabelecer para Maringá uma propaganda de *city marketing* de “cidade ecológica” e “cidade verde”, tem propiciado uma representação social de cidade mitificada por uma imagem prosáica, mas na realidade, atende aos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes.

Desta forma, em Maringá, esta preleção individual/coletiva de “cidade ecológica” proporcionou a representação social de uma cidade ambientalmente correta, legitimada por uma malha urbana de ruas arborizadas, largas, limpas, praças ordenadas, mas que esconde uma outra realidade, a dos seus problemas sócio-ambientais.

4.4.6 A Quantificação Arbórea como Elemento para a Representação Social e da *City Marketing* da “Cidade Verde”

Segundo dados de Milano (1988), Maringá tinha, na década de 80, século XX, 62.818 árvores distribuídas em suas ruas, 80 praças e 05 parques, originárias de 75 espécies, sendo que as dez espécies mais plantadas representam 96,3% da arborização e a primeira espécie mais plantada *Ceasalpinia peltophoroides* – Sibipiruna – totaliza 49,8% do plantio.

De acordo com informações obtidas junto a dados mais recentes da Secretária Municipal do Meio Ambiente – SEMA (1999), existiam 80 espécies e 77.273 árvores²³. Segundo dados de uma pesquisa recém divulgada feita pelo Centro Universitário de Maringá – CESUMAR (2006), foram catalogadas 93.261 árvores²⁴. No entanto, esses dados mostram que, mesmo com uma área arborizada de 3.877.745m², a área não chega a representar a diversificação nem a quantidade de árvores anteriormente presente na Mata Atlântica na região de Maringá, entretanto, corrobora para a representação da “cidade verde”.

Dessa forma, é compreensível a aceitação do discurso oficial do Poder Público sobre sua arborização e reproduzido pela população. O *slogan* de “cidade ecológica”, “cidade verde” traduzem a representação social da harmonia sócio-ambiental em seu espaço urbano na medida em que esta é favorecida pela malha urbana e reforçada com as três principais reservas florestais urbanas da região norte do Paraná: o Parque do Ingá, o Bosque II e o Horto Florestal.

A figura 18, mostra as áreas verdes da cidade de Maringá, com destaque para as três maiores reservas florestais, suas matas naturais, ruas arborizadas, praças urbanizadas e os fundos de vale.

²³ Não foi possível encontrar dados oficiais concretos durante a pesquisa que registre os números atuais do inventário de árvores na cidade de Maringá, a Prefeitura Municipal de Maringá não dispõe de dados reais, o valor acima descrito pela PMM é um dado desatualizado.

²⁴ O fato de apresentar-se três dados sobre o inventário arbóreo da cidade de Maringá, se justifica na medida em que não existe um estudo que retrate a realidade da arborização, a Prefeitura Municipal de Maringá não tem esse dado real, trabalha com um inventário arbóreo desatualizado. Registrou-se este último dado, divulgado no Jornal O Diário do Norte do Paraná em 03.03.06, por se acreditar na seriedade da pesquisa e por acreditar que este dado é o que mais reflete a realidade da arborização.

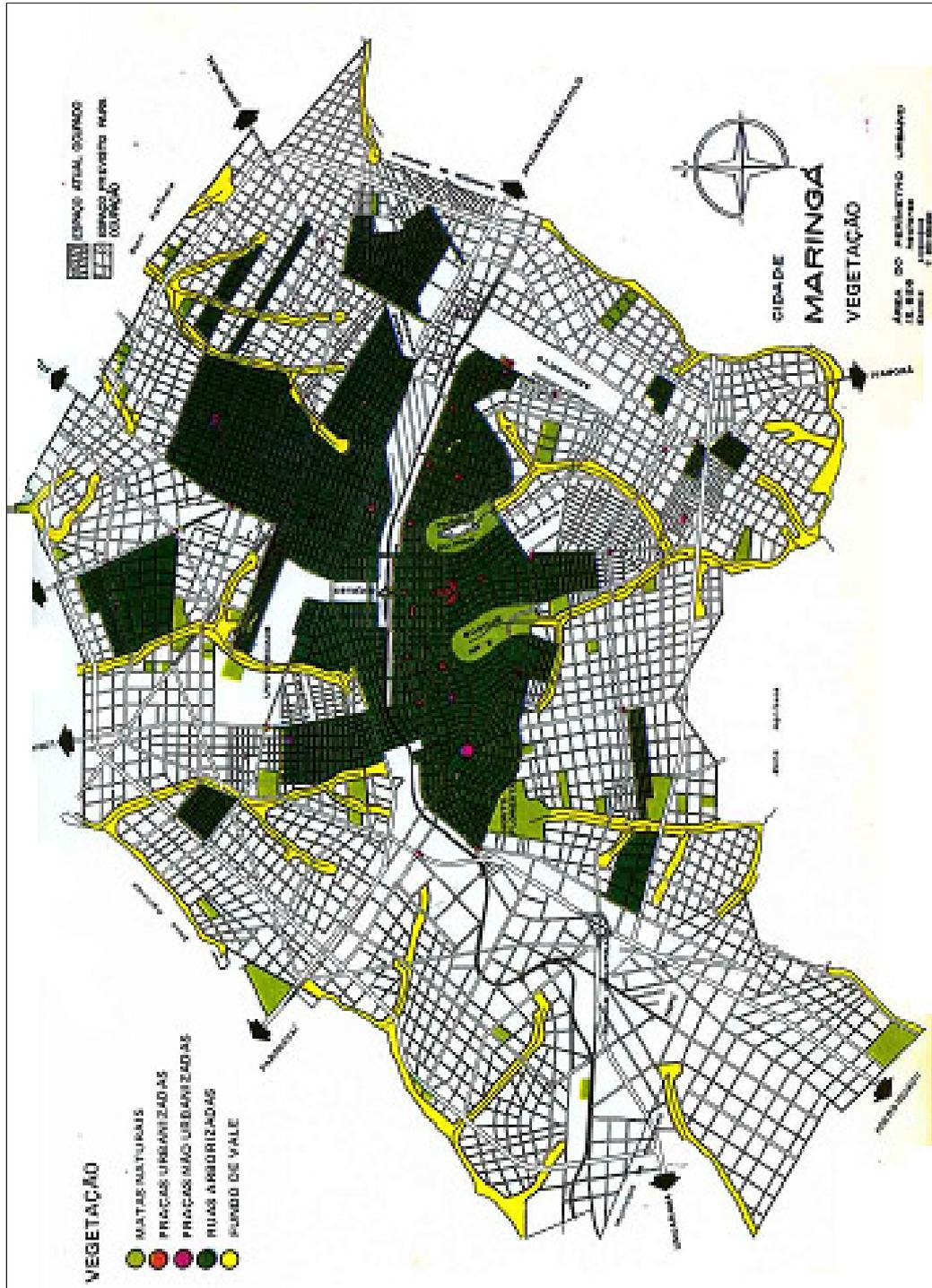


Figura 18 - Vegetação do Município de Maringá – 1990
 Fonte: SEDUH (2005).



Figura 19 - Vista Aérea de Maringá

Fonte: Prefeitura Campus da Universidade Estadual de Maringá (s/d, s/localização) (2005).



Figura 20 - Bosque II – Zona Sul

Fonte: O autor (2005).

Esta característica urbanística com destaque para o verde, como se observa nas figuras 19 e 20, põe a cidade de Maringá, em um primeiro contato, como uma cidade sem problemas ambientais tão comuns nas cidades brasileiras e que chega a contagiar quem não é morador da cidade, como já foi dito. Assim, é freqüente ouvir dos visitantes frases como essas: “A cidade é muito verde”, é “Uma cidade limpa”, “Aqui tem muita árvore”, o que reforça, mais uma vez, a representação social da “cidade verde”.

Esta representação social de harmonia ambiental na cidade de Maringá faz sugerir uma análise no viés apontado por Medeiros e Bellini (2001, p.69) em seu debate sobre Educação Ambiental: “a idéia de que a natureza existe à serviço do homem está presente em todas as nossas ações, porém pouco falamos sobre esse assunto”.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as árvores sempre estiveram e estão no sítio urbano de Maringá para proporcionar acalanto e utilidade a seus moradores, seja no período da destruição da Mata na qual a utilidade estava na sua derrubada e no uso da madeira – em Maringá as primeiras construções eram quase todas de madeira e que ainda hoje se encontram alguma espelhadas pela cidade²⁵ – seja nos dias atuais, onde ela é responsável por proporcionar elementos ambientais positivos para o micro-clima da cidade, como já se mencionou anteriormente.

A concepção idealizada de uma harmonia entre a natureza e o homem no sítio urbano de Maringá, respaldada por sua arborização, igualmente reporta a Italo Calvino (1990), em seu livro *As Cidades Invisíveis* no qual a cidade se apresenta em sua paisagem urbanística e nos

²⁵ A figura 51 mostra uma casa de madeira, na Vila Esperança II, um dos bairros mais antigos de Maringá, no quadrante norte, casas de madeira são muito comuns ainda neste bairro, como também na Vila Operária. Partes da Zona 7 também apresentam este tipo de edificação.

emaranhados de sua estrutura, com a revelação de imagens construídas por seus moradores: são seus sonhos, suas expectativas, esperança, memórias, história, ou seja, sentimentos humanos que revelam como a sociedade constrói em seu imaginário individual e coletivo a sua cidade.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer, que o *slogan* de “cidade verde” é facilmente justificável, na medida em que a cidade ainda é densamente arborizada com espécies de árvores que proporcionam, em cada estação, uma floração, agraciando a cidade com um belo espetáculo de cores o ano todo, como se vê nas figuras 21 e 22.



Figura 21 - Mosaico de Árvores em Flor
Fonte: Sanches, Antenor (1999).



Figura 22 - Mosaico de Palmeiras com Frutos
 Fonte: Sanches, Antenor (1999).

4.4.7 Urbanidade versus Paisagem

Para esta tese, o conceito de paisagem foi elaborado a partir da abordagem feita por Leite (1994, p.7): “a paisagem é resultado do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais”. Nesse sentido, analisa-se a cidade de Maringá em sua estrutura urbana, na composição de seu projeto urbanístico, onde a arborização e sua malha urbana, compõe uma paisagem, que permite a seus gestores associa-la a uma representação social de “cidade ecológica”

Um outro conceito de paisagem que corrobora na presente pesquisa é de Santos (1982). Para o autor, paisagem é o resultado dos elementos naturais e dos elementos sociais construídos historicamente. Paisagem é algo concreto, mutável, porém de difícil valoração, uma possibilidade de entendimento de seu significado se dá por meio da apreensão sensitiva, na qual se busca traduzir a importância e valoração que a paisagem tem para o ser humano.

4.4.8 Paisagem: da Contemplação à Utilidade

Vê-se muito na literatura a importância que tinha e têm os jardins para a civilização humana. Desde a Bíblia, no Livro Gênesis, os homens falam do Jardim do Éden. Desde as civilizações mais antigas, como a Babilônia e seus célebres jardins suspensos, os sírios, mesopotâmios, os caldeus, os hebreus, os persas, os egípcios, os gregos, os romanos trazem registros de sua relação cultural e afetiva com suas paisagens naturais. Na mitologia grega, deuses como Baco, Artemisa, Diana, Afrodite, Vênus são ligadas a bucólicos jardins. No mundo ocidental mais recente, são famosos os jardins renascentistas da França, Itália, e os jardins naturalistas ingleses, resultantes da Revolução Industrial.

Nas diversas épocas históricas, observa-se que os estilos desses jardins deixam de ser obras exclusivas de seus proprietários para se tornarem um bem público, ornando praças, monumentos, ruas, e, ainda hoje, interagem com no espaço urbano valorando a cidades não como peças decorativas, mas também utilitárias, pois proporcionam uma paisagem estética e minimizam a esterilidade do concreto e possibilitam melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Assim, percebe-se, que desde o mundo antigo é clara a preocupação dos homens em controlar e embelezar a paisagem natural. Para isso, usam de seus conhecimentos de engenharia, estética, botânica, empírico, entre outros.

Esses conhecimentos, geraram instrumentos técnicos científicos na produção dos espaços verdes ou paisagísticos. Neste processo, a civilização humana promoveu os primeiros grandes impactos ambientais e compôs uma outra paisagem: a urbana, dada à interação entre a paisagem natural e a paisagem socialmente construída. Juntas, compuseram uma paisagem criada e modificada pela ação do homem, obra do processo individual e coletivo em um determinado território. Desta forma, o espaço urbano é a representação social, política, econômica, cultural e ambiental de uma dada sociedade.

A vegetação possibilitou, nesse espaço social, um espaço urbano de beleza e utilidade. Entre os benefícios que a vegetação urbana oferece ao ambiente da cidade, pode-se eleger: amenização da radiação solar; diminuição da velocidade e direcionamento dos ventos; atuação como barreira acústica; redução da temperatura; aumento da umidade do ar; redução da poluição do ar; entre outros.

Mascaró e Mascaró (2002) apresentam estudos²⁶, realizados em Israel, sobre os efeitos positivos do plantio de árvores nas cidades daquele país. As árvores proporcionaram queda de temperatura durante o dia nas ruas e regiões arborizadas. Robinett (1972²⁷ apud MASCARÓ e MASCARÓ, 2002) em estudos realizados nos Estados Unidos mostrou que, em ruas

²⁶ SHASUA-BAR, L.; HOFFMAN, M. G. *Geometry and orientation aspect in passive cool line of canyon streets with trees* In: Proceedings of PLEA 2000, Architecture, city and environment. Cambridge, 2000. p.483-488. SWAID, H. HOFFMAN, M.E. *Climatic impacts of urban design*. In: Features for high and mid latitudes cities. London, Journal of Energy and Buildings, v.14, p.325-336, 2000.

²⁷ ROBINETT, G. O. *Plants, people and environmental quality*. Washington D.C.: Department of the Interior National Park Service, 1972.

arborizadas, a temperatura é menor em três a quatro graus em relação às áreas expostas à radiação solar.

Ainda segundo esses autores, uma pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre (PREAMBE 2001), sobre o desempenho térmico em espécies vegetais durante o verão em determinadas áreas da cidade, chegaram a resultados significativos. Dizem os autores: “isso foi comprovado *in loco* em dois recintos arborizados: praça Bozano e Rua Duque de Caxias, em que a umidade manteve a média de 65% [...] Em um recinto caracterizado pela falta de arborização, a Rua Sete de Setembro, a umidade manteve-se na faixa de 25% a 50%” (MASCARO, 2002, p.43). Neste mesmo estudo, também, foi feita a análise do tipo de árvore e folhagem que retém mais ou menos umidade.

Percebe-se que os benefícios que a arborização proporciona à cidade vão além dos aspectos ecológicos. O plantio de árvores no sítio urbano cria condições sócio-econômicas favoráveis à cidade, ao mesmo tempo em que a estética da vegetação oportuniza bem estar e qualidade de vida para seus cidadãos.

4.4.9 Maringá: na Arborização um Espaço Construído

Para analisar a cidade de Maringá, tem-se que apreender os sentidos de seu planejamento e decompor seus traços, resgatar sua história na concepção de um ideário europeu de cidade e de uma natureza controlada e uniformizada, em jardins geométricos, ruas largas e floridas e canteiro central. Em outras palavras, um ideário de natureza dominada pela ação do homem, em um espaço onde os elementos físicos construídos são “decorados” pela natureza.

Percebe-se ao espaço urbanizado como o resultado da interação entre o espaço construído e a natureza num processo temporal e espacial, representando a ação e visão social de um determinado núcleo humano, historicamente situado, o que faz com que a percepção do tempo, do espaço e da natureza se modifique como em um processo em espiral, acompanhando as modificações da sociedade. Ou seja, é o procedimento do homem em intervir na organização e ocupação do espaço que o circunda, expressando assim seu modo contemporâneo de viver.

Isto também faz com que os elementos e as formas que compõe urbano estejam ligados a valores sócios culturais, econômicos, produtivos, políticos, ambientais, estéticos. E esses valores mudam conforme os padrões vigentes em cada sociedade.

Porém, este processo metamorfoseado está intimamente integrado à estrutura física natural de cada região ou lugar, significando que a natureza e os processos sociais interagem na construção do espaço urbano. Por exemplo, pode-se perceber, nas cidades, que as estruturas de transporte, produção, consumo, habitação, lazer, e outros estão ligadas às condições climáticas, hidrográficas, topográficas, biológicas e outras, fazendo com que as cidades tenham sua peculiaridades que as distinguem das demais.

Desta forma, é possível afirmar que o sítio urbano de Maringá, socialmente construído por seus cidadãos, é um espaço gerado pela ação humana dentro das condições propiciadas pela natureza e pelos valores funcionais e estéticos da sociedade maringaense. Isto fica claro quando temos em Maringá um projeto urbanístico de cidade-jardim, planejada, levando em conta dois critérios essenciais: a topografia do relevo e de sua bacia hidrográfica. O que

resultou *a priori* em critérios de uma cidade desenhada conforme padrões estéticos de seus idealizadores.

Na composição da cidade de Maringá foram mantidas três grandes áreas verdes. Duas delas são símbolos dessa “reconstrução natural”: o Parque do Ingá e o Bosque II, apesar dos sucessivos incêndios sofridos e das ações depredadoras. Estas duas áreas foram planejadas para serem dois pulmões verdes da cidade e preservadas pela CMNP desde do processo de colonização. Entretanto, só passaram oficialmente a existir como parques em 1971 e 1982, respectivamente. Hoje, o Parque do Ingá, com seus 47,3 ha, é uma das áreas de recreação mais importante da região noroeste do Estado do Paraná.

Esses dois parques, aliados às outras áreas verdes, num total de oito espaços de preservação permanente, refletem o que Diegues (1996, p.157) define como “Ilhas de preservação”. Segundo o autor, essas “ilhas” têm como objetivo servirem de espaços verdes onde o homem se reencontra com a natureza “[...] refletem de forma emblemática um tipo de relação homem/natureza”.

As figuras 23 e 24, simbolizam, na prática, o que Diegues (1996) define de “Ilhas de preservação”. São as duas áreas verdes mais importantes de Maringá.



Figura 23 - Maringá em 1953, em segundo plano se vê o Parque do Ingá e o Bosque II, Região Central
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).

Nota do Autor: esta foto possibilita visualizar o traçado da cidade de Maringá, já com suas duas áreas verdes mais importantes delimitadas.



Figura 24 - Parque do Ingá

Fonte: Prefeitura Campus da Universidade Estadual de Maringá (s/d – provavelmente da década de 90-2005).

Nota do Autor: nesta foto se observa os dois “pulmões” da cidade, em primeiro plano o Parque do Ingá, em segundo, a mancha verde do Bosque II e parte do cinturão de edifícios da zona central.

Percebe-se na análise das fontes documentais arroladas nesta pesquisa que o planejamento da arborização da cidade de Maringá implementado pela CMNP, objetivou estabelecer um cenário paisagístico embelezador, onde foram priorizadas espécies exógenas a mata nativa, mas que oferecesse sempre uma espécie em floração no decorrer do ano.

Neste sentido, pode-se afirmar que a preocupação inicial não era a de preservar a mata nativa ou o que tenha restado dela, mas, sim a de compor um paisagismo, que atendesse os interesses estéticos, e como já se enfatizou anteriormente, o de transformar a paisagem estéril da cidade de Maringá em uma paisagem atrativa a investimentos. Ou seja, mais uma vez as “ações ecológicas”, são revestidas de instâncias votadas para a reprodução do capital.

Ao longo do tempo, evidente que outras ações vieram a se juntar na manutenção e preservação desse patrimônio natural e que é signo de um discurso de *marketing* em oportunizar e uma imagem positiva da cidade de Maringá.

A preocupação com as árvores da cidade de Maringá e objetivando acabar com ações de vandalismos com estas, a Prefeitura Municipal de Maringá instituiu a Lei Municipal nº 995/73 alterada pela Lei nº 2.585/89 a cobranças de multas ocasionadas por eventuais danos à arborização das ruas, praças e parques. Pela Lei Municipal de nº 1.081/75 a obrigatoriedade do plantio de árvores em cada lote nos loteamentos implantados na zona urbana.

5
DISCUSSÃO

*Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão,
escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas,
nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras,
cada segmento riscado por arranhões serradelas, entalhes, esfoladuras.*
(ITALO CALVINO)

5.1 - O PRIMEIRO PLANEJAMENTO DE MARINGÁ: DO ESPAÇO DE FLORESTA A URBANIZAÇÃO DA CIDADE-JARDIM

Nos capítulos anteriores foram apresentadas dimensões teóricas sobre o objeto cidade para analisar a cidade de Maringá em termos de uma trajetória que moldou seu espaço urbano ao longo de sua existência.

Neste capítulo, discutir-se-á como nasceu a cidade-jardim no norte do Paraná, como a arborização de suas ruas mantém, há quase 60 anos, seu ideário de “cidade-ecológica” e quais são as mazelas ambientais e sociais ainda ocultas pelo discurso e pela propaganda de modernidade dos setores privados e públicos.

Para esse percurso, em um primeiro momento, localizar-se-á sua trajetória temporal por meio de alguns elementos significativos de suas transformações sócio-econômicas. De 1952 a 1960, a cidade de Maringá caracterizava-se por sua horizontalidade; o núcleo central apresentava residências, muitas de madeira e comércios. A partir de 1980, houve um forte deslocamento das residências centrais para os bairros e um aumento do número de prédios que assegurou à cidade de Maringá muito trabalho ao setor de construção civil, sobretudo entre 1980 a 1989.

À medida que a cidade se verticalizava, mais bairros afastados do centro surgiram e mais próximos dos córregos e fundos de vale ficavam. Discutir-se-á, neste capítulo, como ocorreram essas mudanças ambientais e sociais.

5.1.2 Do Núcleo Inicial de Maringá

A ocupação do Norte do Paraná ocorreu efetivamente no início da década de 1930. Em meados de década de 40, foi implantado, pela CMNP, um núcleo urbano composto por seis quadras no quadrante oeste de seu perímetro urbano atual da cidade de Maringá. Na realidade, este pequeno núcleo inicial, que abrigava empreiteiros, lavradores e corretores imobiliários não seria o núcleo definitivo, pois a Companhia apenas esperava a definição do traçado onde iria passar a estrada de ferro para dar início ao zoneamento urbano da futura cidade.

A ocupação desta área inicial não se dava pela venda do lote, mas sim por uma autorização da Companhia em permitir a construção de casas e de pequenos comércios, prestadores de serviços, como hotéis e casas de seco e molhados, bares, farmácia, padaria. Entretanto, mesmo com a construção do núcleo definitivo, este não foi destruído, continuando a servir de suporte comercial e atacadista para os moradores da nova cidade, e que terminou por se anexar a Maringá, hoje se constituindo de um bairro chamado de “Maringá Velho”. Na figura 25, vê-se em primeiro plano este núcleo inicial e em segundo plano, o sítio definitivo da cidade de Maringá, ainda com vasta mata em seu entorno.



Figura 25 - Maringá Velho e Maringá – 1950
Fonte: Museu da Bacia do Paraná (2004).

Acredita-se que o café não era o único atrativo para o sucesso da colonização do norte do Paraná. O projeto imobiliário implantado pela CMNP e sua arrojada propaganda oferecendo uma terra roxa e fértil, negócios imobiliários e comércio como atrativos para o enriquecimento rápido foram determinantes. A forma de dividir a terra em pequenos lotes rurais e urbanos, vendidos a prazo e com juros baixos, bem como o fornecimento de insumos e assistência técnica relativamente barata para os agricultores, descontos e prazos maiores para os funcionários da Companhia, implantação de infra-estrutura para o escoamento da produção foram outros fatores positivos agregados ao motivo do café.

Como estratégia de ocupação da cidade, a Companhia estabeleceu critérios de estratificação social, ou seja, nas áreas centrais ficariam moradores com mais capital e em outras mais

distantes, as classes sociais menos abastadas. Disponibilizava-se no mercado a venda de lotes selecionados conforme áreas prioritárias a serem ocupadas. Isto fez com que não apenas a área urbana fosse crescendo uniformemente, mas fosse mantida a valorização de toda a área. Uma das estratégias era a de vender um lote e deixar dois vazios. Os preços diferenciados para os lotes permitam que os menos afortunados tivessem acesso aos lotes nas áreas periféricas.

O que caracterizou essa fase de colonização da cidade de Maringá foi à perspectiva de seus pioneiros de enriquecer. Este desejo era reforçado pela propaganda da Companhia que, em seus panfletos, conclamava as pessoas para trabalhar e morar no “Eldorado”, dada a riqueza da terra roxa para o plantio. As propagandas como já foi mencionado, extrapolavam os limites nacionais e atingiram países como Japão, Alemanha, Espanha e Itália.

Dessa forma, o grande planejamento inicial foi à derrubada da floresta. Levi-Strauss fala em seu livro *Tristes Trópicos* “da poeira vermelha de Maringá” quando passou na região em 1953. Pioneiros e peões enfrentaram muito trabalho nessa empreitada. Derrubavam a Mata, matavam animais silvestres e selvagens e se fotografavam com esses “troféus” como se vê nas figuras 26, 27, 28 e 29, que ilustram fartamente como o ato de destruir a natureza era objeto de orgulho dos pioneiros.



Figura 26 - A Natureza em Troféu I – 1946
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).

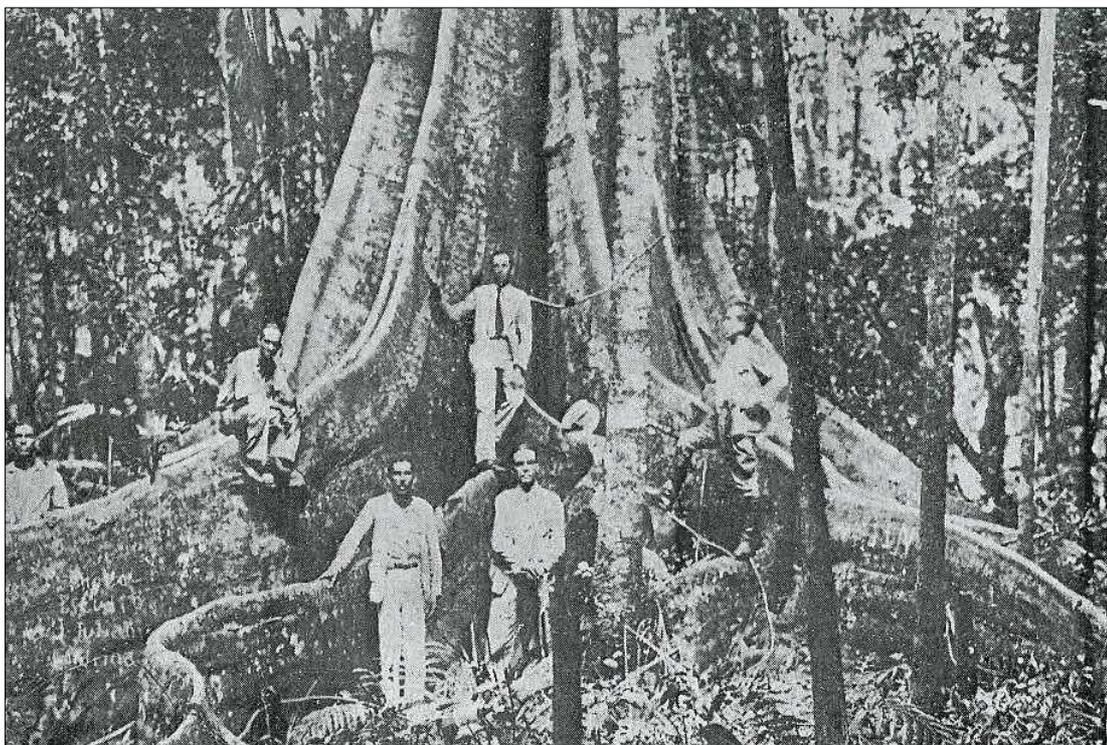


Figura 27 - A Natureza em Troféu II – 1948
Fonte: Revista A Pioneira, Londrina, ano 1, n.3-4, set./dez., 1948. Museu da Bacia do Paraná (2004).



Figura 28 - A Natureza em Troféu III – 1945
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).



Figura 29 - Derrubada da Mata – 1938
Fonte: Museu da Bacia do Paraná (2004).

A priori, neste núcleo inicial de Maringá, o que se tinha era o ar poluído pelas queimadas, a poeira das ruas áridas, a lama dos dias de chuva e todos os inconvenientes que um desbravamento proporcionava aos homens e mulheres. A figura 30 registra uma rua da cidade ainda sem arruamento definido e sem pavimentação. A figura 31 contempla a primeira casa construída no sítio urbano de Maringá, em 1946. Um detalhe que se pode observar nesta foto é a mata bem próxima a casa e os troncos das árvores queimados. Hoje, esta casa de madeira faz parte da história de Maringá e abriga o Museu da Bacia do Paraná, localizado dentro do Campus da Universidade Estadual de Maringá – UEM, figura 32.



Figura 30 - Maringá em 1949 s/i
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).



Figura 31 - Primeira Casa construída em Maringá – 1946
Fonte: Museu da Bacia do Paraná (2004).



Figura 32 - Primeira Casa construída em Maringá, hoje Museu da Bacia do Paraná
 Fonte: Museu da Bacia do Paraná (2006).

Pela falta de infra-estrutura urbana e pelo isolamento a Maringá inicial, gerou muita violência de pioneiros contra os índios e entre eles mesmos na luta pela posse da terra. Essa situação sempre foi ocultada pela elite local da época. Nos estudos de Paula (1998) como o de Tomazi (1999) há descrições destes conflitos entre os colonizadores, embora a história oficial e os discursos dos pioneiros, os ocultem até hoje.

Paula (1998, p.39-40) faz essa observação:

Os problemas gerados pela posse e que em muitos casos já tinha dono, a questão de 'grilo', os conflitos entre a CNTP/CMNP e os habitantes das terras não aparecem. Os índios não são mencionados, há um silêncio tão espesso em torno destas questões que se tem a impressão que realmente aqui estava a terra prometida, pelos deuses e para cá só vieram os escolhidos ou pelo menos só ficaram os escolhidos. [...] Outro tema que não aparece é a derrubada da floresta num sentido de devastação, ela aparece sempre no sentido de limpeza para dar lugar ao homem, e nesta todos se orgulham de ter participado.

Maringá surgiu, assim, como sinônimo de desenvolvimento da nação, e a queda de sua floresta foi uma assepsia local tanto das “matas que sujam” como dos “índios não civilizados”. O desmatamento e a matança dos animais fizeram, em pouco tempo, o núcleo de Maringá ser conhecido por “cidade-fantasma” (LUZ, 1997). Esta denominação veio do grande número de casas desocupadas na cidade, pois a Companhia tinha uma cláusula no contrato de venda que determinava o prazo de um ano para a construção no lote, fazendo com que muitos proprietários construíssem sua casa, mas não a habitassem de imediato.

Nesta época, as avenidas ostentavam enormes toras de perobas semiqueimadas, as ruas e praças não tinham arborização nem iluminação; as primeiras, mal conservadas apresentavam-se cheias de buracos [...] A falta de luz tornava o uso obrigatório de lanternas; muitos por precaução, carregavam um revolver quando se aventuravam pelas ruas escuras e desertas [...] porque nos terrenos baldios ao lado das ruas recém-abertas formavam-se capoeiras onde os assaltantes poderiam se esconder (LUZ, 1997, p.78).

Em outro relato de Sanches (1973, s.p.)²⁸, a mesma situação é apontada:

[...] Dentro de um ano, muitas datas foram vendidas e muitas casas construídas, mas quase todas ficaram fechadas. Ninguém acreditava no futuro dessa ‘cidade’. É por isso com as casas todas fechadas, passou a ser chamada de ‘cidade fantasma’ ou ‘das casas vazias’, com suas ruas cheias de tocos, sem iluminação, justificava bem o apelido. [...] A turma daqui era violenta. [...] Tanta coisa acontecia por aqui que no vale a pena nem contar. Os grileiros da terra tinham aqui seu ponto predileto, a gleba 19 à 27 e outras mais, já tinham dono. Tudo são coisas tristes, que devemos banir da mente e da história de Maringá.

Desde sua implantação, Maringá foi promovida à representação social de um “Eldorado”. Tal representação foi fortalecida pela propaganda da CTNP/CMNP e reproduzida por sua população. Maringá desenvolveu-se, assim, como sinônimo de cidade sem problemas.

²⁸ SANCHES, Antenor *A História de Maringá* ano de 1973. Trata-se de uma revista que traz o depoimento escrito pelo próprio Antenor Sanches sobre Maringá. A revista foi encontrada no Instituto do Patrimônio Histórico de Maringá, entretanto sem catalogação bibliográfica, nem paginação.

Sanches (1973, s.p.) assim a retrata: “[...] Maringá cresceu, e ficou moça, elegante, rica e bela mesmo, você pode ver que é a pura verdade”. Antenor Sanches, em 1952, foi Secretário de Prefeitura Municipal de Maringá. Neste cargo, lançou uma campanha nos jornais e rádio para o epíteto de Maringá como “Cidade Canção”, nome pelo qual também é conhecida a cidade até hoje. Na comemoração dos dez anos de existência da cidade de Maringá, o jornal da época, “O Jornal”, publicou um suplemento “Isto é Maringá 1947-1957”²⁹, enaltecendo a grandeza e o desenvolvimento da cidade, que era, então, chamada de “cidade-fenômeno”, “cidade-menina”, “cidade-sorriso”.

Os *slogans* para Maringá sempre a associavam e continuam a associá-la a uma imagem positiva, desenvolvimentista. Os problemas sociais foram “esquecidos” e os ambientais pareciam não existir à época, nem tão pouco hoje. Para a população de pioneiros, matar animais e derrubar a mata não era um problema ambiental, assim como não tinham percepção alguma dos problemas ambientais que estavam gerando para o futuro. Ser cidade boa era ser cidade sem mata, valor transitório que se transformou, nos dias atuais, quando a mata e o verde são símbolos do valor da cidade.

5.1.3 A Expansão do Sítio Urbano

Com o primeiro cenário local dando lugar ao espaço sem mata, organizado e com terras para o plantio, Maringá iniciou seu crescimento. Nos primeiros anos, entre 1950 a 1960, seu espaço ficou árido como se verifica na figura 33 onde os espaços vazios são grandes.

²⁹ Isto é Maringá 1947-1957. Suplemento de *O Jornal* publicado em 10.05.57.



Figura 33 - Maringá em 1953 – sem localização
 Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).

Nesse plano inicial³⁰, a cidade teria 600 alqueires, aproximadamente 5 quilômetros de comprimento por 3 quilômetros de largura, 44 alqueires foram destinados à reservas florestais divididas em dois bosques para serem os “pulmões” da cidade e servirem como indicadores do passado ambiental da região e seriam os viveiros para o reflorestamento da cidade.

É importante enfatizar que, na década de 60, as ruas foram arborizadas porque a cidade apresentava uma paisagem pouco atraente. Com um espaço infecundo, desprovido de vegetação, o calor e a poeira eram muito mais intensos. Plantar árvores nas calçadas foi um plano para atrair investidores, moradores e embelezar uma cidade que ainda era conhecida como “cidade fantasma”. A figura 34 retrata o início da pavimentação da cidade, em foco a Av. Brasil em 1950, a figura 35, uma praça já arborizada.

³⁰ Em anexo, projeto do traçado original da cidade de Maringá.



Figura 34 - Pavimentação da Av. Brasil em 1951 – Zona 1
Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).



Figura 35 - Praça Napoleão Moreira da Silva em 1963 – Zona 1

Fonte: Revista Norte do Paraná, ano 4, n.4/2, mar. 1963 – Museu da Bacia do Paraná (2004).

Em seu plano de desenho urbano inicial, havia arruamentos centrais em formato ortogonal que caíam em quadras em xadrez nos bairros residenciais; os arruamentos apresentavam curvas para dar origem às avenidas perimetrais e radiais, facilitando assim o acesso ao centro. Suas avenidas teriam o traçado de 46, 35 e 30 metros de largura em duas mãos de trânsito com canteiro central, destinado à arborização. As ruas estas ficariam com largura mínima de 20 metros. Quanto às datas residenciais, estas tinham áreas entre 500 a 700m².

Suas edificações eram de madeira e a horizontalidade era predominante na paisagem. Este cenário perdura nos primeiros 15 anos após sua fundação. Em comemoração aos seus dez anos, *O Jornal*, de 10.05.57, apresenta Maringá dessa forma: “em uma década, superando a si própria num ímpeto progressista incomparável, Maringá é atualmente uma das principais cidades do Paraná e se encontra entre as que melhores perspectivas de futuro promissor”.

O espaço urbano de Maringá começou a se modificar e ter os contornos que apresenta atualmente a partir da década de 60, quando se iniciou o processo de verticalização³¹. A partir daí, pode-se falar efetivamente do surgimento dos primeiros problemas ambientais, na medida em que estes se acumulam e se diversificam. Já não é apenas o impacto causado pela derrubada da Mata. Aliam-se aos problemas da cidade a contaminação dos córregos, a ocupação dos fundos de vale, a erosão, a poluição entre outros problemas ambientais, como ainda se avolumam os problemas sociais.

Sabe-se que a urbanização das principais cidades brasileiras tem como particularidade a verticalização e que facilmente a população confunde urbanização com verticalização do sítio urbano. A urbanização é à parte do planejamento urbano que objetiva o desenvolvimento da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a segurança de seus habitantes, a valorização da área, a modernidade, o embelezamento espacial entre outros fatores. Mas, ela também traz problemas sérios à cidade como o adensamento populacional, problemas para o meio ambiente, principalmente quando há falta de infra-estrutura adequada.

Em Maringá, o processo de verticalização, segundo Mendes (1992), fez-se em três momentos: de 1960-1969, propiciado pelo acúmulo das riquezas provindas da cafeicultura; de 1970-1979, caracterizado como o momento que privilegiou os interesses da classe média e alta; e, finalmente, o período de 1980-1989, em que o processo se consolidou, favorecido pela diversificação da economia e pelo desenvolvimento da agroindústria. Esse processo resultou na complexidade das formas arquitetônicas, na implantação de infra-estruturas, em novas diretrizes no zoneamento urbano, assim como obteve investimento do poder público

³¹ Não é intenção tratar do processo de verticalização do espaço urbano de Maringá; apenas pontua-se a importância para a configuração de seu sítio urbano. Para maiores esclarecimentos do tema ver a tese de Mendes, César M. *O Edifício no Jardim: um Plano Destruído a Verticalização de Maringá*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

incentivando a ação dos investidores imobiliários. Importante observar, neste contexto, que, entre 1960 a 1970, surgiram muitas favelas em Maringá, pois havia um excedente de população pobre sem moradia. Os loteamentos como a Vila Valdelina, no quadrante noroeste, o Jardim Aclimação, a leste e a Vila Bosque, próximo a aeroporto, transformaram-se em favelas (MENDES, 1992).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Maringá – PMM “constata-se ainda em Maringá a existência de 296 famílias de favelados, morando em barracos, sem a mínima condição de habitação, distribuídos em vários locais da cidade” (PREFEITURA, 1980, p.154). Além, dos já citado por Mendes (1992) favelas também estava no Jardim Tropical, Jardim Los Angeles, no quadrante norte.

Ainda conforme dados registrados neste Perfil (PREFEITURA, 1980, p. 154) “[...], no ano de 1979, 46% da população urbana recebem salário inferior a 3 salários mínimos totalizando 102.500 habitantes, ou seja 20.500 famílias”.

Esses indicadores, revelam que a realidade da cidade de Maringá, contradiz o discurso pregado pela Companhia, pelos agentes imobiliários, pelo Poder Público, pela imprensa, entre outros segmentos da sociedade de que Maringá era o “eldorado” de oportunidades e riqueza. A realidade apresenta já na época, uma cidade com altos índices de pobreza.

Voltado a sua verticalização, em termos quantitativos, Mendes (1992) apresenta dados que indicam ascensão da verticalização com a construção de edifícios com mais de quatro andares. De 1960 a 1969, foram 10 edifícios, de 1970 a 1979, foram 39, de 1980 a 1989 são 711 edificações, fechando assim este ciclo.

Segundo dados coletados para esta pesquisa na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH (2006), da Prefeitura Municipal de Maringá, no período de 1990-1999, Maringá teve 263 edificações acima de quatro andares registradas junto ao órgão. Para o quinquênio 2000-2005, registrou-se 73 edificações. Os números revelam uma forte queda na verticalização da cidade.

Por outro lado, observa-se o crescimento de loteamentos destinados à construção de residências - casa. No período de 1990 a 1999, foram autorizados 96 loteamentos, para o quinquênio 2000-2005, foram aprovados 75 loteamentos, no mesmo padrão (SEDHU, 2006).

Os dados de Mendes (1992) e as informações colhidas na SEDHU (2006) indicam mais dois momentos de transformação no espaço urbano de Maringá: a) de forte verticalização entre 1960 a 1989; b) de 1990 a 2005, a retomada da horizontalidade, com o aumento dos loteamentos destinados a construção de casas.

Em termos quantitativos, a cidade de Maringá foi acrescida na década de 40 do século passado com 12 loteamentos, na de 50 com 05, na de 60 com 13, na de 70 com 70, na de 80 com 48, e na de 90 com 96 novos loteamentos (SEDUH, 2006). A figura 36 demonstra a evolução no número de loteamentos na cidade de Maringá.

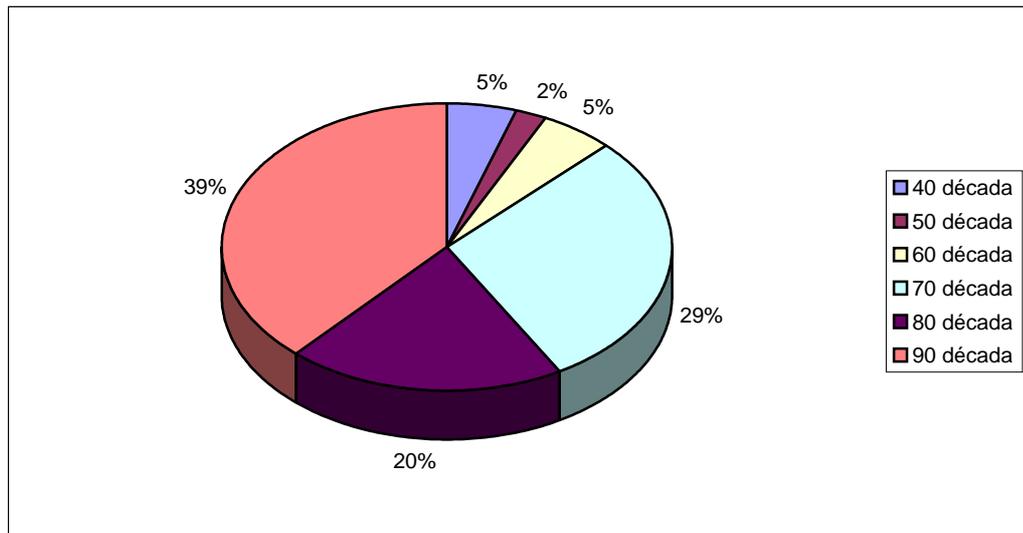


Figura 36 - Número de Loteamentos na Cidade de Maringá entre 1940-1999
 Fonte: SEDUH (2006).

Acredita-se que a nova tendência de ocupação do solo urbano de Maringá, são os loteamentos destinados à construção de casas. Trata-se de loteamentos pequenos destinados à classe média, loteamentos maiores e mais distantes destinados a trabalhadores de baixa renda, e os condomínios fechados para as classes mais favorecidas.

Os loteamentos destinados à classe baixa e média apresentam o padrão de lote variando entre 300 e 400 metros quadrados; não têm infra-estrutura coletiva como praças, parques, postos de saúde, escolas. Na avenida principal de acesso às ruas vicinais, em geral é destinada a habitação/comércio, onde se encontram padarias, pequenos mercados. Suas ruas são estreitas, em média, com 10 metros de comprimento e com pouca arborização, e quando as têm, em geral são arbustos.

As habitações se caracterizam, em grande parte por habitações geminadas em um mesmo lote. Os lotes são divididos em dois, construindo-se pequenos sobrados ou casas térreas, em geral, uma destinada à moradia de seu proprietário outra, a aluguel ou a venda. Como consequência,

se tem a quase totalidade da ocupação do solo e sua impermeabilização, salvo o recuo obrigatório entre a rua e a habitação. As figuras 37 e 38 mostram essa nova realidade na construção desses novos espaços de Maringá, onde se observa casas geminadas, parecendo vilas.

A figura 39 retrata, mais uma vez, esse no espaço urbano sendo construído, onde a calçada é destituída de árvores, e a rua estreita. A figura 40 apresenta a fachada um condomínio fechado de luxo, neste condomínio a área verde é devidamente racionaliza em um jardim moldado por árvores exóticas à região e gramado também com vegetação exótica.



Figura 37 - Casas Geminadas I em um mesmo Lote – Jardim Brasil – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 38 - Casas Geminadas II em um mesmo Lote – Jardim Imperial II – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 39 - Calçadas Sem Árvores – Jardim Imperial II – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 40 - Condomínio Jardim Imperial – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).

Esses loteamentos, retratados nessas últimas figuras, localizam-se nas áreas fora do perímetro urbano inicial da cidade de Maringá e destinado, no plano original, às chácaras e sítios que contornavam toda a área urbana no projeto de cidade-jardim de ter em seu entorno urbano áreas voltadas para o plantio agrícola.

Esse tipo de modelo, por sua vez, evidencia a falta de visão acerca do desenvolvimento para a cidade; por outro lado; constituiu-se em uma barreira no crescimento da área urbana, que foi avançando para essas áreas, obrigando-as a desaparecerem com a sua incorporação ao núcleo urbano. Como se percebe nas figura 41 e 42, há loteamentos localizados em áreas antes ocupadas por chácaras, algumas ainda funcionando com plantio. Um outro aspecto que pode ser visto na figura 41 é a ausência de árvores nestes novos loteamentos – o lado esquerdo acima retrata um conjunto habitacional desprovido de árvores e na mesma imagem do lado direito

acima em contraste, aparece um bairro mais antigo o Conjunto Herman Moraes de Barros com sua arborização, no plano baixo passa o córrego Mandacaru. Na figura 42, entre lotes de casa, há plantação de soja.



Figura 41 - Loteamentos em Antigas Chácaras – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 42 - Parque Gávea – Quadrante Sul
Fonte: O autor (2005).

A figura 43 mostra a compactação desses novos loteamentos, trata de dois loteamentos o Jardim Brasil e o Jardim Santa Helena, a área verde, é uma pequena reserva florestal denominada de Cinquentenário – hoje sob tutela da UEM – cortada pelo Córrego Mandacaru. A figura 44 mais uma vez revela essa nova configuração, loteamentos sem arborização ao lado de um bairro mas antigo arborizado.

Este novo processo, na estrutura urbana, de ocupação do solo, vai formando uma nova configuração na cidade, a dos bairros compactados, sem áreas de uso coletivo: como praças, e sem a frondosa arborização, marca registrada da cidade. As figuras de 43 a 44 procuraram traduzir nas imagens essa nova característica urbana de Maringá.



Figura 43 - Compactação de Dois Loteamentos o J. Brasil e o J. S. Helena – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 44 - J. Imperial e Cidade Jardim vizinho a Vila Esperança II encoberta pela mata – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).

5.2 - A LEGITIMAÇÃO DA EXPANSÃO POR MEIO DOS PLANEJAMENTOS

5.2.1 Definindo Conceitos para o Planejamento Urbano

Há vários estudos sobre o planejamento e história das cidades. Todos abordam a dinâmica e o crescimento de uma cidade. O crescimento das cidades está relacionado ao aumento das pessoas que elegem estes locais para viver. Se não há planejamento, esse crescimento populacional contribui para a deteriorização de sua qualidade de vida. Neste sentido, a cidade passa a ser catalisadora dos problemas sócio-ambientais (FERREIRA, 1998).

Na sociedade ocidental capitalista o espaço urbano efetivamente não pertence, nem tão pouco está sob o jugo de seus cidadãos. O espaço urbano está nas mãos de segmentos e grupos

organizados que são os responsáveis pela estruturação e negociação das áreas da cidade. Entre os vários agentes sociais que produzem o espaço urbano está o Estado como o maior investidor na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivo para o funcionamento da cidade. Esses equipamentos coletivos são os abastecimentos de água, luz, telefone, sistema viário e de transporte, comunicação, espaços coletivos de lazer, serviços de saúde, educação, habitação, segurança entre outros.

A atuação do Estado no uso e ocupação do solo urbano não se dá de uma forma uniforme nem é eqüitativamente distribuída para atender todas as áreas urbanas e todos os segmentos sociais da cidade. O resultado dessa política pública é a segregação social e a valorização/desvalorização das áreas urbanas.

Essas ações do poder público dependem das implicações políticas e econômicas vigentes na sociedade local; elas definem a produção e reprodução social da cidade. Aliados ao Estado estão outros gestores sociais na produção do espaço urbano que são os promotores imobiliários, incorporadores, proprietários fundiários entre outros ligados ao setor imobiliário.

Estes gestores são indivíduos ou grupos ligados às empresas e/ou capital financeiro que comercializam o solo urbano e/ou desempenham funções que abrangem os aspectos legais, financeiros, técnicos, operacionais e logísticos necessários à comercialização do solo da terra ou do que ela possa conter.

Nessa rede de interesses privados, estão envolvidos profissionais dos mais variados campos possíveis: são engenheiros, técnicos, arquitetos, economistas, geógrafos, sociólogos, administradores, juristas, topógrafos, trabalhadores da construção civil, entre outros

profissionais. Suas ações levam às mudanças na configuração do espaço urbano através de diretrizes denominadas de planejamento urbano e plano diretor.

Para Villaça (1999), o planejamento urbano no Brasil começou a ser implantado a partir de 1930, com o Plano Agache para o Rio de Janeiro, pautado em bases científicas e técnicas. Ainda de acordo com Villaça (1999, p.183), nesta década, iniciou-se o pensamento urbanístico brasileiro que preconizava que os problemas das cidades se dão por seu crescimento caótico e sem planejamento. Assim, um “planejamento integrado” ou “de conjunto” de acordo com técnicas e métodos bem-definidos seria indispensável para solucionar tais problemas. Para ele: “essa é a essência da ideologia do planejamento que ainda perdura”.

Em termos práticos e legais, as ações sobre o espaço urbano são consignadas pelo planejamento urbano e plano diretor, onde o planejamento urbano age num processo contínuo de diagnóstico técnico dos problemas oriundos na cidade e de criação de estratégias a serem aplicadas na área urbana. A concretização prática fica a encargo do Plano Diretor que reúne um conjunto de instrumentos capazes de orientar e estabelecer a atuação das intervenções no espaço urbano, ou seja, tem, em essência, a aplicação das ações estabelecidas para a cidade³².

No traçado urbano original da cidade de Maringá, assinado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, percebe-se que a “essência” de seu planejamento é a de criar uma cidade compacta, integrada e funcional. Maringá foi projetada para ter uma população de 200 mil habitantes, em 50 anos, meta ultrapassada aos seus 53 anos. No ano de 2000, o IBGE registrava para a

³² O Plano Diretor no Brasil ganhou força após a promulgação da Lei n.10.257, de 10 de julho de 2000. Este estabelece as diretrizes gerais da política urbana para cidades com mais de 20 mil habitantes e para as cidades turísticas. É hoje, instrumento obrigatório para as ações do poder público no planejamento da cidade.

cidade uma população de 288.653 mil habitantes. Entretanto, como se verá adiante, essa preocupação com seu planejamento não a livrou dos problemas causados pelo desenvolvimento.

Neste sentido, para efeito do trabalho desta tese, definiu-se planejamento urbano como a concepção de urbano dentro da lógica da organização da malha urbana e, conseqüentemente, na organização da sociedade. Foi isto que a CMNP fez quando estabeleceu os critérios para o desenho do sítio urbano de Maringá. Ela o fez tendo como princípio zoneamentos distintos no uso e ocupação do solo, o que promoveu a valorização das áreas e a segregação social de sua população. É compreensível que a cidade de Maringá mantenha esse perfil hoje, na medida em que ela foi concebida sob um modelo técnico de cidade-jardim.

Em relação à legitimação do espaço urbano, tem-se as ações do setor imobiliário concretizadas sob a ótica do Estado que quase sempre atende os interesses do capital e/ou dos segmentos sociais economicamente dominantes.

Em Maringá, as ações de intervenção do município no zoneamento da cidade, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Maringá. Ao longo de sua história várias foram as Leis de zoneamento criadas para estabelecer o uso e ocupação do solo e, permitiram, a expansão do sítio urbano, como também o uso indiscriminado desse solo.

Isso garantiu, por um lado, a produção e reprodução do espaço urbano “espacialmente legalizado” e, por outro lado, gera a ocupação dos “espaços ilegais”, em locais geralmente frágeis ambientalmente, como os fundos de vale onde as classes menos privilegiadas economicamente se refugiam dos aluguéis em virtude do desemprego, ou mesmo, em

loteamentos “legais” aprovados pelos poderes públicos que ferem leis. Estes locais, com pouca ou quase nenhuma infra-estrutura, e localizados na periferia da cidade, acabam por se tornar o ponto frágil da cidade em termos ambientais e sociais (DUBIELA, 2003).

Favorecida pela Lei Complementar n.331 de 06.12.1999, de Uso e Ocupação do solo Urbano, que redimensiona novas configurações para ocupação do solo³³ é criada as Zonas de Proteção Ambiental – ZP num total de 19, o que representa um avanço na preservação ambiental na cidade de Maringá. Pois, delimita os espaços de ocupação próximos aos fundos de vale.

Entretanto, essa Lei permite a criação de loteamentos de chácaras de lazer próximas a fundos de vale. Os chamados loteamentos fundiários, destinados as “chácaras de lazer”. A principio, essas áreas eram localizadas na zona rural, com o crescimento dos limites da cidade essas áreas transformaram-se em são as Zonas Residências 5 – ZR5.

Dubiela³⁴ (2003) registra 26 loteamentos fundiários irregulares (no que diz respeito às Leis Ambientais) desse tipo na cidade de Maringá. Em grande parte esses empreendimentos fundiários foram liberados pela própria Prefeitura, infringindo assim a legislação, entretanto, atendendo aos interesses imobiliários, a entidades de classe, entidades beneficentes, entidades religiosas. O problema é que estes loteamentos/chácaras, acabam por desrespeitar as leis de uso e ocupação dos fundos de vale e se estendem sobres os cursos d’água e de nascentes de mina d’água, provocando impactos ambientais.

³³ O Mapa que retrata essa nova configuração na ocupação do solo urbano se encontra em anexo.

³⁴ Dubiela (2003) apresenta um minucioso trabalho de análise das leis que regulamentam os fundos de vale e a ocupação do solo urbano.

5.3 OS PLANOS DIRETORES DE MARINGÁ

Até agora foram discutidas algumas contingências que marcaram o processo de ocupação do Norte do Paraná, mais precisamente ao que se refere à cidade de Maringá. Mais do que um equacionamento de conceitos metodológicos, buscou-se estabelecer nestes referencias a análise da realidade de um objeto de estudo, com ênfase a trilhar sobre a construção de um espaço urbano que, para existir em sua plenitude, teve que ser erguido em cima de um outro espaço – o da Mata Atlântica - O que vem a caracterizar este processo, como se pode perceber na leitura dos fatos aqui apresentados, é a rapidez com que este processo ocorreu, corroborando para a devastação do meio ambiente natural.

Um dos fundamentais desafios que a cidade enfrenta é o controle da expansão de sua área urbana, provocado pelo crescimento acelerado e desordenado. Em geral, um dos propulsores para o crescimento da cidade ocorre quando populações de baixa renda e sem qualificação profissional e/ou imigrantes das áreas rurais buscam melhores oportunidades de vida nestas.

Por suas precárias condições sócio-econômicas essas populações, acabam ocupando as áreas periféricas e ambientalmente frágeis da cidade, e assim, formam-se os bolsões de miséria e degradação ambiental. Muito embora no que se refere a esse último fato, nem sempre miséria é sinônimo de degradação ambiental, posto que, sabe-se, o quanto poluem as classes economicamente privilegiadas, com o seu consumismo, uso de tecnologias poluentes entre outros fatores.

Em contrapartida, as áreas com infra-estrutura adequada e localização privilegiada ficam nas mãos do comércio imobiliário. É comum, nessas áreas, dado este perfil, que os interesses do setor imobiliário façam barganhas políticas e econômicas a legislação em prol do mercado

imobiliário. Entretanto, esta não atende à demanda social, suscitando a disputa e a valorização desses espaços, que acabam esgotando a infra-estrutura. Isso gera problemas de ordem social, tais como: adensamento populacional, esgotamento da infra-estrutura e a poluição do meio ambiente.

Este quadro tão corriqueiro nas cidades brasileiras é característico da intervenção política e econômica na produção do espaço urbano. Em Maringá ocorreram e ainda ocorrem essas barganhas tal como aponta Dubiela (2003) ao tratar das políticas municipais para os fundos de vale. Para evitar ou minimizar esse quadro, na cidade de Maringá, foram elaborados dois Planos Diretores³⁵.

Alguns dados relevantes para a tese apresentam-se a seguir tendo como fonte de consulta o Plano Diretor de 1967 e 1991.

5.3.1 Problemas socioambientais apontados no Plano Diretor de 1967

O primeiro Plano Diretor da cidade de Maringá foi elaborado em 1967, por uma equipe multidisciplinar contratada pela Comissão de Desenvolvimento Municipal – CODEM e a Prefeitura Municipal de Maringá. A cidade tinha 20 anos de existência.

³⁵ Em termos oficiais Maringá dispõe de dois Planos Diretores, o primeiro datado do final da década de 60, e o segundo do início da década de 90, ambos do século passado, e que se encontram em vigor até hoje. Entretanto, a Prefeitura Municipal de Maringá, na gestão 2000/2004, pautado no Estatuto da Cidade e em quatro fóruns do Meio Ambiente, e numa proposta de administração participativa, elaborou um novo Plano Diretor. Segundo nosso levantamento de documentos na Prefeitura local, este Plano já está concluído. Entretanto, até a presente data, fim de 2005, esse Plano Diretor não foi publicado pelo Órgão Municipal e assim não está disponível para consulta. Iniciado, em 1998, um outro Plano Diretor, foi concluído em 2000. Em votação na Câmara de Vereadores este não foi aprovado, portanto, vigora o de 1991. Por essa razão, nesta tese os demais Planos Diretores da cidade não foram objeto de análise.

Na análise desse primeiro plano diretor, de 1967, encontra-se o registro dos fatores limitantes no diagnóstico do município de Maringá. Isso se deve à não existência, à época, de dados a respeito da realidade do Estado do Paraná e de dados acerca do Brasil que permitissem um diagnóstico preciso do país. Outro agravante é a ausência dos dados básicos sobre as principais cidades paranaenses e, finalmente, a inexistência de um suporte teórico-metodológico para a pesquisa na área.

Quanto às questões metodológicas, os dados do plano diretor, de 1967, eram quantitativos e somente foram aprofundados os de maiores relevâncias: “em um processo de aproximação sucessiva pelo qual se indicam as opções e soluções a serem adotadas, conforme critérios de viabilidade e compatibilidade com uma estratégia de desenvolvimento” (PREFEITURA, 1967, p.4). A comissão realizou levantamento e pesquisa por meio de questionários aplicados em unidades familiares escolhidas aleatoriamente para se obterem dados econômicos e sociais. Como o universo a ser pesquisado era muito grande, processou a coleta de dados por amostragem. Os dados sobre saúde, educação, administração foram obtidos por amostragem e levantamentos globais exaustivos.

Dando continuidade à abordagem da problemática, é momento de apresentar a cidade de Maringá aos seus vinte anos de existência, através de seu Plano Diretor – do qual se extraiu após análise documental, apenas alguns dados relevantes ao tema proposto – que a princípio é projetado para vigorar por 13 anos, isto é, até 1980, muito embora tenha se perpetuado até o ano de 1991, época em que outro Plano foi elaborado. Dessa forma, os problemas aqui apresentados são extraídos do Plano Diretor em análise:

- 1) Uma má distribuição demográfica no sítio urbano, com áreas como a central ocupando 55 habitantes por hectare, a zona 2, a mais nobre, com 68 hab/ha e áreas periféricas como o Jardim Alvorada e Vila Morangueira, com 9 e 11 hab/ha respectivamente, acarretando o custo elevado dos serviços urbanos;
- 2) Com o acelerado processo migratório e expansão da cidade, alguns problemas são detectados, e que seguem a regra estrutural do Brasil e de suas cidades: elevado padrão de casas e infra-estrutura urbana na área central de adjacências, com tendências a habitações regulares e infra-estrutura urbana também regulares nas áreas um pouco mais além da área central e, finalmente, os problemas comuns às áreas periférica, com “casas de baixo padrão habitacional, seguido de baixíssimo grau de urbanização, aparentando, inclusive, problemas de erosão” (PREFEITURA, 1967, p.134, v.1). Como se vê, os problemas sócio-ambientais emergem com o crescimento da cidade;
- 3) A zona industrial não foi totalmente ocupada, apresentando grandes vazios;
- 4) Nas zonas residências, como a Z-2, Z-4, Z-5, há casas de padrão bom, porém sem infra-estrutura satisfatória. Em outras áreas mais periféricas, em geral, as casas são de madeira sem pintura, e de baixo padrão construtivo e com condições mais precárias na infra-estrutura urbana;
- 5) A estrutura viária em seu traçado ortogonal e sem hierarquização de funções definida, com a linha férrea que corre paralela ao centro, a Av. Colombo avenida/rodovia de acesso a entra e saída da cidade, a Av. Brasil estrutural da cidade, são pontos de estrangulamento,

aliada ao tráfego de pedestres, bicicletas, carroças, automóveis, ônibus e caminhões, que tornam a área central caótica;

- 6) No que se refere ao saneamento básico, a cidade não dispunha, até o momento, de uma rede de coleta de águas servidas, sendo estas depositadas em fossas sépticas, contaminando o lençol freático. A rede de água encanada servia uma pequena parcela da população, ficando a grande maioria à mercê do uso de poços artesianos. O primeiro veio do lençol freático, a 80 metros, já se mostrava com sinais de esgotamento, passando a ser usado o segundo veio freático com profundidade de 120 metros. Os diversos córregos que nascem no espigão, servem a zona rural e começam a dar sinais de contaminação, por dois frigoríficos e uma fábrica de laticínios instalados na cidade;
- 7) O escoamento das águas fluviais já apresentava problemas, na medida em que a zona central da cidade assentada sob o espigão é muito plana o que dificulta a drenagem por não terem galerias pluviais. E as áreas periféricas com maior declividade apresentavam sinais de erosão. Os córregos Cleópatra e Merlo no Bosque I e II são exemplos;
- 8) A partir de 1963, com a queda do café no mercado internacional, a economia da cidade vai aos poucos se diversificando, com 82,2% de empregos gerados pela terceirização.

O racionalismo técnico científico empregado em um Plano Diretor procura transpor em seu diagnóstico e metas a representação do real, com base em dados estatisticamente verificáveis e mensuráveis, capazes de estabelecer uma ordem a ser seguida e esta, segundo dados do Plano Diretor, de 1967, era hora de implementar uma política pública para a consolidação da cidade de Maringá enquanto um pólo regional. E, evidentemente, esta “ordem” diz respeito

aos princípios de uma economia burguesa. Partindo dessas premissas, evoca-se, aqui, alguns aspectos propostos por este Plano em análise e que são pertinentes à tese.

5.3.2 Análise do Plano Diretor de 1967

Este Plano partia da premissa que a densidade média da cidade de Maringá era em, 1967, de 50 hab/ha, com projeção para 230 mil habitantes, em 1980, estabelecendo, assim, uma nova configuração de seu espaço urbano, em quatro Zonas: comercial; residencial; industrial; especial; o que, a princípio, mantém o plano originalmente estabelecido pela CMNP. Entretanto, o que o vai diferenciar são as novas possibilidades de re-ocupação desses espaços, sinalizando para uma nova etapa desenvolvimentista da cidade: o adensamento populacional, previsto em 150 hab/ha, na área central com a verticalização, a sua industrialização.

Maringá tinha uma população estimada, em 1967, de 150.884 habitantes e era a quarta maior cidade do Estado do Paraná. No que se refere à mão-de-obra empregada com mais de 14 anos na cidade neste período são os seguintes: 3,8% estavam no setor primário; 14,0% no secundário e 82,2%, no terciário. Esse dado no aumento da mão-de-obra terciária é provocado pela queda na produção do café, possibilitando à cidade uma nova configuração na área de comércio e serviços, destacando-na como pólo regional.

Esse crescimento acentuado na população urbana, em 20 anos, faz com que nova configuração no sítio urbano seja realizada, como se verificará. Com a elevação de Maringá a município, em 1951, a CMNP, que até então detinha o controle na distribuição espacial do sítio urbano, mantendo-no em suas diretrizes iniciais da cidade de estender-se do sentido leste-oeste, acompanhando a linha férrea, e ao sul da ferrovia, e não estabelece nenhum

programa de planejamento futuro de ocupação, fazendo com que tal tarefa seja transferida para a Prefeitura Municipal de Maringá. Tal fato vai alterar, em definitivo, o plano original.

Diante da emancipação da cidade, esta começa a estender-se no sentido norte, além da zona 7, com a ocupação de loteamentos como as Vilas Progresso, Valência, Santa Isabel, Jardim Alvorada e Vila Morangueira, além de loteamentos clandestinos entre os córregos Mandacaru e Nazareth. Boeira (2003, p.57), registra este fato:

O dinamismo do início da cidade e das dificuldades impostas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na compra dos lotes, a fim de garantir a rápida urbanização, estimularam outras empreendedoras a lotearem glebas rurais próximas à cidade, adquiridas da CMNP. Estes loteamentos realizados em paralelo à cidade oficial e comercializados para população menos favorecida, já possuíam um padrão urbanístico diferenciado, com ruas, quadras e lotes menores em dimensões, sem continuidade viária com o projeto de Jorge Macedo.

Observa-se com essa citação que em geral, esses loteamentos paralelos não dispunham de infra-estrutura e alguns eram clandestinos, no sentido de não ter aprovação da Companhia nem tão pouco da Prefeitura, o que prejudicou o plano original da cidade, pois estes, mesmo fora do perímetro urbano, faziam parte do município. Outro aspecto a lembrar é que estes loteamentos se localizavam, em geral, nas áreas mais frágeis ambientalmente, nos fundos de vale.

É nesta época, com a proliferação destes loteamentos e sua forma desordenada de ocupação e habitados por uma população de baixa renda, que começam a se instalar as favelas no sítio urbano de Maringá e os problemas sócio-ambientais começam a aflorar.

A figura 45 mostra o esboço do plano original da cidade de Maringá, com o zoneamento de ocupação e uso do solo urbano. Vê-se que a cidade se estendia para o sul da ferrovia. Ao norte,

a Av. Colombo e a zona 7 (que não se encontra neste esboço) que a acompanha, seria o espaço limítrofe. No projeto inicial da cidade de Maringá (em Anexo), esta teria, ao norte, como limite, após a ferrovia, a zona 7, enquanto área urbanizada e espaço delimitado pela CMNP. Na figura 46, o registro da situação da cidade, em 1967, no qual é possível ver os loteamentos, além da área limítrofe planejada pela CMNP.

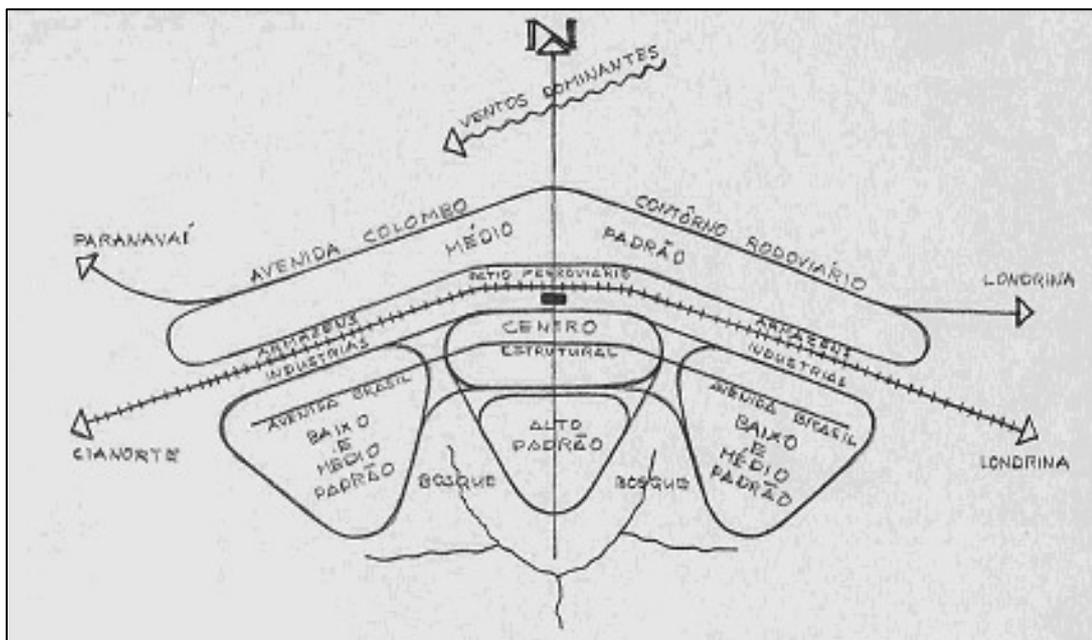


Figura 45 - Esboço do Plano Original de Maringá

Fonte: Plano Diretor de Maringá de 1967 – Prefeitura Municipal de Maringá (2004).



Figura 46 - Densidade Demográfica de Maringá em 1967, com destaque para os loteamentos além da área delimitada pela CMNP

Fonte: Plano Diretor de Maringá de 1967 – Prefeitura Municipal de Maringá (2004).

Pelo que se observa, pode-se afirmar que esta ocupação do espaço urbano no sentido norte da cidade é o princípio para dois quadros: primeiro, a descaracterização do projeto inicial de cidade-jardim, posto que nestes novos loteamentos a configuração das ruas mais estreitas, diminuição do tamanho dos lotes, e a falta de equipamentos coletivos e a arborização deixam de manter as características originais; - fatos aqui já retratados - segundo, inicia-se a ocupação das áreas junto aos fundos de vale, a poluição e degradação ambiental.

Esta nova realidade, sem imprecisão, é propiciada pela atividade imobiliária especulativa e pela alta valorização do solo urbano nas áreas projetadas pela CMNP – ainda sob a influência

da propaganda em que apresenta a cidade enquanto o “eldorado” das oportunidades, pois a propaganda positiva da cidade ainda se faz presente nos meios de comunicação naquele momento – o que favorece o deslocamento da população economicamente deficitária a ocuparem áreas periféricas.

Quanto ao que se refere à preservação ambiental, o plano é omissivo e acanhado, ao se restringir a estabelecer grandes áreas verdes, Bosque I e II, Horto Florestal e as áreas não edificáveis ao longo dos rios, e pequenas áreas verde, representados pelas praças, deixando órfãos de proteção os fundos de vales, córregos e nascentes. A figura 47 permite visualizar esta proposta.

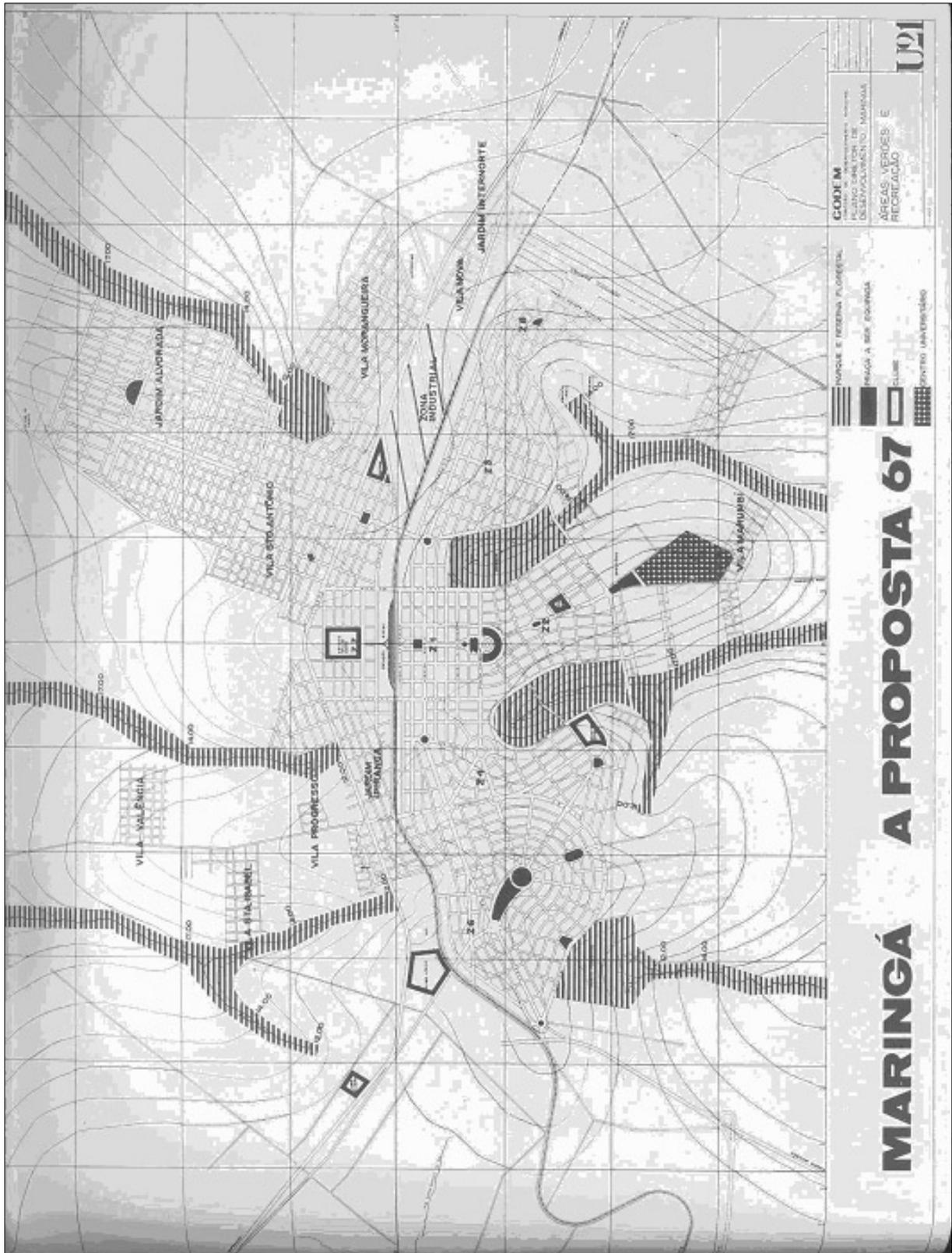


Figura 47 - Áreas Verdes e de Recreação
 Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá (1967).

Enquanto isso, no silêncio solene do Plano Diretor, outras ações legais se fazem ecoar no poder estabelecido pelos interesses políticos e econômicos através de um conjunto de Leis Municipais que, efetivamente, vão dar o tiro de misericórdia aos fundos de vales e córregos, quais sejam: Lei n.622/68, que cria o Escritório Técnico de Planejamento de Maringá – ETEPLAM; Lei n.623/68, que criou o Grupo Executivo para Industrialização de Maringá – GEIMAR; Lei n.624/68 do Zoneamento; Lei de Loteamentos, Lei n.625/68; e a Lei n.626/68 que estabelece o Código de Edificações. Como se observa, por suas denominações tratam-se de Leis que consolidam o novo perfil urbano de Maringá. Num esforço para estabelecer os parâmetros de análise desta tese, destacam-se dois artigos da Lei de Loteamentos n.625/68:

Art.8º- Não poderão ser arruados, nem loteados terrenos que, a juízo do Escritório Técnico de Planejamento, forem julgados impróprios para edificação ou inconvenientes para habitação. Igualmente terrenos cujos loteamentos que implicam em devastação de reserva arborizadas ou florestais;

Art.9º- Não poderão ser arruados nem loteados terrenos baixos e sujeitos à inundação, sem que previamente sejam aterrados ou executados as obras de drenagem necessários.

A singularidade proposta por estes artigos revela em suas entrelinhas o poder que tem o corpo técnico da Instituição em dispor sobre o que é permitido e o que é não é permitido nestas áreas, de natureza ambientalmente frágil. Portanto, em essência, fica o meio ambiente subjugado à subjetividade/objetividade de que lhe confere o parecer.

Contudo, é bom lembrar que, em uma sociedade cujos critérios estabelecidos em seu Plano Diretor afirmam que: “[...] a cidade deve estar a serviço da região que lhe assegura vitalidade econômica” (PREFEITURA, 1967, p.262). Nota-se que os interesses econômicos representados por suas Instituições Públicas, privadas ou de pessoas físicas, estão acima do meio ambiente.

A despreocupação deste Plano Diretor de 1967, com o meio ambiente, e o privilégio à estrutura física da cidade são percebidos quando é elaborado o Sistema Viário, no qual se nota uma via cruzando o Parque do Ingá com o alongamento da Av. XV de Novembro, integrando a Vila Operária ao centro.

O Bosque II, por sua vez seria cortado por duas vias de acesso, a fim de oportunizar mais vias de acesso das zonas 4, 5 e 6 ao centro. Tais ações, além de provocarem um grande impacto a estas reservas, descaracterizariam o projeto original da cidade. Felizmente, estas ações não passaram do papel. A figura 48 abaixo demonstra o projeto viário que pretendia estabelecer avenidas cortando essas duas áreas verdes:

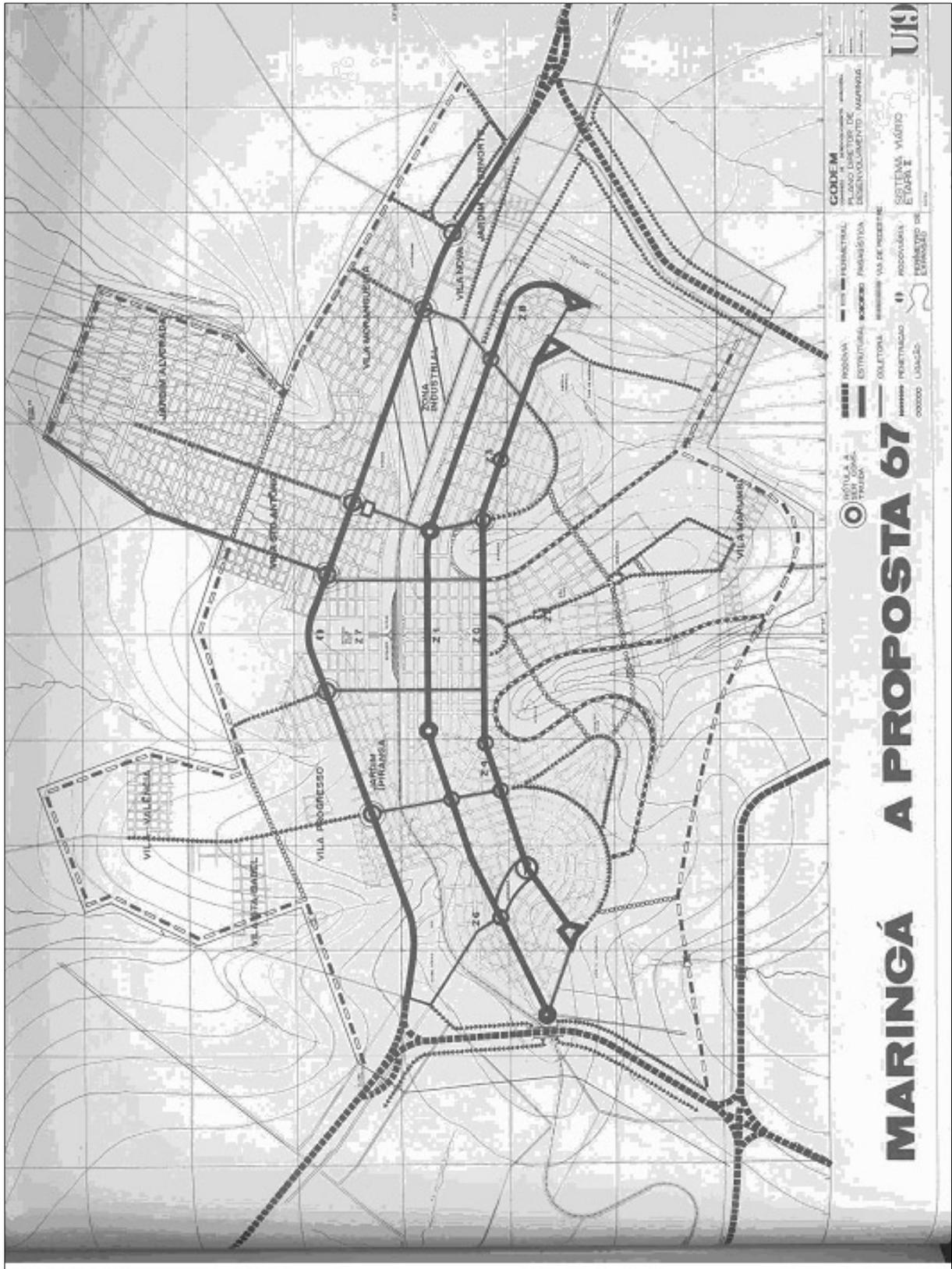


Figura 48 - Sistema Viário
 Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá (1976).

Em linhas gerais, selecionaram-se estes indicadores presentes no Plano Diretor de 1967, como forma de visualizar o perfil da cidade de Maringá, com o objetivo de demonstrar que o “eldorado” de oportunidade a riqueza, na realidade, não estava disponível a todos os habitantes e, ao mesmo tempo, que é por meio desta propaganda que a cidade se constrói e se desenvolve rapidamente.

Entretanto, ela não disponibiliza políticas públicas condizentes com a sua real necessidade, e passa a atender a uma pequena parte da população economicamente privilegiada, deixando de lado a maior parcela de sua população entregue à própria sorte.

Essa população, como estratégia de sobrevivência, vai ocupando seus espaços na periferia da cidade, espaços esses fragilizados pelo desmatamento e por sua condição de serem nascentes e fundo de vales, sujeitos à erosão, contaminação do solo, entre outros fatores ambientais. Ou seja, os problemas sócio ambientais da cidade de Maringá emergem com a sua fundação, e mesmo antes dela, com a derrubada da Mata Nativa de forma indiscriminada.

Porém, não se deve deixar de lembrar que, mesmo com estes problemas no sítio urbano, os interesses políticos e econômicos são elaborados em um “discurso competente” (CHAUI, 1989) que re-nomeia a triste realidade urbana e a mantém sob o julgo da “terra prometida” (ADUM, 1992).

5.3.3 O Plano Diretor de 1991

Na mesma linha, o Plano Diretor, de 1991, engendra os mecanismos tradicionais do favorecimento político e econômico. Desse modo, passa-se a apresentar alguns pontos desse plano relevantes para a tese³⁶.

Ainda existe um outro Plano específico, o Plano Diretor do Novo Centro, para uma área da cidade chamada de “Novo Centro”, área do antigo pátio de manobras da ferrovia, localizado, entre a zona 1 e a zona de armazéns. Este não entrará em pauta de análise, pois, se entende, que a análise da configuração do Novo Centro intitulado o Projeto Ágora, levaria a uma outra discussão.

Para aprofundamento do Projeto Ágora ver o trabalho dissertativo de Grzegorzcyk, que faz a sua análise³⁷. Essa área denominada de “novo centro” ainda encontra-se em fase de implantação, com algumas construções sendo finalizada. Tem o seu projeto assinado por Oscar Niemeyer, com áreas destinadas a apartamento de luxo, áreas comerciais e de lazer.

Em virtude do crescimento da região norte do Paraná, e do interior do Estado como um todo se consolidando na área agrícola, a elaboração de políticas de fomento passa a exigir da

³⁶ O Plano Diretor de Maringá de 1991, foi elaborado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá-Marialva-Sarandi-Paiçandu – METROPLAN. Entretanto este Consórcio foi extinto em 1992. Mesmo com a extinção deste órgão o Plano Diretor de Maringá continua válido. Neste trabalho, buscou-se pontuar os dados consoante a tese. Em 2000 é publicado um novo Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, entretanto este não foi aprovado pela Câmara dos Vereadores. Assim, este não será objeto de discussão, pois o mesmo está para ser substituído por um novo Plano, pautado nos princípios do Estatuto da Cidade, ainda indisponibilizado para pesquisa.. Os Planos diretores de 1967 e 1991, na perspectiva desta tese, foram os que mais contribuíram para as modificações da paisagem urbana de Maringá, principalmente através das Ações, Leis, Portarias, Zoneamentos, Secretarias que estes Planos geraram.

³⁷ GRZEGORCZYK, V. Novo centro de Maringá: estratégias e conflito na produção do espaço urbano. Dissertação de Mestrado, UNESP – Campus de Presidente Prudente, Departamento de Geografia, São Paulo: 2000.

administração pública, maior desempenho e melhoria nos estudos e discussões sobre a cidade e seus problemas.

As esferas envolvidas até então, restritas a um corpo técnico-administrativo, percebem a necessidade de ampliar as discussões para as autoridades locais, e por toda a sociedade. A cidade já não é mais um nicho isolado, ela faz parte de um conjunto de núcleos urbanos interligados e, nesse sentido, novas ações são tomadas.

No caso do Paraná, o Governo do Estado cria diversos órgãos de planejamento. O de maior ação integrada é a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR, ligado à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano, objetivando a assessoria na elaboração de Planos Diretores e ações de desenvolvimento nos municípios do Estado. Criado em 1971, este órgão é substituído, em 1996, pelo PARANACIDADE, com os mesmos objetivos do seu antecessor. É neste contexto de ações político-administrativas que, em 1991, é editado o Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento de Maringá em 1991. Dado o seu volume de informações, passa-se a pontuar aspectos relevantes para a discussão aqui pretendida:

- 1) O Plano faz referência à topografia predominantemente plana e ao solo de Maringá, sua declividade formando fundos de vales, e a facilidade para erosão, contaminação, assoreamento;
- 2) A erosão é apontada com um grave problema ambiental, sendo assim classificada:
 - a) Erosão no *Meio Rural*, característica da mecanização na produção, desrespeito às curvas de nível, estradas rurais inapropriadas, desrespeito as faixas de preservação aos cursos de água.
 - b) Erosão em *Meio de Transição Rural-Urbano*, no qual a erosão é

provocada pela proximidade da área rural com a periferia urbana, concentração da população, ineficiência na drenagem das águas fluviais, lançamento sem dissipadores de energia nos cursos de água. c) Erosão em *Meio Urbano Consolidado*, caracterizada pela impermeabilização do solo, incapacidade de drenagem do sistema pluvial, utilização de emissário sem dissipadores de energia, diminuição da cobertura vegetal e da mata ciliar;

- 3) Ocupação desordena em áreas ambientalmente frágeis tais como o Jardim Novo Horizonte próximo ao córrego Cleópatra e Moscados e na região norte, próximo ao córrego Morangueiro;
- 4) Ocupação em mananciais de abastecimentos pelos conjuntos da região norte, Parigot de Sousa, Liberdade, Itatiaia, Carina, e, nos bairros que fazem divisa com os Municípios de Sarandi e Marialva;
- 5) Comprometimento das águas que abastecem Maringá, pela poluição de óleo e graxa das indústrias situadas nas áreas do manancial; ineficiência dos depuradores de efluentes industriais e domésticos, principalmente os localizados na zona sul, próximos aos afluentes do Rio Pirapó, que abastece a cidade;
- 6) Contaminação do Ribeirão Borba Gato, proveniente do aterro sanitário³⁸ a céu aberto, pela falta de cerca de proteção e ausência de um sistema de drenagem da água superficial .

³⁸ O aterro sanitário de Maringá, há algum tempo, tem sido objeto de brigas judiciais entre entidades ecológicas e órgãos do meio ambiente, contra a Prefeitura, pela total falta de condições de segurança ambiental. As lagoas de depósito de chorume ficam a poucos metros do córrego Borba Gato – há cerca de três metros –, uma população de catadores de lixo, sem a mínima proteção, trabalham no ambiente;

- 7) Os problemas de erosão provocados pela excessiva drenagem das águas pluviais urbanas nas áreas internas do Parque do Ingá e no Bosque II;
- 8) O uso conflitante na ocupação do solo por áreas residenciais e pelo Frigorífico Maringá e o Central com a sua lagoa de estabilização, que exala seu mau cheiro pela vizinhança;
- 9) Problemas pela emissão de gases e fuligens na atmosfera e efluentes líquidos nos cursos d'água, provenientes das indústrias localizadas nas zonas 1, 2 e 6;
- 10) Deteriorização por doença, poda, vandalismo, propiciando a morte da arborização urbana;
- 11) Descaracterização da cidade-jardim, principalmente na região norte, cada vez mais distante do plano original; manutenção do plantio de árvores nas vias urbanas;
- 12) Ineficiência na coleta de resíduo sólido;
- 13) Grandes vazios urbanos na periferia da cidade;
- 14) Destino incerto dos resíduos líquidos retirados, por sucção, nos caminhões auto-fossa. São lodos de lavanderias, líquidos saturados de óleos usados em motores e esgotos domésticos;
- 15) Implementar legislação que garanta a proteção dos recursos naturais.

5.3.4 Análise do Plano Diretor de 1991

O que se percebe, dos problemas apontados por este Plano, é que, apesar do aparato institucional, dos recursos técnicos-científicos, dos problemas detectados e das propostas presentes no Plano, de 1967, nada ou quase nada mudou. Muito pelo contrário houve o crescimento populacional, acarretando a ampliação da malha urbana, que por sua vez impulsionou os problemas socio-ambientais a limites conflitantes.

Apesar deste Plano ser coerente ao apresentar os problemas ambientais, este não conseguiu estabelecer medidas concretas para reverter ou melhorar o diagnóstico apresentado. Suas ações tiveram pouca amplitude, resultando apenas em algumas leis que propõem a proteção ambiental.

Dentre essas, destaca-se a Lei Complementar nº 02/91 que redefine o perímetro urbano de Maringá e de seus distritos, aumentando o perímetro urbanizável, incluído áreas além do contorno sul, até então área limítrofe. Neste existe uma avenida que contorna a cidade, a fim de evitar e desafogar o trânsito na avenida Colombo, principal artéria de entrada e saída da cidade.

A Lei Complementar nº 03/91, que redefine o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Maringá institui as Áreas de Preservação Ambiental. A Lei Complementar nº 331/99 transforma e amplia as APA, passando para Zonas de Proteção Ambiental, num total de 19 ZPA.

Diante desses diversos problemas urbanísticos enfrentados pela cidade de Maringá, diagnosticados neste Plano Diretor, o que se vê, na realidade, é o empobrecimento de Leis eficazes que inibam as ações predadoras, geradas pelos interesses políticos e econômicos na ocupação, cada vez mais excludente, do espaço urbano.

Percebe-se que as ações geradas a partir do Plano Diretor de 1991, nem sempre têm sido implementada de forma adequada. Mesmo dispondo de regimentação legal que define o Uso e Ocupação do Solo, pode-se afirmar a inexistência de uma política efetiva de desenvolvimento urbano.

Pois, a análise das fontes e das observações *in lócus* garantem afirmar que há muito tempo as ações dos Gestores Públicos deixaram de seguir as premissas técnicas de análise e condução do planejamento urbano. Revelando-se enquanto ações que venham a atender a instâncias econômicas, políticas e até mesmo de interesses individuais e/ou de pequenos grupos, principalmente do segmento imobiliário.

5.4 - CONSEQÜÊNCIAS DOS PLANOS DIRETORES DE 1967 E 1991: OS NOVOS ESPAÇOS URBANOS

5.4.1 Os Núcleos Residenciais de 1970 a 2005

Como já se viu, Maringá com seu projeto de “cidade-jardim”, já nasceu dividida em setores mais nobres para as camadas mais abastadas, próximas ao centro. E os mais distantes do centro, para as classes sociais trabalhadoras e menos favorecidas economicamente. Esse *status quo* continua sendo legitimado nos Planos Diretores em questão.

Estudo como o de Campos (2004, p.36-37) ao fazer uma análise sobre parcela da população maringaense de excluídos entre as décadas de 60 a 80 do século passado, registra um outro lado obscuro, que, sempre permeou a trajetória da cidade de Maringá.

A ruína moral e o prejuízo eram experiências que não poderiam coexistir na sociedade progressista racional e higiênica assumida para Maringá [...] foram delineadas representações sobre as pessoas associando-as a adjetivos como fortes, intrépidos valentes como ideal dos homens que construiriam uma sociedade [...] os que não alcançassem tais representações ou visibilidades sociais eram considerados inaptos, fracos, rudes demais para vivenciarem o progresso almejado e planejado para a cidade, Muitos homens e mulheres foram literalmente expulsos da cidade por não possuírem as combinações de vida e trabalho impostos aos habitantes da cidade.

Em outro trecho Campos (2004, p.61) é mais enfático:

Na cidade planejada para ser bela e sem problemas, os homens e mulheres pobres, oriundos da epopéia imigrantista que se consolidou na região norte paranaense em meados do século passado, foram acusados, presos e excluídos por consubstanciar a ameaça ao planejamento da cidade, tanto o urbano quanto o desenvolvido para o seu crescimento e projeção econômica. Nos anos 1960, a eliminação da proverbial ameaça imposta aos pobres e despossuídos fez da cidade um campo de batalhas instauradas para expurgar as mazelas da cidade planejada.

Ao mesmo tempo, este autor mostra o discurso ufanista propagado por um memorista de Maringá e que demonstra a representação social que a população perpetua na imagem desta cidade:

Dentre as comunidades Brasileiras, surgiria na década de quarenta, uma das mais importantes cidades do Brasil. Projetada de forma a se constituir no orgulho de todos os parentes e forjada na bigorna do trabalho, Maringá, cidade da música e da poesia, do labor e do desafio, da pujança e do progresso, fora criada por Deus, com a ajuda dos homens, para mostrar aos mais distantes quadrantes do território nacional os seus exemplos sempre dignificantes de um povo sem par na historiografia brasileira (ANDRADE, 1979 apud CAMPOS, 2004, p.30).

Dessa forma, marcada por contradições, a cidade cresceu, estratificou e distribuiu sua população em áreas pré-determinadas, dividindo-a em espaços urbanos para os ricos e espaços mais periféricos os pobres. No passado, eram os bairros Vila Operária e a Vila Industrial que, hoje, devido à super valorização do centro e seu adensamento, transformaram tais bairros em parte nobre, mais valorizada e que, aos poucos, cede seu espaço a empreendimentos médicos (a região conta com um grande hospital) e a outros tipos de empresas.

Após a década de 70, a expulsão dos trabalhadores e moradores mais pobres da região, (oriundos da fuga do campo devido ao processo de mecanização do campo) estes migraram para Maringá, levando à formação de favelas em Maringá, como já se mencionou, as favelas logo foram destruídas pela Prefeitura.

Pois, os bairros que não se enquadram no perfil da cidade moderna, são facilmente descartados pela municipalidade que cria mecanismos de transferência para outras áreas, já não é permitido, no núcleo urbano de Maringá, a presença de favelas. Entre os anos de 1975 e 1976, essas favelas foram fechadas por ordem da Prefeitura Municipal que destruiu os barracos e transferiu toda população residente para bairros da periferia ou ainda para outras cidades (CANIATO apud FERREIRA, 2001, p.86).

Mais um exemplo, da destruição às favelas e de segmentos sociais considerados inadequados para a cidade, na época, é o tramite de um anteprojeto de lei na Câmara Municipal de autoria do vereador João Scramim, em que solicitava o fechamento da zona de meretrício de Maringá, localizada na Vila Marumbi. Em publicação no Jornal Folha de Londrina (26.06.75, p.9), o fato é assim relatado aqui em alguns trechos:

[...] constituir-se-á um respaldo legal para o Executivo acabe de vez com a zona de meretrício da Vila Marumbi, denominada da 'ilha de Pirataria' [...], As próprias meretrizes preferem que a zona seja extinta, porque segunda a maioria dizem não ter mas condições de 'trabalhar', devido ao grande número de marginais que afugentam a área. [...] o novo meretrício seria localizado distante do perímetro urbano de Maringá. O local seria cercado por muros e teria plantão policial definitivo, para evitar sua transformação em antro de marginais

A maior parte desses moradores excluídos, se concentrou na periferia das cidades vizinhas: Sarandi, Paiçandú, Astorga e formou um exército de reserva de mão-de-obra para Maringá. Adum (1982) e Serra (1991) demonstraram essa tendência no norte do Paraná tendo Maringá como cidade pólo e inúmeras pequenas cidades catalisadoras dessa população de imigrantes.

As figuras 49 e 50 mostram, nesta época, a construção dos conjuntos habitacionais populares. Observam-se as condições da estrutura desses conjuntos: são casas pequenas, sem ruas pavimentadas, em regiões com declividade acentuada próxima a fundos de vales e distantes da zona central, localizados em áreas periféricas, anteriormente destinadas as chácaras. Nota-se, ainda, plantações de café na área.



Figura 49 - Conjunto Residencial Branca Vieira – Quadrante Sul
Fonte: Divisão de Patrimônio Histórico (2004).



Figura 50 - Conjunto Residencial Cidade Alta – Quadrante Sul
Fonte: Divisão de Patrimônio Histórico (2004).

Os bairros construídos legalmente, em 1970, mesmo próximos do centro de Maringá, e ainda dentro do plano de cidade-jardim, como a Vila Esperança e o Alvorada, foram elaborados fora do modelo de ruas largas. Como esses bairros foram destinados aos trabalhadores da zona de comércio central, eles se constituíram de apenas ruas arborizadas. No entanto, mantiveram um terreno padrão de 500 metros quadrados. Porém, desde 1990, esses bairros vêm se transformando em bairros para a classe média e classe média baixa – transferindo através da compra desses imóveis - os moradores instalados desde a década de 70 para bairros mais periféricos.

Essa tendência, presente nos bairros próximos a zona central, que antes eram destinados às classes trabalhadoras, tem configurado uma outra lógica na ocupação do solo de sua área: a

substituição das residências de madeira, para dois sobrados ou casas térrea de alvenaria - geminados - dividindo o terreno em dois de 250 metros quadrados.

Ao lado da Vila Esperança, foi constituída a Vila Esperança II, a “prima pobre” e que ainda hoje é um bairro estigmatizado por abrigar uma população menos favorecida. Mesmo localizado em proximidade da Universidade Estadual de Maringá, o bairro se mantém desvalorizado, e ainda é muito grande o número de residências de madeira, que nele se observa, tal como se vê na figura 51.



Figura 51- Vila Esperança II, com detalhe para Casa de Madeira e Arborização – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2006).

Como já se referiu, os novos núcleos habitacionais, os chamados “Jardins”, que surgiram na década de 90 do século passado, não mantiveram a diretriz original de ruas largas, arborizadas e de espaços comunitários como praças. Observa-se, na figura 52, mais uma vista com parte

do conjunto residencial Herman Moraes de Barros, vastamente arborizado e, ao seu lado, o Jardim Copacabana, modernamente, desprovido de árvores.



Figura 52- Conjunto Residencial Herman Moraes de Barros – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2006).

Estes novos núcleos habitacionais, como já se referiu, estão cada vez mais compactos e densos. As praças e as árvores estão sendo substituídas por arbusto ou árvores de pequeno porte, como demonstra a figura 53, provocando a descaracterização da cidade-jardim, até mesmo porque o poder público não tem impedido ou exigido mudanças a essa prática de dispor-se da árvore em preferência de um arbusto.

Na realidade existe uma legislação, a Lei nº 1.735/84, sobre o plantio de árvores em cada lote e a Lei nº 995/75, que estabelece multas para o corte e poda das árvores sem o planejamento. Segundo informações da própria Prefeitura Municipal de Maringá, não existem funcionários suficientes para fiscalizar o plantio das árvores, nem tão pouco a Prefeitura dispõe em seu viveiro, mudas suficientes para abastecer a cidade. Dessa forma, aos poucos, a cidade se esvai

em espaços impermeabilizados; pelo corte e/ou não plantio de árvores; pelo não cuidado com as praças; pelo aumento de densidade populacional nos novos bairros.



Figura 53 - Rua com o Plantio de Arbusto – Jardim Paris – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2006).

5.5 - A ARBORIZAÇÃO DAS RUAS, OS MANACIAIS, OS ANIMAIS

A arborização das ruas de Maringá foi realizada, como já foi dito, pelo problema do excesso de sol e calor na década de 60, do século XX. Com o crescimento da população e dos loteamentos, essa tendência não se concretizou nos novos bairros. Como não há plano de manejo e a Prefeitura não dispõe das mudas de árvores que possa atender a cidade, cada morador planta as espécies que quer ou não planta. De um lado, a população desrespeitando a legislação; de outro, a Prefeitura não cumprindo com o seu papel de manejo e disponibilidade de árvores para o plantio.

Isso promoveu, entre os moradores, a partir de meados da década 90 do século passado, o plantio de *Ficus insípida* (figueira) nas calçadas e, depois, os levou a um corte coletivo quando foi descoberto que essa árvore estragava as residências, em virtude da extensão de suas raízes. A espécie também era prejudicial, pois costuma abrigar morcegos.

Estes fatos reforçam o que já foi discutido: que, em Maringá, mesmo com o apelo de “cidade-ecológica”, “cidade verde” a arborização não é sinônimo de preservação, nem de harmonia com a natureza.

As árvores atendem aos moradores mais pela sombra que esta pode proporcionar, numa região de muito calor como é o norte do Paraná o plantio de árvores é importante. Assim, o que se pode apreender é que as árvores têm para a população um caráter utilitarista de prover sombra, mas, na medida que esta passa a incômodo, é facilmente cortada.

Entretanto, a questão que envolve a arborização da cidade de Maringá não é um litígio maniqueísta, ou seja, população *versus* árvore. Há uma outra realidade relacionada ao verde de Maringá: usa-se a arborização com interesses políticos e econômicos a fim de atrair-se investimentos para a cidade, mas, ao mesmo tempo nem o Poder Público, nem tão pouco a população cuidam de suas árvores, como se pode observar nos dados abaixo discriminados.

Os dados fornecidos pelo Censo da Árvore, coordenado por Sampaio (2006), revelam indicadores alarmantes da real situação da arborização da cidade: 32,52% das árvores de Maringá estão em condições sofríveis, 13,72% sofrem ataque de cupins, 23,91% precisam ser podadas, 712 estão mortas e 53,87% estão destruindo as calçadas, ou seja, trata-se de uma triste realidade para a arborização de uma cidade, cujo discurso de seus Gestores e de seus cidadãos a nomeia como signo da “cidade verde” ou “cidade ecológica”.

É muito comum, após uma forte chuva com ventos, a queda de árvores e galhos, causando prejuízos materiais à população. Reportagem do Jornal O Diário (26.01.06), intitulada “Vendaval reforça fragilidade da arborização”, apresenta as consequências da chuva:

A tempestade que atingiu Maringá anteontem (24.01.06 – *data nossa*), deixou 41.417 pessoas sem energia elétrica [...] informações da Copel [...] a queda de dezenas de árvores também atingiu a rede elétrica [...] reportagem publicada pelo jornal O Diário em outubro (2005 – *data nossa*), mostrou que a lista de moradores que já esperavam pelo serviço de corte das árvores tinha pelo menos 1.800 pessoas [...] antes do corte ser aprovado, a árvore precisar ser vistoriada [...] o problema é que existe apenas um engenheiro e um técnico para fazer esse trabalho.

Em uma outra reportagem deste mesmo jornal, publicada no dia 03.03.06, a mesma realidade é retratada:

Só no ano passado, o município desembolsou em torno de R\$ 130 mil para cobrir as despesas causadas por árvores que caíram sobre muros, residências e veículos. ‘Uma tempestade derrubou em um dia 107 árvores, no mês de dezembro passado’, mencionou o secretário de Meio Ambiente [...] Em 2005 foram replantadas 1,5 mil árvores. Há ainda na fila 4,6 pedidos de remoção.

Neste sentido, dá para compreender a resistência da população que, mesmo tendo uma representação social da árvore enquanto signo da preservação, mostra-se na prática, renitente ao plantio desta em suas calçadas. Quando o fazem, optam por plantar espécies arbustivas ou de pequeno porte. Configura-se, assim, uma nova característica no espaço urbano, a da “cidade sem árvores”.

Em relação aos mananciais, já duramente prejudicados a partir dos anos de 1940, com a derrubada da mata nativa e a construção da cidade, tem-se uma situação ainda mais precária nos últimos anos. Devido aos loteamentos na periferia e a construção de imóveis sem o devido respeito às leis ambientais, os mananciais da região se tornaram objeto de discussão e preocupação por parte de ambientalistas. Pois, seus impactos aumentaram: a erosão, o lixo, a poluição, são comuns nessas áreas, como se pode observar nas figuras 54 e 55 em córregos da cidade.

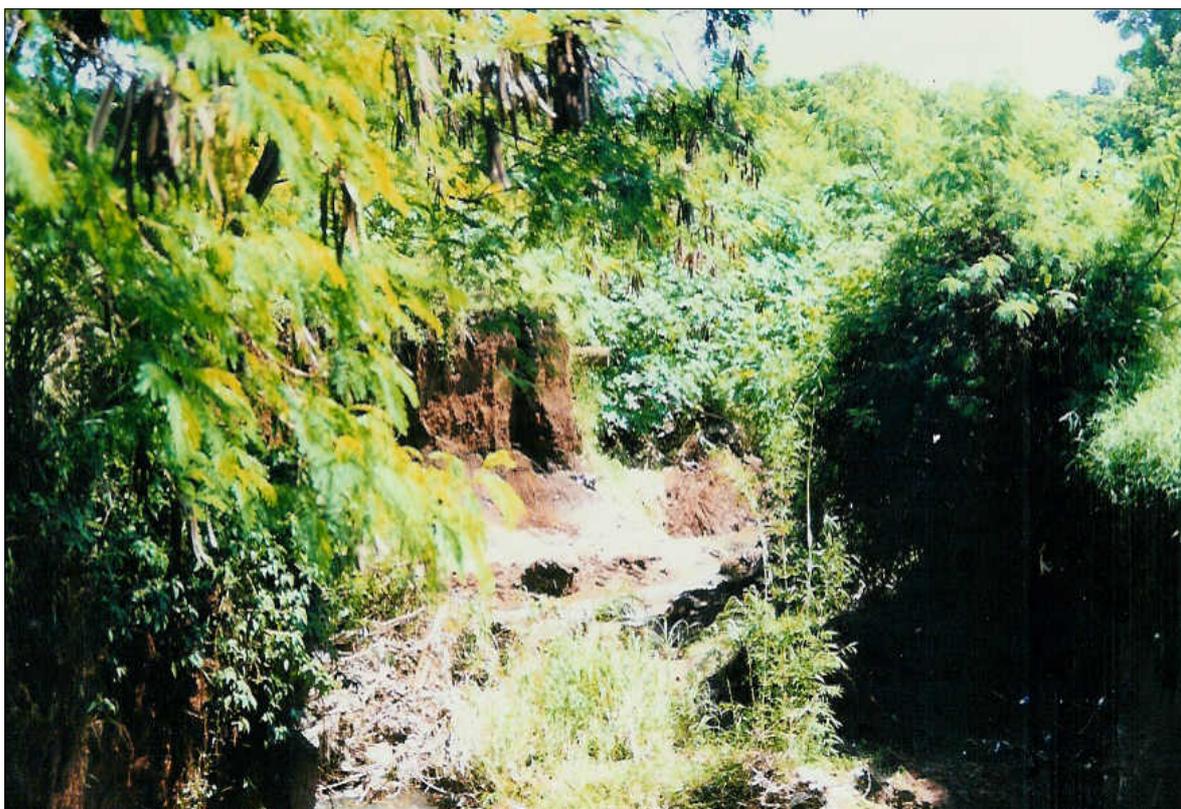


Figura 54 - Erosão e lixo acumulado no Córrego Mandacaru – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2005).



Figura 55 - Voçoroca no Parque do Ingá – Zona 1
Fonte: Klouranis e Teixeira (2001).

O uso indiscriminado dos agrotóxicos provocou outro grande problema à cidade: a contaminação dos córregos cuja água serve a cidade; já o desmatamento levou os córregos ao assoreamento e à erosão. Um rio que vem sendo atingido nesse contexto é o rio Pirapó que abastece a cidade de Maringá³⁹. Os defensivos agrícolas e o uso abusivo de fertilizantes nas lavouras, contribuíram ainda mais para a contaminação das águas superficiais e do lençol freático. A princípio, esta realidade, perpassa no entorno da cidade de Maringá, em sua zona rural, mas afeta, diretamente, a vida urbana.

Com a substituição da lavoura do café pelas monoculturas: da soja, do milho e do trigo após a década de 70, muitos animais que haviam sobrevivido à depredação da floresta e se adaptado ao plantio do café como o tamanduá, os lagartos, os gambás e algumas aves, tiveram os seus tiros de misericórdia (GONÇALVES, 1999).

Uma sobrevivente desse massacre foi à ave vulgarmente conhecida como pomba amargosa⁴⁰. Esta ave se proliferou assustadoramente, pois, se adaptou muito bem à cidade. Hoje ela é considerada um grande problema para os agricultores e para os moradores da cidade. No campo se alimenta de sementes e na cidade dormem nas árvores causando transtorno no cotidiano dos cidadãos com suas fezes. Essa proliferação é um exemplo do desequilíbrio ecológico, presente no espaço urbano de Maringá.

³⁹ Já em 1986, o Jornal O Diário do Norte do Paraná do dia 11 de setembro, faz uma reportagem intitulada *Sanepar diz que não há poluição no Pirapó*. Hoje o quadro é muito mais alarmante. Muitos estudos atestam a sua poluição como o de Dubiela (op.cit.).

⁴⁰ Na realidade não existem dados oficiais sobre os prejuízos que estas aves proporcionam a lavoura nos campos da cidade de Maringá e região, mas sabe-se que este é um problema de difícil solução, dado às leis de proteção aos animais, e o combate dessas aves só pode ser feito com autorização do Ibama. É comum se verificar na imprensa, principalmente na escrita reportagens que tratam do problema. A título de exemplo, notifica-se uma ação datada de 19.07.05 empreitada por Cooperativas, Sindicato Rural de Maringá, Emater e Associação de Engenheiros e Agrônomos encaminhando a Superintendência Estadual do Ibama, documento solicitando solução urgente no controle a proliferação dessas aves. Em 07.12.05, o Jornal O Diário do Norte do Paraná, publica reportagem mencionado a ação isolada de alguns agricultores no controle das pombas amargosa, possivelmente as envenenando, e a posição de agricultores relatando seus prejuízos na lavoura, como ainda revelando a tramitação burocrática do Ibama em resolver o problema.

No primeiro Fórum Ambiental da Cidade em 2000, os métodos para minimizar este problema foram debatidos e até hoje nenhum implantado, o que tem levado a população tomarem medidas drásticas de matança dessas aves. A figura 56, registra uma dessas medidas adotada por agricultores para conter a ação dessas aves na lavoura.



Figura 56 - Pombo Amargosa – Zona Rural
Fonte: Jornal O Diário (07.12.05).

O quadro de extinção de animais deveu-se, sem dúvida, à substituição da mata nativa pelos campos agrícolas e pelo uso do agrotóxico nas lavouras que limitam o entorno da cidade.

O adensamento populacional do novo bairro Jardim Novo Horizonte, que fica entre o fundo de vale dos córregos Cleópatra e Moscado, provocou poluição e desmatamento da mata ciliar. O entulho de lixo é depositado em suas margens: são sofás, pneus, animais mortos. No córrego Morangueiro, que faz parte da bacia do rio Pirapó, galerias pluviais despejam águas poluídas e de origem desconhecida. O lixo também se faz presente.

A terraplanagem de córregos com entulhos, prática comum de muitas empresas do setor da construção civil é outro agravante. A ocupação de áreas de nascentes pelos conjuntos habitacionais Parigot de Souza, Liberdade, Itatiaia e Carimã, no norte da cidade, são agravantes para os outros córregos e fundo de vales.

O córrego Cleópatra, localizado no Bosque II, é um foco de *Flebotomos* e *Leishmanice* e a presença constante de espuma denuncia o despejo de poluentes químicos, provavelmente de postos de combustíveis e lavanderias de veículos. O córrego Moscado, com nascente localizada na área urbana, está contaminado por mercúrio e as águas do Parque Ingá, por sua vez, estão estagnadas e são focos de insetos.

A impermeabilização das ruas, calçadas e terrenos aumentou o fluxo de água nas galerias pluviais que, desprovidas de dissipadores, causam erosão ao desembocar nos córregos. Trata-se de outro sério problema, pois provoca erosão. Mesmo assim, é legitimado pela Lei Municipal nº 261 de 1998, que permite o lançamento dessas águas.

O Ribeirão Borba Gato, localizado no quadrante sul, foi contaminado pelo aterro sanitário que está a céu aberto. As empresas Frigoríficas Maringá e Central, localizadas próximo a região central, e bem adjacente ao Jardim Novo Horizonte, quadrante sul, provoca, há três décadas, poluição das lagoas, lençol freático e do ar por seu precário método de decantação. A presença de indústrias nas zonas centrais 1, 2 e 6 interferem na qualidade ambiental com o lançamento de fuligem, gases e lançamento de líquidos nos cursos pluviais.

Dubiela (2003, p.143) analisa os problemas ambientais dos fundos de vales em Maringá. A completa derrubada da mata ciliar, o assoreamento, a terraplanagem e a contaminação destes fundos levou o pesquisador a dizer que “é possível concluir que a legislação foi moldada ora

pelos interesses tecnocráticos, ora pelos interesses meramente politiquieiros, ambos governados pelos interesses da elite dominante”.

Dubiela (2003) foi arquiteto da prefeitura e conheceu de perto as mazelas do Poder Público que não faz a defesa da qualidade do meio ambiente e da cidade, mas atende prontamente os setores empresariais da região. Dubiela (2003) aponta, inclusive, a intervenção de um empresário e vereador entre os anos de 2000 a 2004 e anos anteriores para lotear uma região de fundo de vale próxima ao centro.

Um dos problemas mais contundentes de Maringá, segundo este autor, são os fundos de vale que, desde a década de 90, do século XX, é à parte cobiçada pelos empresários para realizar loteamentos destinados às camadas mais pobres. Para o pesquisador e arquiteto, a situação ambiental dos fundos de vale é cada vez mais precária.

Concorda-se assim, com as observações expressas por este autor, pois, observa-se que o espaço urbano da cidade de Maringá vem se modificando diante dos interesses econômicos e políticos fazendo crescer os problemas ambientais

Um outro autor, que aborda em suas análises, os problemas referentes às áreas ambientais é Vilallobos (2003) que analisa as diversas alterações feitas na legislação que atua nos fundos de vale, em prol dos interesses imobiliários, causando problemas de assoreamento, aterro, contaminação, depredação da mata ciliar, entre outros agravantes para essas áreas.

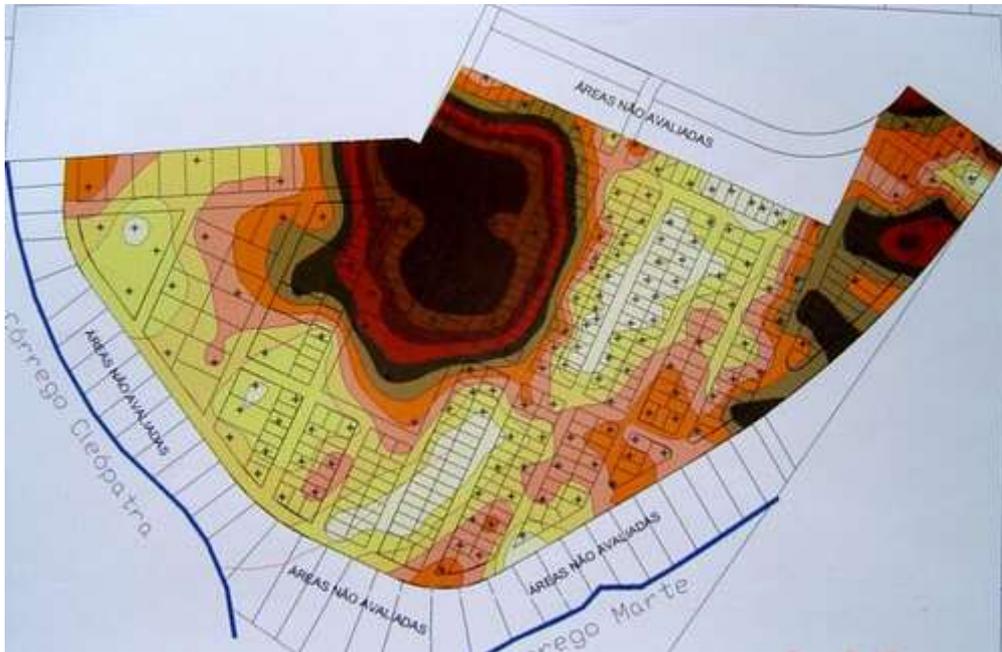
Pode-se afirmar que, por permissões e omissões do Poder Público, arbitrariedades ao meio ambiente foram, e são cometidas, na cidade de Maringá. Um caso grave, que ainda hoje, é

destaque nos meios de comunicação, devido às manifestações de seus moradores, e a forte presença da imprensa e de movimentos de entidades ambientais em divulgar o caso, é o problema ambiental presente no Residencial Tarumã, construído em áreas de afloramento de lençol freático localizado no quadrante sul da cidade, próximo à junção do Córrego Cleópatra e Córrego Marte.

O Loteamento Residencial Tarumã, teve o seu alvará de licença no ano de 1994, com a venda de lotes para população de baixa renda. Localizado ao sul no limite da cidade, com o Município de Sarandi, logo uma área bem periférica.

Os problemas enfrentados pelos moradores são muitos: as paredes das casas sempre molhadas; verte água pelo piso da casa, principalmente quando chove; rachaduras nas paredes e piso; quase sempre seus moradores fazem protestos, mas até, agora nenhuma medida por parte da Prefeitura e da loteadora foi tomada. A seguir uma publicação num *site* eletrônico *Factorama* (2006) sobre a situação deste loteamento.

O tal de “solo saturado” no Tarumã⁴¹



O mapa apresenta a situação da profundidade do solo existente no residencial Tarumã. Ele foi elaborado a partir do cruzamento de 173 pontos de sondagem a trado, realizados no período de 05 a 27 de julho de 2004. A equipe foi integrada por geóloga, geógrafa, e engenheiro civil, sob minha orientação. Os dados coletados indicam que a profundidade do solo variam de 0,50 centímetros, a parte mais clara, até mais de 5,0 metros, na área marrom escuro. Como pode ser observado no mapa, existe um predomínio das cores claras, sendo que isso assinala a existência de um solo raso, e ainda, a posição do nível do aquífero (lençol), próximo da superfície em vários pontos. Esses fatos, constatados em campo, são diferentes dos apresentados pela loteadora, na época, para solicitar o empreendimento. Nesses documentos é afirmado, que na área do Residencial Tarumã, a profundidade do aquífero (lençol), está a mais de 3,5 metros da superfície. Agora, dizer que no Residencial Tarumã, o problema é o “solo saturado” é ignorar que essa saturação é produto da morfologia do terreno, profundidade do solo e a presença do aquífero próximo da superfície.

Insistir na tese do “solo saturado e na drenagem” é tentar subverter a ordem do problema e da própria NATUREZA. Pois, evita reconhecer que o empreendimento foi realizado numa área que devia ser preservada pelas “restrições geológicas”.

⁴¹ Trate-se de um comentário feito pelo Prof. Dr. Jorge G. Villalobos, no site <<http://www.factorama.com.br>> no dia 02 de março de 2006 – acessado neste mesmo dia.

Escreveu Villalobos (2006)⁴² sobre mais um descaso com o meio ambiente:

“No córrego Betty, na altura do número 429, exatamente onde está instalado o medidor da COPEL identificado como 32 – 259400, na rua Valença do Jardim Laodicéia, está sendo levantada uma nova construção em fundo de vale. Essas ações irregulares haviam parado por conta de uma intensa fiscalização da Prefeitura Municipal, bem como pelas ações desenvolvidas pelo Ministério Público. No entanto, vemos que as construções estão de volta, e ainda com anuência dos serviços públicos de água (SANEPAR) e luz (COPEL). A construção em questão, esta a menos de dez metros da margem do córrego Betty, ou seja, invadindo a área de preservação permanente, a qual deveria estar reflorestada com mata nativa. Além do mais, o lançamento de águas provenientes das galerias municipais continuam a destruir a área das nascentes do referido córrego”.



Como se pode observar, por essas duas notícias divulgadas pelo Prof. Villalobos, os problemas com os fundos de vale ainda persistem na cidade até o presente momento, e com conivência de órgãos públicos ao prestarem serviços de instalação de água e luz.

Dubiela (2003, p.78), registra casos célebres na cidade:

Os pontos de tubulação de córregos e nascentes mais conhecidos estão localizados no córrego Osório, abrangendo o Jardim Léa Leal e Vila Morangueira, no córregozinho, abrangendo o Jardim Alvorada III e também no Moscados, abrangendo a zona 8. Os aterros em fundos de vale que conseguimos localizar se situam no Jardim Ebnezer, Novo Alvorada, Cidade Jardim, Vila Esperança, Jardim Copacabana (depósito temporário regular) e Jardim Ipanema (depósito temporário regular).

Em que pesem os fatores políticos e econômicos, na construção de Leis que passaram a reestruturar o espaço urbano da cidade de Maringá, quando esta se emancipou, é percebido que as coordenadas da estrutura de poder em atender interesses exclusivos, apenas mudou de *status*, pois passou a ser comandada por um Poder Público instituído.

⁴² Mais um comentário feito pelo Prof. Dr. Jorge G. Villalobos no *site* <<http://www.factorama.com.br>> no dia 22.02.2006, acessado no mesmo dia.

Superar os limites do poder instituído não é tarefa fácil. As diversas Leis, Programas, Secretarias, Coordenadorias, Órgãos, criados desde o Plano Diretor de 1967, e pelo Plano Diretor de 1991, contribuíram para incrementar o favorecimento aos interesses do jogo político e econômico, ocasionando cada vez mais desfalque para as populações de menor poder aquisitivo e para o meio ambiente, como se pode ver nestes exemplos acima mencionados. E é nesta perspectiva que a rede urbana da cidade de Maringá vai sendo tecida.

5.6 - A CIDADE-JARDIM NO NORTE DO PARANÁ: QUE ESPAÇO CONSTRUIR?

O diferencial na cidade de Maringá, desde seu principiar, foi o seu projeto urbanístico. O plano urbanístico original da cidade de Maringá seguiu a tipologia das cidades-jardins, cuja característica estava no traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima.

No projeto original de Maringá, seu zoneamento obedecia a critério no uso e ocupação do solo. A cidade foi dividida em zonas de comércio, indústria, armazéns, habitações de vários padrões, zonas de serviços e zona administrativa, áreas de lazer e parques. O sistema viário priorizava tirar o máximo proveito das curvas de nível. A figura 57 apresenta o zoneamento estabelecido no projeto original para o sítio urbano de Maringá, com destaque para as duas áreas verdes.

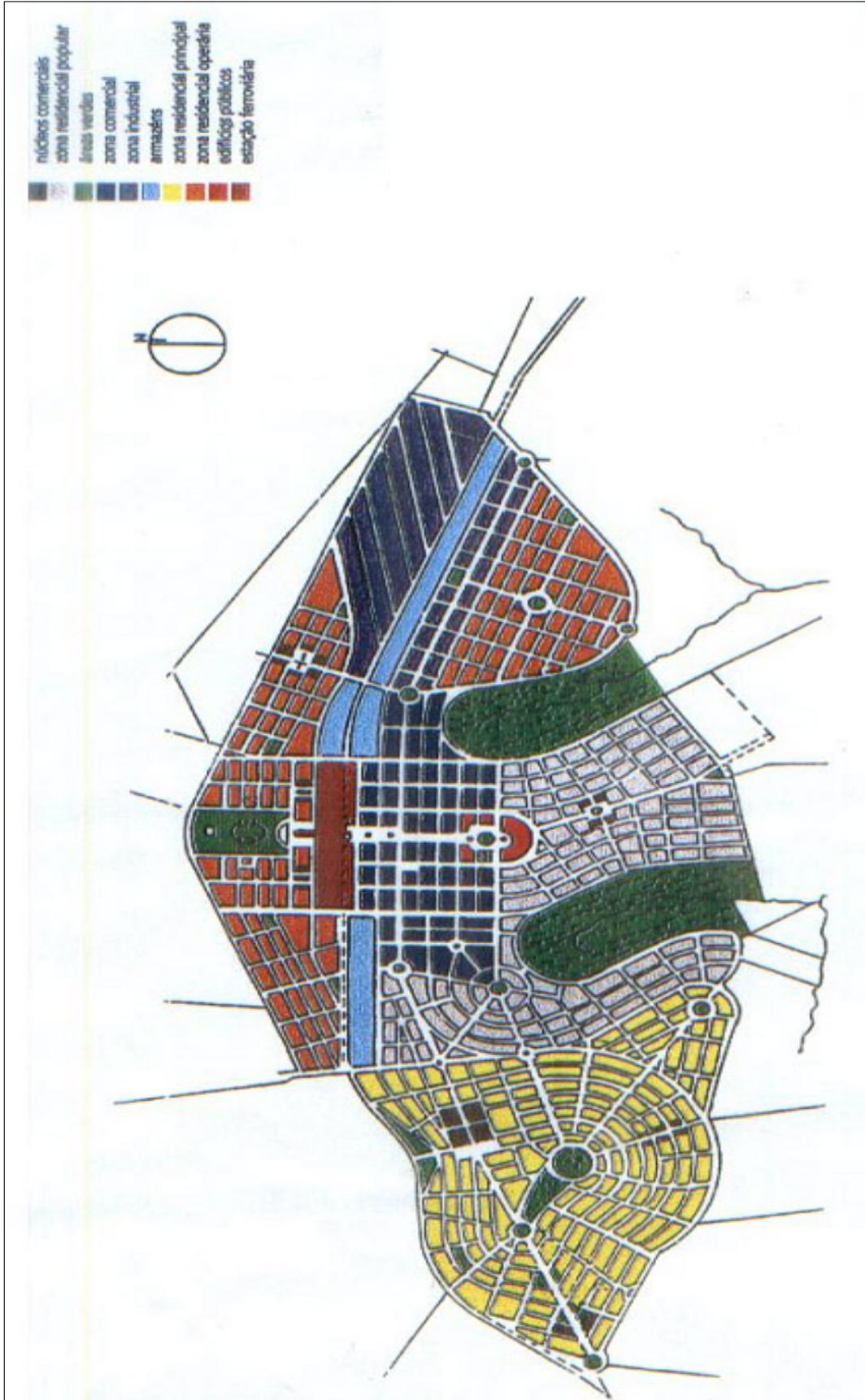


Figura 57 - Planta do Projeto do Zoneamento original de Maringá em 1947
 Fonte: Divisão do Patrimônio Histórico (2004).

Maringá, foi concebida como cidade-jardim, mas logo se transforma. Foi uma transformação impactante para o meio ambiente. Ao longo de duas décadas, verticalizou-se – a figura 58, oferece um mosaico de alguns dos seus edifícios, com detalhe para seus projetos arrojados – e impermeabilizou seu solo urbano. Também cresceu através de seus loteamentos clandestinos, descaracterizando-se e trazendo consigo os problemas comuns às outras cidades de seu porte: congestionamentos, a poluição do ar, a poluição sonora e visual, a mendicância, a prostituição são outros indicadores de sua transformação, que não se restringiu a seu espaço urbano. Mas, também se fez presente na sua esfera social.

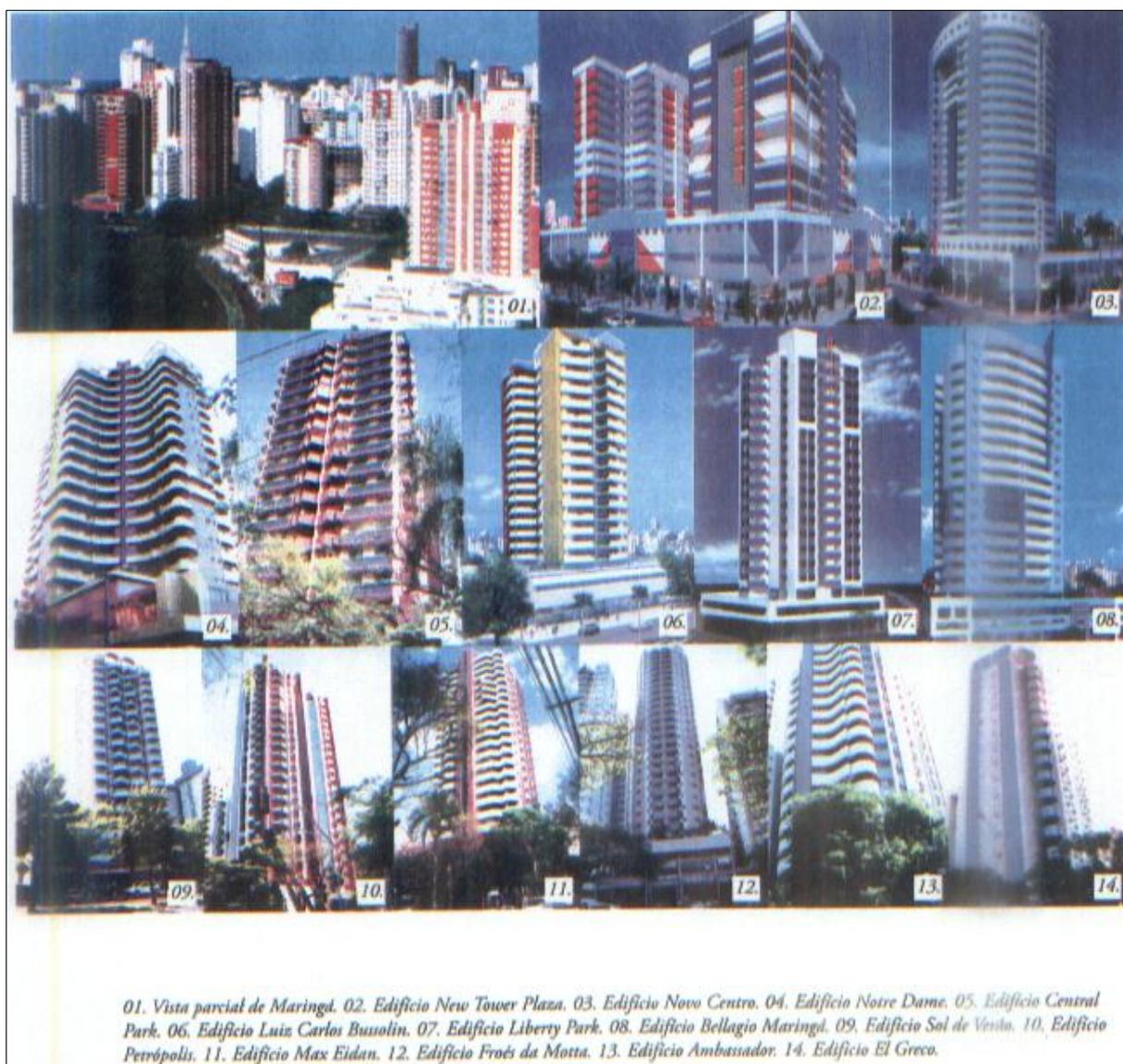


Figura 58 - Mosaico de Edificações

Fonte: Sanches, Antenor (1999).

Em relação ao ambiente urbano, tem-se hoje áreas deterioradas pelo desrespeito à legislação ambiental provenientes da regulamentação – criminosa – de loteamentos liberados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM, pela verticalização, pela destruição dos fundos de vales, pelo corte de árvores, pela não elaboração e implantação de plano de manejo, pela erosão e desmatamento das matas ripárias dos córregos e dos fundos de vale, pelo lançamento de resíduos sólidos pelas indústrias, lançamento de resíduos líquidos por parte de frigoríficos e de postos de combustíveis, e outros crimes cometidos que crescem vinculados aos interesses privados presentes na cidade. Tudo isso deteriorou o plano urbanístico original de cidade-jardim e pôs os menos privilegiados em situação social e ambiental degradada.

Em 2004, a cidade de Maringá contava com mais de 280 mil habitantes, consolidada como pólo regional no âmbito da economia agrícola, serviços, agroindústria, e na área da educação, balizada pela Universidade Estadual de Maringá.

Com a anuência do poder público houve uma sensível diminuição nas proporções das praças e espaços abertos, surgimento de grandes vazios urbanos, adensamento na área central com a verticalização e ocupação dos fundos de vales, como se verifica nas figuras 59 e 60. As áreas urbanas mais recentes apresentam as vias com traçado ortogonal, mas, que nem sempre, acompanham as curvas de níveis.

A fotografia da figura 59 mostra a configuração dos novos loteamentos em Maringá. Estes acompanham a declividade do terreno até atingir o fundo de vale, neste caso o Córrego Moscados, no quadrante norte.

Outra característica desses loteamentos são suas áreas desproporcionais, compridas e estreitas⁴³ e sem espaço para equipamentos coletivos, como praças, parques infantis, centros comunitários.

Outro aspecto que pode ser observado na figura 59 são os espaços vazios. Estes espaços, ainda na mão de seus proprietários ou destinados à especulação imobiliária, retratam a expansão do sítio urbano. Ainda sobre esses espaços vazios, é comum encontrar neles plantações de grãos, principalmente a soja.



Figura 59 - Jardim Real – Quadrante Norte
Fonte: O autor (2006).

A figura 60 apresenta parte da zona 1, ou seja, a área central da cidade de Maringá com sua faixa de edifícios ornados pela vegetação. A figura 61 apresenta três paisagens da cidade de Maringá. Em primeiro, plano o Jardim Imperial II, quase sem arborização, em segundo, a

⁴³ No plano original de Maringá, estas áreas se constituíam de pequenas chácaras localizadas no entorno do sítio urbano. Com o crescimento da cidade, estas áreas vão sendo vendidas por seus proprietários e incorporadas ao mercado imobiliário que as transformam em loteamentos, geralmente denominados de “jardins”.

arborização da Vila Esperança e do Campus da Universidade Estadual de Maringá. Ao fundo, o centro com seus edifícios.



Figura 60 - Zona 1 – Centro (s/d)
Fonte: Prefeitura da Universidade Estadual de Maringá (2005).

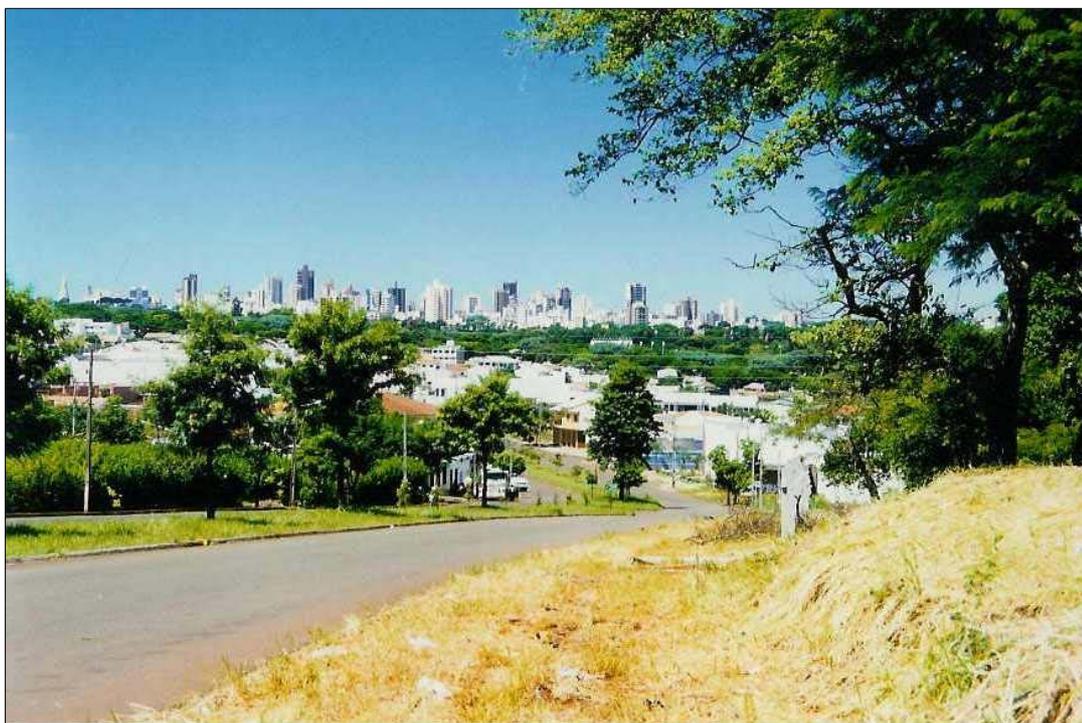


Figura 61 - Três Paisagens de Maringá – Perspectiva Quadrante Norte/Centro
Fonte: O autor (2006).

Como afirmaram Regales e López (1987), a associação entre o meio ambiente natural e o ambiente construído é o registro da criatividade e de inovações culturais que humanizam o meio natural ao mesmo tempo em que provoca conflitos e impactos nos contextos ambiental e social. Pode-se dizer que se produzem mais conflitos e problemas do que humanização dos espaços.

O modelo da cidade-jardim foi, assim, transformado pela dinâmica empresarial e pelos interesses de grupos imobiliários de forma que, nos anos de 2000 a 2004, muitos estudos urbanísticos foram feitos para se chegar ao novo Plano Diretor em 2004⁴⁴, pautado no Estatuto da Cidade. Esses estudos eram discutidos em fóruns e eventos a fim de fornecer subsídios a um novo planejamento urbano, que regulamentasse as leis ambientais, sobretudo com relação aos fundos de vale da cidade, para onde foram e são empurradas as populações mais pobres.

Neste contexto, percebe-se que a cidade de Maringá passa por uma encruzilhada no que se refere à sua urbanização. É notório que a cidade deixou a verticalização como elemento predominante de seu traçado urbano. Sua realidade atual aponta para a crescente horizontalidade de seu espaço. Mas, esta, igualmente, tem traçado novas configurações depreciativas para o meio ambiente urbano: a formação dos espaços vazios; a descaracterização de seu projeto original; ocupação dos fundos de vale; a perda da arborização; impermeabilização acentuada do solo; entre outros fatores. Assim pergunta-se, que espaço urbano construir?

⁴⁴ Segundo informações colhidas junto a PMM-SEDUH, um novo Plano Diretor foi elaborado em 2005, mas que não se encontra publicado oficialmente, ficando assim indisponível para a consulta.

5.7 - O ESQUECIMENTO DA “CIDADE VERDE” E O CRESCIMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS: A QUEDA DO MITO DA “CIDADE ECOLÓGICA”

Um desafio da sociedade contemporânea é definir e promover a equidade social e a preservação do meio ambiente no espaço urbano. Dubiela (2001), arquiteto adepto da corrente ecológica, apresenta-nos questões que, embora importantes, ainda não são comuns quando se pensa em paisagem urbana e meio ambiente nas cidades.

Para Dubiela (2001), fazer uma casa é escrever sua história na história da cidade, pois é seu registro que está sendo impresso no espaço e no tempo da paisagem urbana. Pergunta-nos o autor: Qual história estamos registrando? Qual futuro estamos buscando? Assim, baseando-se na abordagem de Ian Mcharg, pesquisador do Canadá, Dubiela (2001) mostra-nos que existe uma arquitetura bio-climática e auto-sustentável que nos dá pistas sobre a vida no espaço urbano, produzindo espaços menos agressivos ao meio e com custos mais baixos do que a construção convencional.

As doenças mentais e orgânicas que aparecem no espaço urbano como resultados das condições urbanistas Dubiela (2001). Ainda segundo este autor, são conseqüências das casas tradicionais que não respeitam o ambiente, casas, prédios, ruas e calçadas são feitas sem estabelecer áreas verde, impermeabilizando o solo. Outro grave hábito é o não aproveitamento da luminosidade, da ventilação natural e da água de chuva, fatores estes que comprometem a vida das pessoas.

Os hábitos antiecológicos e não econômicos produzem problemas absurdos nas cidades brasileiras como o uso da energia elétrica durante o dia no alto verão. Estudos da arquitetura

ecológica que demonstram a localização de janelas altas, longos corredores, provocam o não aproveitamento da ventilação e luminosidade naturais e propiciam doenças, inclusive mentais, na população (DUBIELA, 2001).

Referenciando-se esta pesquisa, vê-se que a “cidade ecológica” ou a “cidade verde” está perdendo seu *status* à medida que cresce. Os espaços públicos – praças, ruas, parques – estão abandonados. O meio verde (arborização, parques, calçadas) está perdendo seu caráter de permanência cotidiana e rotineira, rompido pelo crescente aumento da população e pela imobilidade da política pública em conservar o espaço natural.

O I Fórum do Meio Ambiente de Maringá, realizado em 2001⁴⁵, sob a iniciativa da Prefeitura Municipal de Maringá, teve como objetivos discutir ações nas áreas de vegetação, recursos hídricos, resíduos sólidos, fauna, política ambiental e educação ambiental para a cidade.

Essas discussões apontaram para os sérios problemas ambientais da cidade, como, por exemplo, a degradação dos parques e fundos de vales, o desequilíbrio na fauna urbana, os problemas na arborização – mortandade das árvores por poluição, vandalismo e podas – conflito das árvores com as redes de infra-estrutura, contaminação do lençol freático e dos córregos provocadas pelo depósito de resíduos sólido, contaminação do rio Pirapó, dos

⁴⁵ Ocorreram IV Fóruns sobre o meio ambiente em Maringá nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, promovidos pela Prefeitura Municipal de Maringá. Esses Fóruns tiveram participação ativa de técnicos da Prefeitura, Universidades, ONGS, pesquisadores, professores, estudantes universitários e membros da comunidade. Na ocasião, eram apresentados resultados de pesquisas, dos problemas sócio-ambientais que afligem a cidade, como ainda, em seu final, apontavam-se metas a serem seguidas com objetivo de solucionar os problemas. Tratava-se, assim, de um eloqüente diagnóstico e de propostas. Infelizmente, todo o acervo desses Fóruns não se encontra disponibilizado ao público. Em pesquisa de campo, ficou-se sabendo que a PMM não tem registro disponível desse material, nenhum documento, tais como anais. O que se tem são fitas gravadas do evento, mas tal material além de não estar disponível para consulta, não tem nenhuma transcrição em forma documental.

córregos da cidade, construções irregulares em áreas de preservação com a anuência de vereadores.

Desse modo, o espaço urbano de Maringá, devidamente ornado em árvores floridas, demonstrou-se, neste Fórum, um cadinho de contradições sócio-ambientais. As funções determinadas pela sociedade através de mecanismos sócio-culturais constituídos e pelo Poder Público, com seus mecanismos de intervenção político-administrativos, ao criarem o discurso da “cidade verde”, desmontam-se diante da realidade ambiental apresentada nas discussões.

Neste Fórum, foi apontada a necessidade de organizar e estruturar o sítio urbano. Apontou-se também a necessidade dos segmentos sociais se organizarem com o poder público, as associações empresariais e imobiliárias, as associações de bairro, entre outras, com o objetivo de estabelecer parâmetros urbanísticos para a cidade. Foram estabelecidas ações para os zoneamentos, planejamentos e planos diretores que tentariam estruturar e organizar as variáveis econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais no conjunto do espaço urbano. Entretanto, após o fim dessa gestão em 2004, todas as ações foram esquecidas.

Dessa forma, alguns aspectos da construção do espaço urbano de Maringá, no bojo dos interesses políticos e econômicos da cidade, reforçam a hipótese de que, mesmo com o discurso de “cidade verde”, a cidade de Maringá vem sendo descaracterizada de seu projeto inicial de cidade-jardim e enfrenta, tal como qualquer outra cidade brasileira de porte médio, os problemas de impacto ambiental e social.

Em resumo, aos poucos, a “cidade verde” vem sendo esquecida, nas práticas e ações de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, crescem os seus problemas sócio-ambientais. Cai dessa forma, o “mito” da “cidade ecológica”.

A luz dos problemas sócio-ambientais apresentados ao longo dessa exposição, observa-se a condensação do discurso paradigmático da “cidade verde”, “cidade ecológica” com a prática estabelecida nas ações de seus Gestores públicos, da classe economicamente dominante e dos cidadãos, que, na realidade, acabam por gerar um imobilismo na sociedade maringaense, por passarem a reproduzir uma representação social positiva, onde os problemas sócio-ambientais encontram-se além de sua fronteira.

A figura 62 é emblemática desta realidade: evidencia uma Maringá ornada com verde de suas árvores, constituindo um belo espaço urbano onde o verde e a modernidade se conjugam apagando todos os indícios de contradição que se encontram na sua urbanidade real.

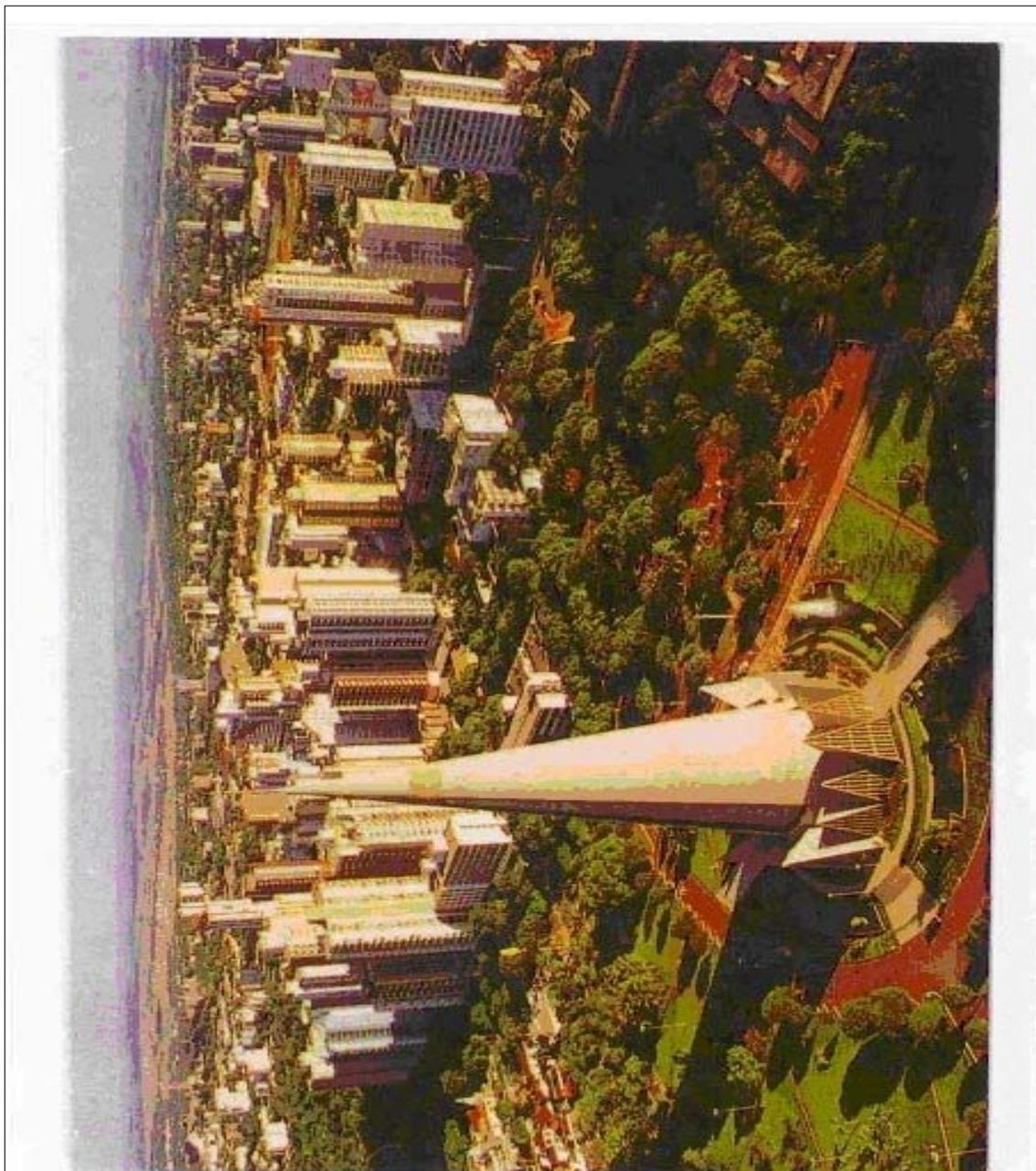


Figura 62 - Vista Panorâmica de Maringá, com destaque para a Catedral Nossa Senhora da Glória
Fonte: Foto Valdir Carniel (s/d).

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

*Cada homem leva na mente uma cidade feita
apenas de diferenças,
sem figuras nem formas,
e as cidades particulares a recheiam.*
(ITALO CALVINO)

A cidade é sempre o lugar do contemporâneo, para ela tudo converge e tudo flui. Catalisadora dos anseios e esperanças humanas, a cidade é fruto de variadas cidades dentro de uma só, recheada de signos, significados, simbologias, representações, imagens, que vão sendo impressas pelas ações de seus cidadãos, compondo assim o urbano.

A cidade também é um rico objeto de mensurações: teóricas, estatísticas, poéticas, artísticas, entre tantas outras expressões que buscam definir seu labirinto de ruas, becos... envoltos em simbologias individuais e coletivas. De que lugar começa, de que lugar termina? difícil estabelecer, já que não tem mais as amarras de seus muros medievais.

Parafrazeando Marx, o homem cria, transforma a cidade, mas ao mesmo tempo é transformado por ela. E é com este olhar de pura transformação que se chega ao final desta tese. As reflexões acerca do espaço urbano da cidade de Maringá, são produto de ponderações extraídas do acervo pesquisado, e nas incursões *in lócus* que possibilitasse o florescimento de fatos pelo qual retratasse a realidade dessa cidade.

A cidade de Maringá tem em seu primórdio, na terra roxa e fértil, o signo do “Eldorado” cuja representação social é a da pujança, da riqueza. Consolida-se como uma cidade moderna, desenvolvimentista, geradora de riquezas. Sua malha urbana aliada a uma arrojada arquitetura permitiu mais uma vez se criar signos que a definissem: a “cidade canção” pois, conseguia manter o progresso embalado pelo encantamento harmonioso de seu traçado urbano. A Maringá, contemporânea, tem na árvore o signo que a caracteriza como a “cidade ecológica”

a “cidade verde” e se faz representar como um espaço urbano harmonioso, livre dos problemas socioambientais.

Percebe-se que, seus Gestores sempre procuraram exprimir nesses *slogans*, signos representativos de uma imagem atrativa e de fato, esses signos conseguem imprimir uma representação social entre seus cidadãos convincente, na medida que o discurso é absoldido e reproduzido nestes. Por outro lado, também tem respaldo no público a que se destina: os investidores, fato este facilmente comprovado pelos indicadores de investimentos na cidade.

No processo de urbanização das cidades brasileiras, uma particularidade é sempre clara: a verticalização proporciona um ideário de desenvolvimento, da melhoria da qualidade de vida e da segurança de seus habitantes. Neste sentido, observa-se que a cidade de Maringá também teve seu momento de construção de grandes prédios, tornou-se assim, uma “cidade grande”.

A verticalização traz, em si, a idéia de modernidade, de embelezamento do espaço urbano e de valorização da área, numa espécie de representação hegemônica entre os cidadãos de estarem compartilhando do progresso da sua cidade, o que deixa imperceptível os problemas sérios da verticalização, como o adensamento populacional, a divisão das cidades em espaços ricos e pobres, destruição do meio ambiente pela falta de infra-estrutura adequada. Essa representação de modernidade inclui, portanto, o modo social das pessoas se sentirem incluídas nesse projeto de cidade, no entanto não percebem suas conseqüências.

Oportunamente já se mencionou que efetivamente os problemas ambientais da cidade de Maringá se cristalizam com o seu processo de verticalização. Mas, contraditoriamente é o

momento em que os Gestores Públicos criam inúmeras Leis legitimando o uso e ocupação do solo urbano sem critérios técnicos.

Não obstante, o desafio de resgatar, em uma pesquisa, a história de uma cidade que ergueu em seu percurso: signos, símbolos, representações, discursos de modernidade, desenvolvimento, riqueza, harmonia com a natureza, preservação ambiental, qualidade de vida, entre outros adjetivos favoráveis a uma representação social de “cidade verde”, “cidade ecológica”, implicou em trilhar por caminhos incompatíveis com os fatos presentes no material pesquisado e na realidade observada nas alamedas da cidade.

Foi essa percepção de uma cidade que se projeta nos seus signos e discursos como livre de problemas socioambientais, o motivo para alçar uma investigação que compreendesse e explicasse esse fenômeno. Assim, na trilha deste percurso levantam-se algumas conclusões:

Em Maringá, devido seu projeto de cidade-jardim, não se esperava que o processo de verticalização realizado no período de 1980-1989 fosse tão intenso. Com a diversificação da economia em agroindústria, comércio e bancos, serviços, a cidade se descaracteriza de seu projeto inicial, diante do capital, dos interesses dos investidores imobiliários, e da disposição do Poder Público em atender esses interesses;

Assim, é legítimo afirmar que o crescimento e por sua vez a descaracterização do projeto da cidade-jardim em Maringá teve com um dos fatores as ações de investimentos na reprodução do capital, através de investimentos econômicos aplicados na cidade;

Por outro lado, esse rápido desenvolvimento trouxe consigo o descontrole da malha urbana, o crescimento populacional, depredação ambiental, enquanto fenômenos subjacentes de outros problemas socioambientais;

Nessa perspectiva, a cidade de Maringá, agrega processos de segregação espacial e exclusão social. Aliás, estes são fenômenos característicos desde a sua fundação, pois, é bom lembrar o modo como foi segmentado o espaço urbano na venda dos lotes pela Companhia colonizadora, e no início da década de 70 do século passado, o modo como a Prefeitura se livrou de seus indesejados habitantes. E que hoje, ainda é uma realidade, constatada em outros mecanismos mais sutis como: o alto custo do solo urbano; ausência de políticas habitacionais que possam atender segmentos carentes da população; precária infra-estrutura nos bairros periféricos; elevados custos nos serviços; repressão aos mecanismos de acesso ao solo e produção de moradias ilegais, entre outros;

Na realidade, estes fatos revelam o exercício de poder dos Gestores da cidade de Maringá em conter as transgressões de indivíduos que querem fazer de Maringá sua morada, também atraídos pelas propagandas da cidade promissora. Mas, que na realidade não atende ao perfil instituído por seus gestores. Nessa falta de perspectiva de se enquadrar como cidadão maringense essa população de excluídos acaba se instalando nas cidades periféricas, principalmente em Sarandi, Astorga, Paiçandu, Marialva;

A verdade é que este exílio forçado dos cidadãos que não se encaixam no perfil de moradores da cidade de Maringá, faz com que aparentemente, em seu sítio urbano não exista bolsões de pobreza, como favelas, a mendicância em suas vias públicas é quase inexistente, a violência urbana não seja acentuada. Indicadores que mais uma vez mascara seus problemas sociais, e

por outro lado projeta e reforça a imagem passada por seus Gestores da cidade sem problemas dessa natureza . Só para lembrar, isso não corresponde a verdade;

Não há mais vestígios das ruas largas nos loteamentos desde 1990. Esses loteamentos – bem distantes do centro – são reservados aos proprietários de camadas economicamente mais baixas e há uma tendência gritante em termos de aumento da densidade populacional, além da manutenção dos desempregados fora do circuito social da cidade;

Não há nestes locais parques, praças ou locais de recreação para a população, sobretudo, pela não presença de lugares para os jovens. As populações desses locais ficam segregadas pela distância ao centro da cidade, pela ausência de infra-estruturas (esgoto, telefone, escola, arborização), são distantes das áreas de lazer – o Parque do Ingá e a Praça João Paulo II ao entorno da Catedral Nossa Senhora da Glória, áreas comumente utilizadas no lazer de fim de semana pela população;

À medida que se chega aos novos bairros, a cidade-jardim perde suas árvores, suas ruas, seus jardins. Visualiza-se erosão, lixo em loteamentos próximos dos fundos de vale, problemas de transporte, comunicação, ausência de espaços coletivos de lazer, serviços de saúde, educação, segurança, entre outros. A segregação social e a desvalorização das áreas urbanas estão juntas nestes locais;

Quanto aos bairros novos, ações do poder público não existem, principalmente em relação aos mais periféricos, na divisa do município como o Jardim Bertioiga, divisa com Sarandi, onde não existe rede de esgoto, calçamento, drenagem de águas pluviais, serviços de saúde, segurança, e essa realidade se estende a outros bairros similares;

Nos bairros mais antigos e mais populares de Maringá, como o Jardim Alvorada, Vila Operária, Vila Esperança, zona 4, ocorrem dois fenômenos: um ambiental, ligado à impermeabilização do solo e outro social, que é a remoção dos moradores para bairros mais distantes. Estes bairros mais antigos (da década de 60-70), estão sendo transformados pelo setor imobiliário em bairros de classe média. Os terrenos com casas de madeira, de cerca de 500 a 700m², são vendidos e no local se constroem dois sobrados, impermeabilizando-se toda a área;

Em que pesem esses problemas de cunho social, verificou-se outros indicadores que contradizem com o discurso apregoado da “cidade ecológica”. Outras dimensões acerca da representação da “cidade ecológica” igualmente importante e foco principal desta pesquisa, diz respeito aos problemas ambientais de seu espaço urbano. Grande parte desses problemas, pode-se aferir, as ações iniciadas com o processo de ocupação, que se revelou atroz para o espaço natural de sua área, bem dito: a derrubada da mata nativa e suas conseqüências para as populações de espécies nela contida; a barbárie com que foram tratadas e expulsas as populações indígenas e de posseiros que em suas áreas habitavam;

Em análise do material pesquisado, é bem verdade que alguns cuidados na preservação da natureza são tomados pela Companhia colonizadora, a exemplo: em estabelecer o traçado topográfico da cidade respeitando as curvas de nível; manter duas reservas de mata nativa o Parque do Ingá e o Bosque II, além do Horto Florestal, destinado a servir de berçário no reflorestamento da área urbana – mas, como se verificou no momento da escolha de espécies a serem plantadas, se optou por espécies exóticas – preservação da mata ciliar e dos fundos de vale, foram ações que muito embora não fizesse frete à devastação precedida a implantação do sítio urbano, demonstra alguns cuidados que esta teve com a preservação ambiental;

Por outro lado, não se pode dizer o mesmo quando as autoridades públicas municipais assumem o controle do zoneamento urbano da cidade de Maringá. Dado a proliferação de Leis, pautada no favorecimento de interesses públicos e privados que só vieram a corroborar com a degradação do ambiente urbano;

Apesar dos Gestores urbanos e de segmento dirigente nas esferas política e econômica apresentarem uma imagem de cidade, onde no espaço urbano se manifesta em uma relação harmoniosa de preservação ambiental e de desenvolvimento urbano observou-se no decorrer desta pesquisa que tal pressuposto foge a realidade do espaço urbano de Maringá, dado a alguns problemas detectados: a) desmatamento da área rural; b) uso excessivo de fertilizantes e de agrotóxicos nas áreas rurais, que acabam contaminado córregos e rios; c) erosão na área rural; d) mecanização no campo – esses problemas detectados na zona rural, diretamente afetam o espaço urbano de Maringá, muitos desses cursos d'água faz parte da bacia do Rio Pirapó que abastece a cidade -; e) degradação da bacia do Rio Pirapó; f) assoreamento, poluição, voçorocas, aterro, dos rios, córregos e nascentes que cortam a área urbana e rural; g) depredação da mata ciliar; h) degradação dos fundos de vale; i) contaminação do lençol freático; j) ausência de dissipadores fluviais, o que provoca erosão na zona urbana; tratamento inadequado do lixo doméstico, hospitalar e industrial; l) aterro sanitário a céu aberto; m) poluição causada pelos frigoríficos; n) elevada impermeabilização do solo urbano; o) depredação, falta de manejo com a arborização urbana; p) degradação dos parques, praças e áreas verdes; q) ausência de um Plano Diretor eficaz; r) descumprimento às Leis ambientais;

Pode-se afirmar que, nestes anos de cidade, os espaços construídos em Maringá representaram sempre o símbolo de suas classes. Assim, a análise da complexidade do espaço urbano de

Maringá deve levar em consideração os impactos socioambientais protagonizados pelo atendimento de seus Gestores aos interesses econômicos de parte de sua sociedade;

O levantamento e análise dos documentos sobre a cidade de Maringá e das observações *in lócus* de seu sítio urbano, permitem asseverar de que os problemas ambientais presentes nesta, não são fenômenos recentes. Acompanhou e segue a trajetória desta cidade, desde o momento em que a Companhia autorizou a derrubada da primeira árvore, bem como a segregação e os problemas sociais que surgiram após a implantação da cidade;

Assim, pode-se tomar o espaço natural como reconstruído – não com as espécies nativas, pois, essa não era atrativa para reproduzir a imagem da cidade que a Companhia queria passar aos investidores – com espécies introduzidas e exóticas, o que permite hoje ser considerada em sua representação social de “cidade verde”, “cidade ecológica”, dado diversas floradas que seqüencia os variados tipos de árvores. Na verdade, o atual sítio urbano de Maringá foi um local de extração de riquezas naturais e depredação dos ecossistemas tal como acontece ainda hoje;

No campo teórico-metodológico desta tese é possível afirmar, ainda que a história da formação do espaço urbano de Maringá foi construída por meio de uma relação indissolúvel entre homem e natureza, na qual esta última transformou-se em instrumento de produção e reprodução do capital;

A intercessão entre esses dois processos, o natural e o urbanístico, construiu-se em uma representação social simbólica de espaço urbano. Parafraseando o discurso oficial: Maringá consegue harmonizar o crescimento e desenvolvimento com a preservação ambiental;

Finalmente, diante desse conjunto de considerações a que se chegou nesta pesquisa, que teve como premissa um problema de pesquisa a ser investigado: *Quais os interesses por parte da Companhia colonizadora em promover a cidade de Maringá associada à modernidade e desenvolvimento. E hoje, essa imagem vem sendo conduzida pelos Gestores Públicos Municipais e por seus segmentos político e economicamente dominante como a de uma “cidade ecológica” e “cidade verde”, muito embora as inúmeras contradições sócio-ambientais apontem para os problemas urbanísticos presente na cidade de Maringá?*

Percebe-se que a sustentabilidade desta representação social harmônica no ambiente urbano de Maringá se esvai em rupturas, em face de sua crua realidade: a dos problemas socioambientais aqui descritos.

A árvore, enquanto signo que representa este discurso unificador, revela uma pseudo-realidade, pois não consegue dar conta da realidade socioambiental presente no espaço urbano de Maringá, mesmo que este signo: árvore, se encontre presente no imaginário de seus cidadãos como representação social da preservação ambiental, qualidade do ambiente urbano e associado à harmonia entre o ambiente construído e o ambiente natural, no bojo do espaço urbano.

Estes aspectos intrínsecos na construção da representação de “cidade ecológica” “cidade verde”, tem se revelado um paradigma que orienta as ações de seus Gestores, na perspectiva

de apresentar a cidade de Maringá enquanto um fenômeno de urbanização que conseguiu nutrir o equilíbrio na preservação ambiental e no desenvolvimento, em seu espaço urbano.

Há de se convir que este argumento tem funcionado, haja vista os indicadores sócio-econômicos - amplamente divulgado não apenas por seus gestores, mas também pelos Institutos de Pesquisa – respaldo, dos recursos financeiros aplicados na cidade por investidores atraídos pela representação produzida de Maringá.

Entretanto, como se observou no decorrer dos fatos apresentados nesta tese, fica ambíguo afirmar que a representação da “cidade verde” “cidade ecológica”, surte efeitos positivos em investimento. É contraditório mas os dados estatísticos – alguns desses dados, já foram anteriormente registrados - revelam Maringá com altos índices satisfatórios para uma cidade de seu porte.

Porém, é bom lembrar, as cidades que circunda Maringá como: Sarandi, Astorga, Paiçandu, Marialva, Mandaguari e outras mais, servem de catalisadora dos espoliados de seu espaço urbano. Diminuído assim os seus indicadores negativos. Isto explica a aceitação dos seus investidores.

A combinação desses indicadores socioeconômicos, do traçado de sua malha urbana moderna, a arrojada arquitetura de suas edificações e a vasta arborização, são elementos que velam a real face da cidade de Maringá: a de um espaço urbano com sérios problemas socioambientais.

Imperiosa necessidade de seus gestores, em mostrar a cidade de Maringá enquanto representação social de uma “cidade ecológica”, no objetivo de atender a interesses econômicos, tem gerado falsas realidades a respeito desta cidade. Como se revelou nos problemas socioambientais apresentados: o mito da “cidade ecológica” se esvai na face oculta de sua realidade.

Neste contexto, o espaço urbano da cidade de Maringá é, hoje, similar à de qualquer outro espaço urbano de seu porte, construído historicamente, sob o jugo das ações e intervenções, de seus Gestores e de seus cidadãos. E, neste sentido, portadora dos impactos ao meio ambiente natural e construído.

Efetivamente, tanto quanto os interesses da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, quanto dos seus atuais Gestores Públicos e de alguns segmentos sociais, de apresentar a cidade de Maringá associada à representação de modernidade, desenvolvimento e sem problemas socioambientais, sempre estiveram, e estão, em pauta: atrair investimentos econômicos para a cidade de Maringá.

RECOMENDAÇÕES

*O resultado é o seguinte:
quanto mais Leônia expele, mais coisa acumula;
as escamas do seu passado se solidificam
numa couraça impossível de se tirar;
renovando-se todos os dias,
a cidade conserva-se integralmente em sua única forma definitiva:
a do lixo de ontem que se junta ao
lixo de anteontem e
de todos os dias e anos e lustros.
(ITALO CALVINO)*

A constatação é óbvia: a cidade de Maringá é portadora de problemas socioambientais. Dessa forma, as análises e reflexões oriundas desta pesquisa, oportuniza neste momento tecer algumas recomendações:

1. Quantos aos novos loteamentos que descaracterizaram a cidade-jardim; é necessária a fiscalização e a aplicação das Leis de Uso e Ocupação do Solo;
2. Cumprimento a Lei que estabelece o plantio e o manejo das árvores;
3. Cumprimento das Leis que regulamentam o meio ambiente;
4. Planejamento para plantio e manejo da arborização do centro e de bairros mais antigos da cidade, pois as árvores estão doentes e caem;
5. Construção de espaços comunitários e de lazer nos bairros mais novos;
6. Necessária a restauração das praças que já existem. Em Maringá, das 80 praças existentes, somente as da área central apresentam árvores. As praças dos bairros mais antigos estão abandonadas;
7. Reurbanização e implantação de projeto de manejo no Parque do Ingá;
8. Implantação de um projeto de manejo no Bosque II e do Horto Florestal e controle da erosão nessas áreas;

9. Controle da erosão, poluição, desmatamento, dos córregos e rios que contam a cidade;
10. Recuperação da mata ciliar, e implantação de plano de manejo para os fundos de vale;
11. Preservação das áreas verdes existentes,
12. Reurbanização dos bairros novos com implantação efetiva das calçadas ecológica, plantio de árvores adequadas à cidade, construção de postos de saúde e de escolas;
13. Contenção da erosão dos bairros periféricos da cidade;
14. Fiscalização do Frigorífico Maringá e ao Frigorífico Central que exalam odores desagradáveis aos bairros Jardim Novo Horizonte, Cidade Alta e arredores;
15. Construção do aterro sanitário em substituição ao lixão da cidade de Maringá, planejamento e fiscalização do lixo hospitalar que ainda não foi regularizado;
16. Urbanização dos bairros periféricos;
17. Construção de conjuntos populares, para população de baixa renda;
18. Geração de empregos.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sônia, M. S. Lopes. *Imagem do Progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*. Assis, 1992. 259f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.

ANDRADE, A. Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã. Maringá: [s.n.], 1979. In: CAMPOS, Paulo. F. de Souza. *Os Enfermos da Razão: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

ANDRADE, Manuel. *A Questão Ecológica*. São Paulo: Hucitec, 1994.

ARISTÓTELES. *A Política*. 2.ed. 3.tiragem São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeira Indicação acerca da Interpretação da Natureza; Nova Atlântida*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Coleção Os Pensadores.

BELLINI, Luzia Marta. *Depoimento Oral*. Maringá, fev. 2006.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3.ed. 2.reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOEIRA, José Jair. *Espaço Urbano de uma Metrópole Regional de Porte Médio: Maringá*. Maringá, 2003. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

BRUNDTLAND and World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*. London: Oxford University Press, 1987.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPANELA, Tomaso. *A Cidade do Sol*. Lisboa: Guimarães, 1980.

CAMPOS, Paulo. F.de Souza. *Os Enfermos da Razão: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. *A(Re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1962.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 4.ed. rev.ampl. São Paulo: Cortez, 1989.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CHOAY, F. *As Regras e o Modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CMNP. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte de Paraná. São Paulo: [s.e.], 1975.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DEAN, Warren. *A Ferro e a Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Genebaldo. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 3.ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DIEGUES, Antonio C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DONNE, Marcella D. *Teorias sobre a Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1979.

DUBIELA, Valter Tadeu. *Qual o nosso "Destino" Tropical? Políticas Públicas para os Fundos de Vales de Maringá-PR. 1947-2003*. Maringá, 2003. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

DUBIELA, Valter Tadeu. *Uma Avaliação Estética da Arquitetura sob o Prisma do Ajuste Funcional. Temas em Educação*, Londrina: EDUEL, 2001.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

FERRARA, Lucrécia. *Olhar Periférico*. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Bárbara Pimpão. *Adolescentes em Situação de Risco Social e Linguagem LOGO: uma experiência fora da escola*. Marília, 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP.

FERREIRA, Leila C. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FERREIRA, Leila Costa; VIOLA Eduardo (Orgs.). *Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1988.

FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. IAPAR/EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. *Levantamento de Reconhecimento dos Solos do estado do Paraná*. Londrina: SUDESUL/EMBRAPA/IAPAR, 1984. v.1 e 2.

GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas: Papirus, 1995.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a Imagem Publicitária vira Evidência Factual: versões e reversões do Norte (Novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999. p.87-121.

GOTTIA, Fernando C. *Breve História do Urbanismo*. 4.ed. Lisboa: Presença, 1996.

GRZEGORCZYK, V. *Novo Centro de Maringá: estratégias e conflito na produção do espaço urbano*. Presidente Prudente, 2000. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP-Câmpus de Presidente Prudente.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HOWARD, E. *Cidades-Jardins de Amanhã*. 2.ed. São Paulo: Annablume-Hucitec, 2002.

IAPAR. FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. *Cartas Climáticas Básicas do Estado do Paraná*. Curitiba, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLOURANIS, Neide M.; TEIXEIRA, Rosangela O. Maringá – “Cidade Ecológica”. *Revista Teia*, ano 1, n.1, jan./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.pea.uem.br/teia/>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEITE, Maria Ângela F. P. *Destruição ou Desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1979.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José R. (Orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999. p.123-140.

LUZ, France. *O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá*. Maringá: Ed. Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

LYNCH, Kelvin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Curitiba: Editora SCE, 1981.

MEADWOS, Dennis L. et al. *The Limits to Growth*. New York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, Mara G. L.; BELLINI, L. Marta. *Educação Ambiental como Educação Científica: desafios para compreender ambientes sob impactos*. Londrina: EDUEL, 2001.

MENDES, César M. *O Edifício no Jardim: um plano destruído. A verticalização de Maringá*. São Paulo, 1992. 364f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP.

MILANO, Miguel Serediuk. *Avaliação Quali-Quantitativa de Arborização Urbana: exemplo de Maringá-PR*. Curitiba, 1988. 120f. Tese (Doutorado Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. 5.ed. São Paulo: Atena, 1960.

MORUS, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOSCOVICI, Serge. *Representação Social: uma investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTA, Lúcio T. *As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924*. Maringá: EDUEM, 1994.

MOTA, Lúcio T. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José R. (Orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999. p.21-50.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Brasília, DF: UNB, 1982.

MUNFORD, Lewis. *A Cultura da Cidade*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

OLIVEIRA, Dennison de, *Curitiba e o mito da cidade modelo* Curitiba: ed. UFPR, 2000.

OTTONI, D. Araújo Benedicto. *Introdução: Cidade-Jardim. Formação e Percurso de uma Idéia*. 2.ed. São Paulo: Annablume-Hucitec, 2002.

PAULA, Zuleide C. *Maringá o Coração Verde do Brasil?* Assis, 1998. 212f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Editora perspectiva, 1977.

PLATÃO. *A República*. 9.ed. Trad. e Nota. M. Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

PREFEITURA Municipal de Maringá. *Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá*: 1967. Maringá, 1967.

PREFEITURA Municipal de Maringá. *Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento do Município de Maringá*. METROPLAN-1991. Maringá, 1991.

PREFEITURA Municipal de Maringá. SEC. Planejamento. Perfil, de Maringá 1980. Maringá, 1980.

REGALES, Ferrer; LÓPEZ, P. Antonio. *Población, Ecología y Medio Ambiente*. 2.ed. Navarra: EUNSA, 1987.

REGO, Renato L. et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá: EDUEM, v.26, n.2, p.141-150, jul./dez. 2004.

REGO, Renato L. O Desenho Urbano de Maringá e a Idéia de Cidade-Jardim. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá: EDUEM, v.23, n.6, p.1569-1577, 2001.

REIS FILHO, Nestor G. *Urbanismo e Teoria*. São Paulo, 1967. Tese de Cátedra – FAU-USP, Urupês.

RIBEIRO, Ana C. T.; GARCIA, Fernanda S. *City Marketing: a nova Fase da Gestão da Cidade no Final de Século*. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T.; FRY, P. (Orgs.). *Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996. p.105-125.

RODRIGUES, A. M. *Produção e Consumo de e no Espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROLNIK, Raquel. *O que é a Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROSENAU, H. *A Cidade Ideal*. Lisboa: Presença, 1988.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da Cidade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANCHES, Antenor. *A Cidade Canção*. Maringá: Bertoni Editora, 2004.

SÁNCHEZ, Luiz E. *Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimento industriais*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, M. *Ensaio sobre a Urbanização Latina Americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SERRA, Elpidio. *Processo de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná*. Rio Claro, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências-UNESP.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense-CEBRAP, 1977.

SMOLKA, Martim. Meio Ambiente e estrutura Urbana. In: MARTINE, George. (Org.). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p.133-147.

STAHEL, Andri W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.104-127.

STECA, Lucinéa C.; FLORES, Mariléia, D. *História do Paraná: do século XVI á década de 1950*. Londrina: EDUEL, 2002.

TOMAZI, Nelson D. *Certeza de Lucro Certo e Direito de Propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.

TOMAZI, Nelson D. Construções e Silêncios sobre a (Re)Ocupação da Região Norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José R. (Orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999. p.51-85.

TOMAZI, Nelson D. *Norte do Paraná: história e fantasmagoria*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa quantitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1992.

TSIOMIS, Yannis. O Meio Ambiente e a Questão Urbana. 3.reimpressão *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, 1999. p.131-135.

UNWIN R. *La Pratica del Urbanismo: uma introducción al arte de proyectar ciudades e barrios*. Barcelona: GG, 1984.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEARK, Csaba; SCHIFFER, S. Ramos (Orgs). *O Processo de Urbanização do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-243.

VILLALOBOS, Jorge Guerra. Maringá: Fundos de Vale, Política, Legislação e Situação Ambiental. In: MORO, Dailton (Org.). *Maringá Espaço e Tempo: ensaio da geografia urbana*.

Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2003. p.207-238.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável. In: GOLDEMBERG, Miriam. (Coord.). *Ecologia, Ciência e Política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.

WEBER, Max. *Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Ed. UNB, 1999.

WEBER, Max. *Sociologia*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1994.

ANEXOS

ANEXO A: Planta da Cidade de Maringá – Companhia Melhoramento Norte do Paraná

